









Vítor Sérgio Ferreira
Marina Costa Lobo
Jussara Rowland
Edalina Rodrigues Sanches

Geração Milénio?

Um Retrato Social e Político

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Geração milénio? : um retrato social e político /
Vitor Sérgio Ferreira... [et al.]. -
Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017. -
ISBN 978-972-671-484-2
CDU 316.7



© Instituto de Ciências Sociais, 2017

Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 435704/17
1.ª edição: Dezembro de 2017

Índice

Os autores	15
Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional.....	17
<i>Vítor Sérgio Ferreira</i>	
Os Milénio como realidade discursiva: uma perspetiva geracionista.....	18
Os Milénio como realidade social: uma perspetiva geracional ..	20
Os Milénio em tempos de austeridade: uma geração em construção.....	24
Itinerário do livro.....	27
Considerações finais	33
Referências.....	35
 Capítulo 1	
Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade	39
<i>Vítor Sérgio Ferreira</i>	
Introdução	39
O desemprego como realidade.....	44
A predisposição para o empreendedorismo	53
Perceções sobre o desemprego juvenil	55
O desemprego como possibilidade	59
Valores do trabalho.....	65
Perspetivas perante o futuro.....	72
Conclusão.....	73
Referências.....	76

Capítulo 2	
Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet.....	79
<i>Jussara Rowland</i>	
Mobilidades internacionais.....	81
Lazer e usos da internet.....	100
Conclusão.....	116
Referências.....	120
Capítulo 3	
Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015.....	123
<i>Marina Costa Lobo e Edalina Rodrigues Sanches</i>	
As atitudes em relação à democracia.....	126
A mobilização cognitiva e a identificação partidária.....	129
A participação cívica e política.....	136
Conclusão.....	148
Anexo.....	151
Referências.....	152
Anexo metodológico.....	155
Abordagem metodológica – por GfK Portugal.....	157
Metodologia.....	157
Amostra e recolha de informação.....	157
Inquérito situações e atitudes dos jovens portugueses.....	159

Índice de figuras e quadros

Fíguas

1.1	Taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 24 anos, em 2014 (média anual), na UE28 (%)	45
1.2	População jovem (15-34) segundo as atividades empreendidas para sair da situação de desemprego, por nível de escolaridade (%)	53
1.3	Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. População total que declara «sim, definitivamente» e «sim, provavelmente», UE27 (%)	55
1.4	População jovem (15-34) empregada com predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego (%)	57
1.5	Preocupação em relação a perder o seu emprego. Total da população que se declara preocupada ou muito preocupada, UE-27 (%)	60
1.6	População jovem (15-34 anos) empregada que responde estar muito preocupada (4-5) com a possibilidade de perder o seu emprego (%)	63
1.7	Crença na probabilidade de encontrar um trabalho nos próximos seis meses. População total que declara que seria muito improvável (1-4), UE-27 (%)	64
1.8	População jovem (15-34 anos) empregada que responde que se perdesse o seu trabalho seria muito improvável encontrar um novo trabalho no espaço de seis meses (%)	66
1.9	População jovem empregada (15-34) avaliada pelo grau de preocupação em perder o seu emprego e crença na probabilidade de voltar a encontrar trabalho ao fim de seis meses em caso de despedimento (%)	66
1.10	População jovem (15-34) segundo os significados de «ter um bom trabalho» (%)	71
1.11	Perspetiva perante o futuro próximo: «Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje.» População total que responde «concordo totalmente» e «concordo parcialmente», UE27 (%)	72

2.1	Experiências formativas noutro país da União Europeia. Total da população em Portugal e na União Europeia 27 (resposta múltipla) (%)	83
2.2	População jovem (15-34) que nunca frequentou nem a escola, nem a universidade, nem ações de formação noutro país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses (%)	84
2.3	População jovem (15-34) que já trabalhou no estrangeiro (%)	86
2.4	População jovem (15-34) que trabalhou no estrangeiro, por tipo de experiência laboral e grau de escolaridade (%)	88
2.5	População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro (%)	91
2.6	População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro por experiência anterior no estrangeiro (%)	92
2.7	Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). População jovem (15-34) por sexo (%)	95
2.8	Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). População jovem (15-34) por posição perante a profissão (%)	96
2.9	Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). População jovem (15-34) por nível de vida subjetivo (%)	97
2.10	População jovem (15-34) que viajou para o estrangeiro de férias pelo menos uma vez (%)	99
2.11	Prática de atividades culturais. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano. Portugal e UE27 (%)	101
2.12	Uso da internet. Total da população que declara ter usado a internet pelo menos uma vez no último ano. Portugal e UE28 (%)	106
2.13	População jovem (5-34) que nunca acede à internet (%)	107
2.14	População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização e sexo (%)	110
2.15	População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização e condição perante o trabalho (%)	111

2.16	População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização e nível de vida subjetivo (%)	112
2.17	População jovem (15-34) que acede à internet por perfil de utilização da internet (%)	115
3.1	Grau de satisfação com a democracia em países europeus, 2012. População total que se declara satisfeita (6-10) (%)	128
3.2	População jovem (15-34) que avalia positivamente (6-10) o funcionamento da democracia, 2015 (%)	129
3.3	Principais fontes de informação (notícias sobre assuntos políticos). Pergunta de resposta múltipla(%)	131
3.4	População jovem (15-34) que declara que a política lhe interessa «muito» ou «bastante», 2015 (%)	133
3.5	Perfil sociodemográfico da população jovem (15-34) que declara ter identificação partidária, 2015 (%)	135
3.6	Frequência do voto na população portuguesa, 2007 e 2015 (%)	137
3.7	Perfil sociodemográfico da população que refere ter participado na política (de forma convencional ou não) no último ano ou num passado mais distante em 2015. Total da população e população jovem (%)	143

Quadros

1.1	Taxas de desemprego em Portugal entre 2011 e 2014, por grau de escolaridade (%)	46
1.2	Tempo de desemprego. Total da população desempregada, por faixa etária (%)	49
1.3	Principal meio de subsistência. Total da população desempregada, por faixa etária (%)	51
1.4	Atividades empreendidas para sair da situação de desemprego (resposta múltipla). Total da população desempregada, por faixa etária (%)	52
1.5	Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. Total da população empregada, por faixa etária (%)	56

1.6	Perceções sobre a principal causa do desemprego juvenil. Total da população, por faixa etária (%)	58
1.7	Grau de preocupação em relação a perder o seu emprego. Total da população empregada, por faixa etária (%)	61
1.8	Grau de preocupação em relação a os filhos perderem o emprego. Total da população com filhos, por faixa etária (%)	62
1.9	Grau de preocupação em relação a o parceiro perder o emprego. Total da população casada ou em situação de conjugalidade, por escalão etário (%)	62
1.10	Crença na probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses. Total da população empregada, por faixa etária (%)	65
1.11	Valorização de diferentes aspetos do trabalho. Total da população que responde «muito importante», por faixa etária (%)	68
1.12	Significados de «ter um bom trabalho». Total da população, por faixa etária (%)	70
1.13	Perspetiva perante o futuro próximo: «Daqui a dois anos, a crise terá terminado e a situação do emprego em Portugal será melhor do que hoje.» Total da população, por faixa etária (%)	73
2.1	Experiências formativas num país da União Europeia que não Portugal. Total da população, por faixa etária (resposta múltipla) (%) .	84
2.2	Experiência laboral no estrangeiro. Total da população, por faixa etária (%)	85
2.3	Duração da experiência laboral no estrangeiro. Total da população que trabalhou no estrangeiro, por faixa etária (%)	87
2.4	Tipo de experiência laboral no estrangeiro. Total da população que trabalhou no estrangeiro, por faixa etária (%)	88
2.5	Predisposição para a mobilidade laboral internacional. Total da população, por faixa etária (%)	90
2.6	Destino preferencial para uma experiência laboral no estrangeiro. Total da população que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro, por faixa etária (%)	93
2.7	Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). Total da população, por faixa etária (%)	94

2.8	Deslocações ao estrangeiro de férias. Total da população, por faixa etária (%)	99
2.9	Prática de atividades culturais e de lazer. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano, por faixa etária (%)	102
2.10	População jovem (15-34) por atividades culturais e de lazer praticadas pelo menos uma vez no último ano (%)	104
2.11	Frequência de acesso à internet. Total da população, por faixa etária (%)	107
2.12	Finalidades de utilização da internet (resposta múltipla). População total que acede à internet, por faixa etária (%)	108
2.13	Perfis de utilização da internet por tipos de finalidade (análise fatorial: componentes principais – rotação Varimax com normalização Kaiser)	114
3.1	Satisfação com a democracia da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população, por faixa etária (%)	129
3.2	Frequência de exposição a informação e notícias sobre política da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população que indica praticar a atividade pelo menos uma vez por semana, por faixa etária (%)	131
3.3	Interesse pela política da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população, por faixa etária (%)	133
3.4	Identificação partidária: partido com o qual simpatiza ou do qual se sente mais próximo, e indivíduos sem identificação partidária. Total da população, por faixa etária, 2007 e 2015 (%)	135
3.5	Opiniões sobre o voto e a abstenção em Portugal. Total da população que tende a concordar, por faixa etária, 2007 e 2015 (%)	138
3.6	Participação cívica da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população que responde «pertence e participa ativamente» e «pertence mas não participa ativamente», por faixa etária (%)	140
3.7	Formas de participação política convencional e não-convencional da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população que respondeu que a realizou durante o último ano ou que a realizou num passado mais distante, por faixa etária (%)	142

3.8	Média dos índices de participação política por coorte	146
3.9	Determinantes da participação política convencional	147
3.10	Determinantes da participação política não-convencional	148
3.A	Descrição das coortes	151

Os autores

Vítor Sérgio Ferreira é doutorado em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordena o grupo de investigação LIFE – Percursos de vida, Desigualdades e Solidariedades: Práticas e Políticas, e é vice-coordenador do Observatório Permanente da Juventude. É professor na unidade curricular Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa, no Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia: conhecimento para sociedades abertas e inclusivas (OpenSoc). Colabora também como conferencista convidado na unidade curricular Infância e Juventude: Perspetivas Transdisciplinares, no Mestrado Educação & Sociedade (ISCTE-IUL). Tem coordenado e participado em vários projetos de investigação, com principal incidência nas áreas da sociologia da juventude e do corpo. Tem publicado nacional e internacionalmente sobre temáticas relacionadas com culturas juvenis e transições para a vida adulta, gerações e percursos de vida, usos do corpo e modificações corporais, e métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. De entre as suas publicações mais recentes destaque-se o livro *Pesquisar Jovens. Caminhos e Desafios Metodológicos*, publicado em 2017 pela Imprensa de Ciências Sociais. Consultar <http://vitorser gioferreira.net/>.

Marina Costa Lobo é doutorada em Ciência Política pela Universidade de Oxford, com uma tese sobre o poder do primeiro-ministro e o funcionamento do governo no Portugal democrático. Atualmente é investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais, onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspetiva comparada. Tem publicado sobre instituições políticas em Portugal, partidos políticos e a UE, e sobre o impacto dos líderes no comportamento de voto. No âmbito do projeto sobre Comportamento Eleitoral dos Portugueses, ajudou a elaborar os primeiros inquéritos pós-eleitorais realizados em Portugal, tendo implementado inquéritos

Geração Milénio?

desde 2002 até 2015 em todas as eleições legislativas. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS. Coordena o projeto de investigação «Mapping and Analysing the Politicisation of the EU before and after the Eurozone Crisis» desde 2016, financiado pelo European Research Council, com uma Consolidator Grant. A sua mais recente publicação internacional é o livro organizado com John Curtice, intitulado *Personality Politics? Leaders and Democratic Elections*, publicado em 2015 pela Oxford University Press.

Jussara Rowland é doutoranda em Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente é bolsista de investigação no projeto CUIDAR – Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens, financiado pelo programa Horizonte 2020. Entre 2010 e 2015 foi investigadora no Observatório Permanente da Juventude, onde foi membro de equipa de vários projetos de investigação. Trabalhou ainda como consultora na área da responsabilidade social empresarial.

Edalina Rodrigues Sanches é investigadora de pós-doutoramento em Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa. Recebeu em 2016 o prémio de melhor tese de doutoramento da Associação Portuguesa de Ciência Política (2014-2016) pela investigação «Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia». Os seus interesses de pesquisa incluem partidos políticos e sistemas partidários, democratização, instituições e atitudes políticas em novas democracias, com foco em África. Os seus artigos têm sido publicados em revistas como *Electoral Studies*, *Acta Politica*, *South European Society and Politics*, *Journal of Asian and African Studies*, *Análise Social* e os seus capítulos de livro em editoras como Imprensa de Ciências Sociais, Almedina e Routledge. A sua publicação mais recente é *Party Systems in Young Democracies: Varieties of Institutionalization in Sub-Saharan Africa* (Routledge, 2018).

Vítor Sérgio Ferreira

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

O discurso sobre gerações é, na atualidade, globalmente prolífico e generalizado na esfera pública, entre meios de comunicação social, redes sociais, literatura *pop*, até mesmo no espaço político. Sucodem-se letras para identificar geracionalmente coortes etárias nascidas em diferentes décadas (geração «x», «y» ou «z»), e multiplicam-se categorias geracionais para designar os jovens de hoje, em grande medida concentradas em torno das suas diferentes vivências e experiências nos domínios do trabalho, da mobilidade e da digitalização do mundo, relativamente às gerações suas predecessoras.

«Geração precária» (Bessant, Farthing e Watts 2017) ou «geração perdida» (Allen e Ainley 2010; Pritchard e Whiting 2014), «geração global» (Edmunds e Turner 2005; Beck e Beck-Gernsheim 2009), «geração Europa» (Lopes 2014) ou «geração Erasmus» (Wilson 2011; Ieracitano 2014), «geração digital» (Feixa 2014; Ponte 2011) ou «geração net» (Tapscott 1998; Hargittai 2010; Jones e Shao 2011; Serazio 2015), são algumas das etiquetas, entre muitas outras equivalentes, recorrentemente atribuídas aos jovens contemporâneos no sentido de enfatizar diferenças, conflitos ou fluxos entre os seus modos de vida e os modos de vida dos seus pais e avós – estes, de resto, também com direito aos seus epítetos geracionais: «geração *baby boomer*» (Roberts 2012) ou «geração da Grande Guerra» (Pais 1998) e, precedendo-a, «geração silenciosa» ou «tradicionalista».

A proliferação social do uso de categorias geracionais não tem sido, contudo, acompanhada por pesquisa empírica ampla e com empenhamento analítico profundo no âmbito das ciências sociais. Existe muita especulação, simplismo e exagero universalista, por vezes até contradição, nas afirmações e generalizações que se fazem acerca da existência de supostas gerações e mudanças geracionais, fundamentadas em evidência empírica muito fragmentada, produzida principalmente por estudos

Geração Milénio?

orientados para o *marketing* e para o *business* (Williams e Page 2011; Parment 2014), cuja finalidade é, fundamentalmente, a de avaliar e seduzir simbolicamente determinados segmentos de consumidores valiosos em termos económicos.

São estudos que, em geral, tomam como garantido que diferentes coortes demográficas (nascidos entre a data x e a data y) têm uma correspondência geracional, gerando rótulos *pop* para determinados perfis de consumidores. No entanto, não há definições consensualmente aceites acerca dos conteúdos destas etiquetas, bem como dos seus limites etários. Na verdade, como propõe Bauman (2007), as fronteiras que separam as gerações não podem deixar de ser ambíguas e indefinidas consoante a sua localização no tempo e no espaço (territorial, social e cultural). Por outro lado, há que pensar também nos ajustamentos contextuais das várias coortes etárias na forma como lidam com a mudança social, sendo difícil defini-las independentemente da diversidade de contextos sociais, culturais e políticos em que os jovens vivem. Por último, é impossível pensar em mudanças estruturais tão aceleradas que justifiquem uma sucessão geracional tão rápida como a que tem vindo a ser apresentada.

Os Milénio como realidade discursiva: uma perspetiva geracionista

Mais do que mostrar a existência efetiva de gerações, a criação frenética de categorias geracionais testemunha a recente tendência para o *geracionismo* (White 2013), ou seja, a invocação sistemática do conceito de geração como princípio de categorização, divisão e explicação do mundo, com o objetivo de localizar, narrar e compreender no tempo as mudanças globais que ocorrem a nível social, económico e político e que – supostamente – atingem com maior intensidade e continuidade os mais jovens.

Na abordagem geracionista, o conceito de geração é operacionalizado como *realidade discursiva* (Scherger 2012; Aboim e Vasconcelos 2013; Pritchard e Whiting 2014; Timonen e Conlon 2015), não sendo inevitavelmente tomado como *realidade etária* associada a determinada coorte demográfica. Mais do que correlacionar categorias etárias concretas a determinadas disposições subjetivas e tomadas de posição no mundo social, as gerações são tomadas como categorias simbólicas usadas na interação social, em configurações diversas e com conteúdos diferenciados, as quais os indivíduos têm possibilidade de operacionalizar nos seus processos de identificação e categorização social.

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

São formações discursivas no sentido em que se trata de construções simbólicas consubstanciadas em narrativas culturais que integram códigos e terminologias que pretendem expressar diferenças de gostos, valores, representações e éticas de vida. A atribuição geracional a essas formações, por sua vez, advém de serem mobilizadas na prática discursiva quotidiana como categorias de organização e interpretação do mundo a partir de princípios etários. A perspetiva geracionista, no entanto, afasta-se da perspetiva geracional no sentido em que, na primeira, a produção social de categorias geracionais não está inevitavelmente ancorada a eventos dotados de potencial de mudança histórica. O que não impede, como assinala White (2013), que expressões geracionistas possam surgir com a emergência das formações sociais que propõem identificar e descrever, não apenas indiciando-as, como um dos seus prenúncios, mas também contribuindo para a sua produção social.

Será que os discursos construídos em torno dos Milénio traduzem, de facto, a emergência de uma nova geração social, ou serão reflexo de um mero fenómeno geracionista? Terão os Milénio correspondência com uma *realidade social* concreta e objetiva, para além das realidades discursivas e simbólicas a que a esta categoria alude? O rótulo Milénio – um designativo cronológico inaugurado por Howe e Strauss (2000) para designar os jovens nascidos depois de 1980 – acabou por tornar-se na categoria geracional globalmente mais popular nos *media*, sublinhando a especificidade social das coortes etárias que vivem a transição para a idade adulta nas condições sociais, económicas e políticas características da viragem do milénio ou depois.

É neste sentido que o título deste livro é intencionalmente interrogativo. Questiona se os jovens frequentemente designados como Milénio serão, de facto, uma «geração» no sentido sociológico do termo. Esse questionamento é feito a partir de um conjunto de indicadores que integraram um inquérito por questionário aplicado em Março de 2015 a uma amostra representativa do conjunto da população portuguesa,¹ e que permitiram obter um retrato comparado entre vários grupos etários

¹ O estudo «Emprego, mobilidade, política e lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada» foi desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e financiado pela Presidência da República. A aplicação do inquérito Situações e Atitudes dos Jovens Portugueses foi realizada pela empresa GfK Portugal. Para ver o questionário e critérios de trabalho de campo, ver o anexo metodológico neste livro. Os dados preliminares do inquérito foram apresentados na IV Conferência Internacional Roteiros do Futuro, com o tema Portugal e os Jovens: Novos Rumos, Outra Esperança, organizada pela Presidência da República nos dias 15 e 16 de maio de 2015.

Geração Milénio?

naquele ano, em dimensões da vida relevantes no discurso público sobre potenciais diferenças geracionais dos jovens de hoje face ao passado: trabalho, mobilidades, lazeres e novas tecnologias, e política.

Constituirão os portugueses nascidos depois dos anos 80 uma «geração efetiva», nos termos de Mannheim (1990), um dos precursores da abordagem geracional? Estarão esses jovens a forjar novas formas de transição para a idade adulta? Estarão a moldar novas culturas de trabalho e de lazer? Estarão a criar novas formas de participação cívica e social? Existirá, de facto, em Portugal, uma geração Milénio?

Os Milénio como realidade social: uma perspetiva geracional

Mas afinal do que falam os sociólogos quando se fala em geração? Ainda que no contexto deste estudo, tal como em muitos outros, a aproximação empírica ao conceito de «geração» seja feita com recurso à construção de grupos etários, o facto é que, sociologicamente, as gerações não emergem «naturalmente» da cadência temporal estabelecida pelos ritmos biológicos ou demográficos traduzidos nas idades dos indivíduos. A perspetiva geracional permite ir além da análise dos *efeitos de idade* indicados pela estrutura cronológica de sucessivos grupos etários, exigindo uma leitura que se centra no tempo longo das estruturas sociais, e não apenas nas variações que as atitudes e os comportamentos terão ao longo do percurso de vida, das suas «idades» ou «ciclos». Como apontado por Mannheim (1990), os grupos etários correspondem a «gerações potenciais» que, só quando tocadas por um quadro de profunda desestabilização e mudança social, poderão vir a configurar «gerações efetivas», com suficiente força disruptiva e transformadora para fazer emergir padrões atitudinais e comportamentais diferentes dos partilhados no passado.

A perspetiva geracional vem, assim, localizar os indivíduos dentro de configurações estruturais específicas, de natureza económica, social, cultural e/ou política, considerando os processos de mudança que permitem inaugurar condições de socialização suficientemente amplas e diferentes do passado para proporcionar novas experiências e moldar novas subjetividades entre as camadas mais jovens da população. Neste sentido, as novas prioridades e subjetividades que emergem a partir de novas condições materiais de existência dos jovens não assumem uma realidade meramente «transicional» (ou seja, resultado de um efeito de idade), mas terão a capacidade de ser transportadas ao longo da vida, resultando num potencial efeito de geração.

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

Dois atributos são, portanto, centrais para compreender uma geração, na sua unidade e na sua especificidade, como *realidade social*: por um lado, a existência de um quadro de eventos suficientemente amplos e intensos para quebrar a continuidade histórica da vida coletiva, eventos esses que, no presente, podem corresponder a «lentos e não catastróficos processos económicos, políticos e de natureza cultural» (Feixa e Leccardi 2010, 191); e, por outro, esse mesmo quadro de descontinuidades históricas deverá ser experienciado de forma abrangente pelos membros de uma formação social numa fase precoce da sua socialização, para que produzam efeitos prolongados nas suas biografias e relações subjetivas com o mundo.

Assim sendo, partindo de uma mesma categorização por grupos etários, a leitura das suas variações em termos de efeitos de geração tem, portanto, uma abrangência diferente da leitura em termos de efeitos de idade. A operacionalização do conceito de geração permite compreender, através dos mais jovens e por comparação com os mais velhos ou através de estudos longitudinais de painel, os modos de produção estrutural de diferentes subjetividades, existências e experiências sociais emergentes em diferentes tempos históricos, bem como das formas sociais criadas para lidar com o quadro de oportunidades e constrangimentos proporcionado pelas novas estruturas.

Não embarcando em controvérsias marcadas por posições mutuamente exclusivas – como as que apresentam o paradigma geracional como substituto do paradigma das transições ou que apontam o paradigma geracional como uma «nova ortodoxia emergente nos estudos da juventude»² –, vale a pena considerar que um novo quadro geracional terá entre os seus principais efeitos a reconfiguração das formas de existência da condição de «adulto» e dos próprios percursos de vida tal como tinham sido vividos e projetados até aí. E o facto é que se tem assistido a mudanças estruturais que têm vindo a alterar significativamente a vivência dos marcadores tradicionais de entrada na idade adulta na Europa (Ferreira e Nunes 2010), com efeitos específicos entre os jovens nascidos após os anos 80, dando-lhes a conhecer e a viver um mundo diferente do vivido no passado e projetado no futuro.

Isto não quer dizer que tais mudanças sejam vividas pelos jovens de igual forma. O paradigma geracional é com frequência criticado por supostamente homogeneizar os sujeitos nascidos em determinados con-

² Críticas apontadas a Woodman e Wyn (Wyn e Woodman 2006, 2007; Wyn 2012; Woodman 2013), por Roberts, 2007, 2012; e France e Roberts 2015.

Geração Milénio?

textos espaciotemporais, cristalizar e uniformizar diferenças a partir de sentidos de rutura, e nivelar as diversidades e as desigualdades existentes no momento presente. No entanto, não é um dado adquirido que tal aconteça. O facto de as novas gerações estarem desigualmente expostas às reestruturações em curso, elas próprias fortemente assimétricas do ponto de vista social e espacial, torna falacioso pensar que essa transformação cria inevitavelmente uma unidade intrageracional totalizante das constelações simbólicas. As assimetrias juvenis persistem e adquirem novos contornos, pelo que o impacto das «marcas da época» entre os jovens será sempre filtrado pelas suas condições objetivas de existência.

Já Mannheim afrontava este problema avançando com o conceito de «unidades geracionais», ou seja, grupos que, embora partilhem uma «consciência geracional» marcada pela proximidade face a um novo contexto estrutural (e pela distância face ao anterior), refletem e reagem de forma diferenciada perante o mesmo, considerando as posições sociais que nele assumem (Weller 2010). Embora imersos num contexto estrutural relativamente particular, marcado por processos estruturais comuns (como a escolarização alargada, as dificuldades e restrições na inserção no mercado de trabalho, o acesso às novas tecnologias, entre outras...), as trajetórias juvenis são atravessadas por diferentes experiências socializadoras, suportes e condições sociais que têm efeitos diferenciados e desiguais nas provas enfrentadas e nas estratégias usadas para com elas lidar. Análises que articulem variáveis tradicionais como o género, a escolaridade ou a classe social, entre muitas outras, são possíveis e até aconselháveis numa abordagem geracional. Inclusive no sentido de averiguar se determinadas variáveis têm efeitos sociais diferenciados e/ou desiguais em diferentes gerações, por exemplo, ou como novos e distintos sentidos e expressões são forjados em continuidade ou em rutura com velhos padrões de vida.

A ênfase nas desigualdades intergeracionais é, de resto, um dos principais eixos do discurso geracionista construído em torno dos Milénio, envolto numa linguagem moral que frequentemente procura identificar injustiças e desigualdades económicas, sociais e políticas entre gerações. Tal como argumenta Roberts (2012), a geração *baby boomer*, localizada no pós-guerra, foi a primeira depois de muitas a viver melhor (e a saber que estava a viver melhor) que as suas predecessoras em termos de rendimentos, níveis de consumo e direitos sociais. Hoje este contexto está em enorme reconfiguração, com uma massa de jovens mais escolarizados a experienciar uma nova condição juvenil e novas formas de transição para a idade adulta, vislumbrando também uma nova condição de

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

adulto, marcada por dificuldades acrescidas em termos de capacidade de autonomização e emancipação social e económica. As condições que possibilitaram a reprodução das experiências e os padrões de vida da geração *baby boomer* têm vindo a desaparecer, prognosticando o autor a sua «morte lenta» e a emergência provável, se bem que ainda indefinida, do que poderá vir a configurar uma nova geração *pós-baby boomer* (Roberts 2012, 479).

É neste contexto que o termo «geração» é hoje adotado como parte da linguagem do coletivismo, e é frequentemente acionado como categoria mobilizadora de ação – nomeadamente por parte de quem já não é sensível à terminologia da classe social – face às desigualdades que lhe são atribuídas.³ Não quer isto dizer, de forma alguma, que as desigualdades fundadas nas classes sociais tenham desaparecido no século XXI, mas que a idade se tornou num critério relevante no acesso aos recursos, aos salários e aos direitos sociais. O conceito de «precariado», essa nova, ampla e heterogénea categoria social caracterizada pela vulnerabilidade social decorrente dos empregos estruturalmente precários, e pela incerteza e insegurança crónicas em termos de rendimento no futuro (Standing 2014), permite dar conta dessa nova realidade de classe em articulação com a idade/geração.

O discurso geracionista sobre o Milénio surge, assim, frequentemente adotado no contexto de lutas sociais em torno de políticas de redistribuição de poder e rendimento, bem como de reconhecimento de determinados direitos que começam a estar em causa, nomeadamente por quem é suscetível de ter alguma comunalidade neste tipo de experiências.⁴ Há, de facto, uma distribuição desigual das posições de poder em termos geracionais, sendo a «autoridade geracional» alvo de disputas e de hierarquizações. As transformações socioeconómicas presentemente a ocorrer não estão a ser promovidas pelas mais jovens gerações, mas por elites financeiras que se estão a beneficiar em detrimento daquelas. Por outro lado, posições mais conservadoras estão a ganhar poder político em vários pontos do globo, considerando a vantagem demográfica que as coor-

³ Não quer isto dizer que a classe social tenha desaparecido, mas que, no século XXI, a idade tornou-se num critério relevante no acesso aos recursos, aos salários e aos direitos sociais. O conceito de «precariado», uma nova, ampla e heterogénea categoria social, caracterizada pela vulnerabilidade dos empregos estruturalmente precários, pela incerteza e pela insegurança crónicas em termos de rendimento no futuro (Standing 2014), dá conta dessa nova realidade de classe em articulação com a idade/geração.

⁴ Ver, por exemplo, Gouglas 2013; Williamson 2014; Milkman 2017; Bessant, Farthing, e Watts 2017.

Geração Milénio?

tes etárias mais velhas têm face às mais jovens nos tradicionais processos eleitorais e de consulta pública.

É neste cenário que o termo «geração» foi uma prática discursiva que interpelou, por exemplo, aquando do Brexit, quando se aferiu que os eleitores que votaram sim no referendo para a saída de UK da União Europeia teriam sido sobretudo os eleitores mais velhos, definindo assim um futuro que eles próprios não iriam viver, e o qual não era o futuro maioritariamente pretendido pela geração mais nova. O mesmo tipo de argumento foi invocado a propósito da eleição de Trump nos Estados Unidos da América.

A geração é ainda uma categoria que atualmente mobiliza em relação a problemas relacionados com a redistribuição justa de riqueza e de direitos entre gerações mais velhas e mais novas, nomeadamente no que toca ao mundo do trabalho, onde os conflitos intergeracionais são potencializados. A desigualdade que se faz sentir entre diferentes gerações no campo laboral poderá gerar mal-estar e sentimentos de injustiça relativa, quando muitas vezes numa mesma organização ou empresa, hoje, os mais jovens assumem as mesmas tarefas ou até tarefas mais relevantes e exigentes (muitas vezes relacionadas com novas competências, digitais e outras) que os trabalhadores mais velhos, mas com remunerações, formas contratuais e de proteção social bastante mais desfavoráveis.

Como mostram Bessant, Farthing e Watts (2017) a geração nascida depois de 1980 viu-se confrontada, em vários países do mundo (EUA, Inglaterra, Austrália, França e Espanha, foram os casos estudados pelos autores, aos quais podemos acrescentar Portugal, como veremos), com padrões salariais mais baixos relativamente às gerações precedentes, e com condições de precariedade laboral que vão além da entrada no mercado de trabalho e que, cada vez mais, marcam os percursos de vida ativa desta geração. É neste cenário que se discute também, em algumas arenas públicas, a definição de um novo contrato social em termos de equidade e justiça intergeracional, considerando o risco acrescido de pobreza que os jovens de hoje terão numa fase posterior das suas vidas, por via da diminuição dos rendimentos que contam para a formação da sua reforma.

Os Milénio em tempos de austeridade: uma geração em construção

Para além da distância conceptual entre efeitos de idade e efeitos de geração, podem-se ainda juntar os *efeitos de período* à análise das variações atitudinais e comportamentais em função de grupos etários. São efeitos

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

que remetem para leituras interpretativas que apontam para variações resultantes de fatores conjunturais relevantes, e que tendem a atingir num determinado período de tempo o conjunto da população (e não apenas uma ou outra geração), ainda que de formas diferenciadas. Todavia, existem conjunturas caracterizadas por reconfigurações de tal forma intensas e profundas, que dificilmente os seus efeitos poderão ser circunscritos ao período em que acontecem e posteriormente revertidos a curto e a médio prazo. É o caso dos anos que, na ressaca da crise do *subprime* em 2008, mundialmente repercutida, vêm a ser marcados em Portugal pela instauração de um conjunto de medidas de austeridade imposto pela conhecida *Troika*, formada pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional.

É essa conjuntura que, em grande medida, baliza os dados apresentados neste livro (2011-2015). Considerando os efeitos que produziu na estrutura social e económica da sociedade portuguesa (e de outras sociedades do Sul da Europa), colocamos a hipótese de a implementação das políticas de austeridade nesse período ter funcionado como *marcador geracional*, não no sentido de constituir um evento responsável por ruturas abruptas, mas de intensificar e acelerar processos económicos e sociais que já vinham de trás, e que são geradores de um contexto estruturalmente diferenciado do passado. Ou seja, não estamos perante descontinuidades históricas diretamente induzidas pela recessão económica, mas resultantes de tendências que já se vinham a assinalar e que prognosticavam a fragilidade da esperança da geração 25 de Abril em consolidar um Estado Social forte, com justiça social e crescimento económico.

Com efeito, o quadro de condições inauguradas no 25 de Abril que potenciou a crença da geração que, desde cedo, nelas se formou nas possibilidades de segurança material e de mobilidade social ascendente – condições essas que, ao longo dos anos 80, passaram pela estabilização do sistema democrático e do Estado-Providência, uma conjuntura de crescimento económico e de progressiva terciarização da economia, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, o aumento substancial da escolarização e a expansão dos meios de comunicação social – e que acalentou um sentimento de esperança no futuro entre as crescentes frações das classes médias, não foi suficientemente sólido para garantir às gerações vindouras a continuidade desse mesmo sentimento.

Pelo contrário, durante a década de 90 foi-se acentuando a experiência social de uma conjuntura de crise económica, com graves consequências a nível do mercado de trabalho, permanecendo a vulnerabilidade de certas categorias sociais, onde se incluem os jovens, sobretudo os menos

Geração Milénio?

qualificados (Ferreira 1998). A relativa estabilidade e segurança profissional de que os pais dos jovens de hoje beneficiaram no passado e projetaram para o futuro dos seus filhos foi dando lugar à flexibilidade laboral e à imprevisibilidade perante o futuro. A taxa de desemprego juvenil atingiu picos como nunca vistos no passado, a precariedade profissional instalou-se com durabilidade, e muitas garantias públicas de proteção social foram postas em causa.

A geração 25 de Abril, atualmente, vê os seus filhos a viver tempos de futuro sombrio, incerto, arriscado, com dificuldades em conseguirem os meios necessários para garantir a sua emancipação financeira e desenhar projetos de vida independente. As estratégias tradicionalmente virtuosas em tornar possível o encontro entre aspirações, projetos e trajetórias de sucesso, em grande medida centradas em escolaridades longas, passaram a ser questionadas, sobretudo no contexto de compressão do emprego disponível e de precarização da relação laboral em Portugal, agravado depois de 2011. Seria ingenuidade sociológica pensar que as tendências identificadas para os anos da crise, em Portugal mas não só, estarão circunscritas a efeitos de conjuntura. O período de crise terá sido o culminar de um conjunto de tendências que já se faziam sentir na sociedade portuguesa, ponto de viragem provavelmente sem retorno cujos efeitos terão consequências duráveis nas gerações vindouras.

Muitos dos efeitos identificados ao longo deste livro poderão ser explicados à luz da conjuntura austeritária e de crise que Portugal atravessou no período imediatamente anterior à data da realização do inquérito cujos dados irão ser analisados. Esses efeitos corresponderão a um padrão comportamental e atitudinal em grande medida forjado e intensificado pela flexibilização e pela liberalização do mercado de trabalho induzidas pelas políticas de austeridade. Mas não podemos negar a possibilidade de esses efeitos, tendo ido muito além da esfera económica de forma intensa e lacerante, poderem ter instaurado «um regime social de existência precária» com «consequências profundas e dificilmente reversíveis, pelo menos a médio prazo, na economia, no mundo do trabalho, mas também nas estruturas sociais e de classe» (Carmo e Barata 2017, 322-323).

Neste cenário, os efeitos de período detetados terão, com certeza, condições para se propalar para além desta conjuntura no tempo, legitimando a hipótese de se cristalizarem no tempo e se transformarem em efeitos geracionais, no sentido de se prolongarem no tempo individual dos percursos de vida dos indivíduos socializados, desde cedo, no tempo histórico desse conjunto de mudanças. Os Milénio, quer nas formulações discursivas que sobre eles recaem, quer nas condições objetivas que en-

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

volvem as suas experiências e mundividências, poderão estar a anunciar a configuração de uma nova geração, ainda em construção. Não ainda uma geração efetiva, no sentido sociológico do termo, mas a expressão de um processo de transição geracional vivido globalmente, onde os Milénio terão sido os primeiros jovens a ter de lidar diretamente com a realidade do capitalismo neoliberal, ajustando muitas das expetativas e aspirações, de que ainda partilham, à dura estrutura de constrangimentos e oportunidades que lhes é disponibilizada.

Itinerário do livro

É neste contexto que o livro *Geração Milénio? Um Retrato Social e Político* pretende analisar um conjunto de atitudes e comportamento dos jovens em domínios centrais das suas vidas – o trabalho, o lazer e a política – numa perspetiva longitudinal e comparativa:

- 1) Comparações com dados europeus no sentido de contextualizar estrutural e longitudinalmente os jovens portugueses entre os seus congéneres europeus, no sentido de perceber potenciais efeitos resultantes da conjuntura internacional de crise financeira, particularmente agravada em Portugal considerando as medidas austeritárias impostas ao país em 2011;⁵
- 2) Comparações com a população portuguesa pertencente a outras coortes etárias, nomeadamente adultos e idosos, no sentido de identificar potenciais efeitos geracionais e/ou de idade sobre a forma como se pensa e age nos domínios do trabalho, do lazer e da política;
- 3) E ainda comparações intrageracionais, considerando dois escalões etários tradicionalmente correspondentes a distintas fases da transição para a idade adulta (15-24 anos e 25-34 anos), bem como algumas variáveis relevantes na segmentação da condição juvenil em «unidades geracionais», como o género, a escolaridade e as condições materiais de vida dos jovens.

O capítulo 1 – «Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade» da autoria de Vítor Sérgio Ferreira, analisa o fenómeno do desemprego juvenil em acentuado crescimento em Por-

⁵ Os dados oficiais nacionais e internacionais apresentados longitudinalmente só vão até 2014, na medida em que, com eles, apenas se pretende caracterizar a estrutura social e económica que contextualiza os inquiridos até ao momento em que responderam ao inquérito, em março de 2015.

Geração Milénio?

tugal ao longo do primeiro quinquénio da segunda década do século XXI, a par de outros países da Europa do Sul, como realidade concreta e possibilidade futura na trajetória de vida dos jovens portugueses. Como se verá, os anos sob a égide das políticas de austeridade corresponderam a uma conjuntura onde os jovens experimentaram dificuldades acrescidas nas suas transições para a idade adulta, em grande medida resultantes do aumento muito acentuado do desemprego juvenil e da ampliação do seu tempo de duração.

Foi um período onde o desemprego deixou de ser uma situação temporária e intermitente nos percursos de inserção laboral de muitos jovens, correndo o risco de se tornar numa condição estrutural ao longo dos seus percursos de vida. Daí os dados nos darem a ver na sociedade portuguesa um quadro maioritário de preocupação com a possibilidade de vir a perder o emprego – quer em relação ao próprio, quer perante a possibilidade de a situação ocorrer com familiares próximos (filhos e cônjuges) –, bem como um quadro de alargada descrença na facilidade em se obter um outro emprego num horizonte de curto prazo.

Estamos perante um padrão atitudinal típico de uma conjuntura de compressão do emprego e de retração de medidas de apoio social por parte do Estado, condições em que a «família-providência», enquanto dispositivo de solidariedade intergeracional, continua a ser chamada a apoiar os seus membros em dimensões onde a ação do Estado social é deficitária, inexistente ou ineficiente. Desconstruindo o mito da existência de um «conflito de gerações», as novas condições estruturais terão aproximado o relacionamento intergeracional na esfera familiar. Não só porque as diferentes gerações tendem a manter-se mais tempo juntas ao longo da vida (não apenas pelo prolongamento da estadia dos filhos em casa, mas também por, cada vez mais, estes terem de voltar depois de já terem saído, por razões diversas), mas também porque se constroem redes de solidariedade intergeracional dentro da família que passam, muitas vezes, por trocas de géneros, serviços e/ou apoios financeiros, e que atenuam situações e momentos mais frágeis e difíceis, como situações de desemprego, por exemplo.

Por outro lado, é importante reconhecer que não é apenas a mais jovem geração que tem de responder às novas condições de mudança económica, política e social. Estes são desafios que afetam todos os grupos etários, ainda que com efeitos e intensidades diferenciados (France e Roberts 2015, 222; Wyn e Woodman 2006, 504). Daí a preocupação com o desemprego crescer com o avançar na idade, resultado do etarismo expectável em muitos sectores de atividade.

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

Longe da crença em soluções que radicam na responsabilidade individual face ao desemprego, como as que fundamentam as políticas públicas neoliberais centradas no apoio ao «empreendedorismo» e à «empregabilidade» dos jovens (Boltanski e Chiapello 1999), os dados mostram também como a sociedade portuguesa é atravessada pela perceção de que as causas do desemprego juvenil, atualmente, dependem sobretudo de condições estruturais relacionadas com a diminuição do volume de emprego e de compressão do mercado de trabalho.

Nas orientações perante o trabalho, denota-se ainda um efeito da conjuntura de crise, considerando a supremacia relativa dos valores instrumentais relacionados com a «estabilidade» e a «segurança» no domínio do trabalho, mesmo entre a geração mais jovem. As formas como o trabalho é valorizado indicam, contudo, a diversidade desta geração em termos de vulnerabilidade perante as condições emergentes. Embora transversalmente sobrevalorizadas, as orientações mais instrumentais perante o trabalho tendem a ser mais realçadas entre os jovens com menores qualificações e em situação de desemprego.

No sentido inverso, ainda que não adquiram um valor central, as «possibilidades de realização pessoal» através do trabalho alcançam uma relevância acrescida entre os jovens em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas. São também estes os que tendem a expressar uma atitude mais otimista face ao futuro, acreditando que a crise se resolverá a curto prazo, melhorando a situação laboral do país. Dominava, contudo, em 2015, um espectro maioritariamente pessimista perante a perspectiva de resolução da crise e da situação laboral a curto prazo no futuro, onde Portugal aparece entre os países mais pessimistas da Europa.

A par da profunda transformação estrutural das condições laborais e do mercado de trabalho, uma outra, mais silenciosa, vem também emergir da experiência quotidiana dos jovens nascidos depois dos anos 90. Estamos a falar das condições globalizadas de conexão, proporcionadas quer pelo entrosamento das novas tecnologias da informação e da comunicação no quotidiano, quer pelo alargamento relativo das oportunidades de mobilidade geográfica em termos internacionais. Os Milénio crescem com a internet, familiarizados com um conjunto de *gadgets* de tecnologia digital, num mundo mais conectado e que tende a ter fronteiras mais fluidas. Estas condições vieram a conceber uma realidade geracional que vai além das realidades nacionais. As experiências tradicionalmente enraizadas e compreendidas numa ordem nacional encontram condições para rápida e eficazmente poderem ser partilhadas a uma escala

Geração Milénio?

transnacional, potenciando a criação de uma consciência geracional global (Beck e Beck-Gernsheim 2009; Edmunds e Turner 2005).

Com efeito, no capítulo 2 – «Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet», de Jussara Rowland, a análise comparativa de alguns indicadores sobre as realidades dos jovens a viver em Portugal em termos das suas experiências e atitudes face à mobilidade internacional e das suas práticas de lazer e usos da internet dá a conhecer uma geração conectada digitalmente, com mais acesso a informação e conteúdos lúdicos através da internet, com mais competência em matéria digital, e com maior apetência para a mobilidade por motivos relacionados com estudos superiores ou com o lazer, relativamente às gerações precedentes.

Ainda que os indicadores de mobilidade laboral internacional dos Milénio a viver em Portugal não os distingua relativamente às experiências das gerações suas predecessoras, os jovens continuam a procurar experiências laborais no estrangeiro sobretudo por motivos instrumentais, relacionados com o desemprego e a procura de melhores condições de trabalho, mas também motivações de ordem expressiva e cosmopolita, com expectativas de desenvolvimento pessoal, carreira e conhecimento de novas realidades.

No entanto, mais uma vez, denota-se como os níveis socioeconómico e de escolaridade dos jovens condicionam, em grande medida, as suas capacidades e aspirações de mobilidade. É sobretudo entre os jovens menos e mais escolarizados que as experiências de mobilidade laboral acontecem, sendo que entre os primeiros são mais comuns experiências de trabalho permanente, e, entre os segundos, experiências de tipo formativo (estágios profissionais). As experiências lúdicas de mobilidade, sendo uma prática geracionalmente distintiva, são bastante mais partilhadas entre jovens cultural e socialmente mais favorecidos. As experiências de mobilidade relacionada com estudos superiores, embora mais comuns entre os jovens do que em gerações anteriores, continua a ser uma experiência vivenciada por uma minoria.

O acesso à internet, por sua vez, é o indicador que apresenta uma clivagem geracional mais marcada, verificando-se totalmente generalizado entre os mais novos, sendo mais raro à medida que a idade avança. Como se verá, a introdução das tecnologias da informação e da comunicação nos quotidianos juvenis veio alterar os tempos e as formas de lazer dos mais jovens, trazendo mais oportunidades de acesso à informação e a conteúdos lúdicos a jovens de todos os contextos socioeconómicos. As suas formas de uso, no entanto, vão revelar-se diferenciadas em função da fase do percurso de vida em que os jovens estão, bem

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

como do seu nível de escolaridade e condições socioeconómicas. Os mais jovens e do sexo masculino tendem a ter uma utilização mais lúdica e convivalista da internet, sendo que os mais penalizados no acesso ao uso de tecnologia são os jovens que declaram viver com muitas dificuldades económicas.

Apesar das diferenças que ainda persistem entre jovens com diferentes capitais escolares e económicos, o retrato que se evidencia é de uma geração mais nómada e conectada, para quem o mundo e os recursos digitais assumem uma relevância crescente na vida escolar, profissional e, sobretudo, sociabilística e lúdica. Relevância que, decerto, configurará formas radicalmente diferentes de viver a vida adulta relativamente às gerações mais velhas.

Perante a mudança global nas condições estruturais dos jovens nascidos depois dos anos 80, em termos de condições de autonomização na vida pessoal e de comunicação na vida quotidiana, os Milénio poderão estar na génese de uma geração marcada pelas mudanças estruturais que a crise económico-financeira acelerou e consolidou. Não parecem estar, no entanto, na posição de agentes ativos na mudança social com que têm de lidar atualmente, tal como Mannheim preconizava, e como o foi, de alguma forma, a geração pós-25 de Abril, com as suas lutas a montante (lutas estudantis e contra a guerra colonial) e a jusante dessa data, no período imediatamente após a revolução.

Os jovens de hoje parecem estar mais *sujeitos às* mudanças moldadas por forças poderosas e invisíveis («os mercados financeiros»), do que serem *sujeitos das* mudanças que os seus modos de vida expressam. Provavelmente porque, enquanto geração de transição, os Milénio não configuram ainda uma *geração por si*, com suficiente consciência dos desafios que lhe são comuns e dos recursos que têm à sua disposição (políticos, educativos, económicos, etc.) para se tornar «estratégica», no sentido de explorar o poder de (re)formatar as circunstâncias da sua experiência social e, deste modo, influenciar as oportunidades de agenda e de ação coletiva dos futuros jovens (Edmunds e Turner 2005, 17).

Embora nem todas as gerações tenham de ser explicitamente políticas e dotadas de potência transformadora (Roberts 2012, 480), existem entre os jovens de hoje expressões de resistência às novas condições estruturais que experienciam, bem como a tentativa de configurar alternativas ao sistema social que se desenha. Tal tem sido patente em vários movimentos sociais organizados de forma global, rizomática e virtual durante os anos da crise, movimentos que adquirem configurações diferenciadas em contextos localizados. Movimentos como os Precários Inflexíveis, os

Geração Milénio?

Indignados, ou o Movimento 12 de Março – resultante da organização de uma manifestação anticrise realizada nesse mesmo dia, em 2011, mobilizada pelas redes sociais –, adquiriram expressão em Portugal (Pais 2014). Estes movimentos, entre outros, podem indicar novas formas de olhar para e de fazer política entre os jovens de hoje, de atuar como cidadãos contra desafios como a financeirização desumanizada do capitalismo neoliberal, a desestruturação dos mercados de trabalho ou o fim dos empregos na nova economia informacional (Caren, Ghoshal e Ribas 2011; Williamson 2014; Cardoso 2015; Milkman 2017).

No sentido de averiguar se os jovens portugueses estarão a configurar novas formas de relação com a política, foram questionados acerca das suas perceções de democracia, padrões de mobilização e de identificação partidária, e níveis de participação cívica e política. A análise destes indicadores ao longo do capítulo 3 – «Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015», de Marina Costa Lobo e Edalina Rodrigues Sanches, dá a ver que Portugal está entre os países europeus onde a satisfação com a democracia é mais baixa, a par dos países da Europa Central, do Leste e do Sul. Dá ainda a conhecer uma quebra significativa nas atitudes e nos comportamentos de cidadania política desde 2007, ano em que foi aplicado um inquérito de onde alguns indicadores foram recuperados e replicados no questionário de 2015. O ceticismo e o distanciamento em relação à política é uma das tendências que mais sobressaem no capítulo 3.

O quadro que emerge nesse capítulo é o de uma cidadania política que enfraqueceu com o tempo, tendência que aponta para os efeitos da crise económica sobre as perceções dos portugueses em relação à política. A tendência de declínio das atitudes positivas, da identificação partidária e da participação cívica e política, sugere uma deterioração da qualidade da democracia em Portugal, considerando os dados recolhidos um pouco antes do início da crise financeira que abalou a Europa e Portugal, e no ano em que terminou o empréstimo à *Troika* por parte do Estado português.

Mais uma vez, será legítimo perguntar se este efeito de conjuntura detetado poderá densificar-se no tempo e transformar-se num efeito geracional. Se em muitas atitudes e comportamentos políticos encontramos um efeito de idade, com os jovens a aderirem a valores semelhantes aos adultos e aos mais idosos à medida que se processam as suas transições para a idade adulta – nomeadamente em indicadores como a exposição aos *media*, o interesse pela política, a pertença a organizações como partidos políticos, sindicatos e associações ou ordens profissionais, e a fre-

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

quência do voto –, a nível das formas de participação política (convencional e não-convencional) esse padrão não foi tão claramente encontrado, podendo denotar um efeito de mudança geracional na forma de participação na vida política. Os mais idosos, de facto, participaram em eventos políticos nas quais os jovens se envolvem pouco, a saber, manifestações políticas ou comícios partidários.

Este conjunto de indicadores veio confirmar a ideia de que começa a haver, de facto, uma diferença significativa entre a geração 25 de Abril – isto é, aqueles que tinham entre 15 e 25 anos em 1974, marcados por um padrão de maior envolvimento na participação política – e as restantes gerações, incluindo os Milénio, que tendem a participar menos. No entanto, entre estes últimos, destacam-se diferenças substanciais nas atitudes e práticas políticas em termos de género, grau de escolarização e de rendimento: os jovens do sexo masculino, mais escolarizados e os que referem viver mais confortavelmente com o seu rendimento, exibem atitudes mais positivas em relação à política e envolvem-se mais em termos cívicos e políticos. Mas não são apenas os determinantes sociais que contam: a mobilização política – nomeadamente ter uma identificação partidária ou ter interesse pela política – também se observa, em grande medida, determinante no envolvimento cívico dos jovens.

Considerações finais

Considerando, por um lado, a centralidade do trabalho enquanto meio de vida e os efeitos reticulares que as mudanças ocorridas nessa esfera existencial durante a crise económico-financeira têm sobre os restantes domínios e percursos de vida dos jovens (redução dos salários, precarização das condições laborais e contratuais; diminuição do número de empregos e perda de direitos sociais que lhe eram associados em termos de proteção social na sua ausência), e, por outro lado, a intensidade das mudanças introduzidas pela digitalização de várias esferas da vida quotidiana dos jovens, bem como a sua mais facilitada e valorizada mobilidade geográfica, são em grande medida condições de mudança estrutural que permitem colocar a hipótese de as experiências e as subjetividades dos Milénio, quer no momento presente e quer no horizonte de futuro que lhes é apresentado enquanto adultos, estarem a configurar-se de forma bastante diferente das gerações precedentes.

Em geral, a geração 25 de Abril tinha expectativas mais elevadas e definidas face ao seu futuro, de mobilidade social, de crença no valor do diploma escolar, nomeadamente do diploma de ensino superior, de

Geração Milénio?

acesso e progresso no mercado de trabalho, inclusive de remuneração e realização pessoal (Pais 1998). A acelerada flexibilização do mercado de trabalho, em termos de vínculos contratuais, temporais e até geográficos, a ubíqua digitalização dos modos de vida, e a ausência de condições para desenhar projetos de (e com) futuro, estão a tornar o percurso de vida dos jovens desta geração numa sequência de experiências, voluntárias ou não, orientado por expectativas e aspirações muito «presentistas».

Deparados com uma realidade onde a estabilidade é muito difícil de garantir e o futuro é feito de cenários abertos, o importante passa a ser o momento presente, a aproveitar em termos não apenas hedonistas, mas também de realização pessoal e identitária. Ao mesmo tempo, até por via da presença maciça das novas tecnologias de informação e comunicação entre a mais jovem geração, mas também da relativa democratização do acesso «à viagem» (voos *low-cost*, diferentes formas de alojamento a baixos custos, programas de intercâmbio estudantil), esta é uma geração que tende a ter «mais mundo» nos seus horizontes, e a ter acesso a mais e diversificadas experiências na sua biografia, bastante mais segmentada, despadronizada e desritualizada do que no passado.

Ao mesmo tempo, num contexto global de grande insegurança económica, caracterizado por condições de inserção profissional e social muito adversas para grandes camadas da juventude portuguesa, não surpreende que os jovens continuem a dar prioridade valorativa à estabilidade e à segurança económica, como os seus pais e os seus avós. No entanto, conscientes das suas dificuldades de inserção social, a nível de emprego e, conseqüentemente, da obtenção de uma situação estável e autónoma em termos de bem-estar material, habitação, família, etc., os jovens de hoje procuraram adaptar-se e gerir as suas condições objetivas na base de escolhas e decisões individuais, concomitantes a uma atitude de forte ceticismo diante das grandes estruturas, aparelhos, ideologias e modos de fazer política tradicionais.

Daí o padrão de declínio no envolvimento político entre eles detetado, de resto generalizado ao conjunto da população portuguesa, em parte resultado da conjuntura de crise, mas também determinada por fatores que tornam os jovens numa condição social heterogénea. Apesar do seu fraco envolvimento cívico e político, a transição para a vida adulta poderá levar ao maior envolvimento desta geração à medida que se for integrando social e profissionalmente na vida do seu país. Ou, considerando o cenário de transição geracional antes traçado, à medida que a experiência dessa integração vai sendo sentida com acrescidas dificuldades.

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

Referências

- Aboim, Sofia, e Pedro Vasconcelos. 2013. «From political to social generations: a critical reappraisal of Mannheim's classical approach». *European Journal of Social Theory*, 17 (2): 165-183.
- Allen, Martin, e Patrick Ainley. 2010. *Lost Generation?: New strategies for youth and education*. Londres: Continuum.
- Bauman, Zigmund. 2007. «Between us, the generations». In *On Generations. On Coexistence between Generations*, org. J. Larrosa. Barcelona: Fundação Viure I Conviure, 365-376.
- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2009. «Global generations and the trap of methodological nationalism for a cosmopolitan turn in the sociology of youth and generation». *European Sociological Review*, 25 (1): 25-36.
- Bessant, Judith, Rys Farthing, e Rob Watts. 2017. *The Precarious Generation. A Political Economy of Young People*. Nova Iorque: Routledge.
- Boltanski, Luc, e Ève Chiapello. 1999. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Cardoso, Adalberto. 2015. «Metamorfoses da questão geracional: o problema da incorporação dos jovens na dinâmica social». *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 58 (4): 873-912.
- Caren, Neal, Raj Andrew Ghoshal, e Vanesa Ribas. 2011. «A social movement generation: cohort and period trends in protest attendance and petition signing». *American Sociological Review*, 76 (1): 125-151.
- Carmo, Renato Miguel, e André Barata. 2017. «Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização». *Revista do Serviço Público*, 68 (2): 319-342.
- Edmunds, June, e Bryan S. Turner. 2005. «Global generations: Social change in the ywentieth century». *British Journal of Sociology*, 56 (4): 559-577.
- Feixa, Carles. 2014. *De la Generación @ a la Generación #. La juventude en la era digital*. Barcelona: NED Ediciones.
- Feixa, Carles, e Carmen Leccardi. 2010. «O conceito de geração nas teorias sobre juventude». *Revista Sociedade e Estado*, 25 (2): 185-204.
- Ferreira, Vítor Sérgio. 1998. «Atitudes dos portugueses perante a sociedade». In *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, org. José Machado Pais. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude, 149-244.
- Ferreira, Vítor Sérgio, e Cátia Nunes. 2010. «Les trajectories de passage à l'âge adulte en Europe». *Politiques Sociales et Familiales*, 102: 21-38.
- France, Alan, e Steven Roberts. 2015. «The problem of social generations: a critique of the new emerging orthodoxy in youth studies». *Journal of Youth Studies*, 18 (2): 215-230.
- Gouglas, Athanassios. 2013. «The young precariat in Greece: what happened to 'Generation 700 euros'?» *European Perspectives – Journal on European Perspectives of the Western Balkans*, 5 (:): 30-47.
- Hargittai, Eszter. 2010. «Digital na(t)ives? Variation in internet skills and uses among members of the 'net generation'». *Sociological Inquiry*, 80 (1): 92-113.
- Howe, Neil, William Strauss. 2000. *Millennials Rising: The Next Great Generation*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Ieracitano, Francesca. 2014. «New European citizens The Erasmus generation between awareness and skepticism». *European Journal of Research on Social Studies*, 1 (1): 16-21.

Geração Milênio?

- Jones, Chris, e Binhui Shao. 2011. *The Net Generation and Digital Natives Implications for Higher Education*. York: Higher Education Academy.
- Lopes, João Teixeira. 2014. *Geração Europa? Um Estudo sobre a Jovem Emigração Qualificada para França*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Mannheim, Karl. 1990 [1928]. *Le problème des générations*. Paris: Nathan.
- Milkman, Ruth. 2017. «A new political generation: Millennials and the post-2008 wave of protest». *American Sociological Review*, 82 (1): 1-31.
- Pais, José Machado, org. 1998. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, José Machado. 2014. «De uma geração rasca a uma geração à rasca: jovens em contexto de crise». In *Narrativas Juvenis e Espaços Públicos. Olhares de Pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais*, orgs. Paulo Carrano e Osmar Fávero. Niterói: Editora da UFF, 71-95.
- Parment, Anders. 2014. *Marketing to the 90s Generation: Global Data on Society, Consumption, and Identity*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Ponte, Cristina. 2011. «Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65: 31-50.
- Pritchard, Katrina, e Rebecca Whiting. 2014. «Baby boomers and the lost generation: on the discursive construction of generations at work». *Organization Studies*, 35 (11): 1605-1626.
- Roberts, Ken. 2007. «Youth transitions and generations: a response to Wyn and Woodman». *Journal of Youth Studies*, 10 (2): 263-269.
- Roberts, Ken. 2012. «The end of the long baby boomer generation». *Journal of Youth Studies*, 15 (4), 479-497.
- Scheger, Simone. 2012. «Concepts of generation and their empirical application: form social formations to narratives – A critical appraisal and some suggestions». *CREST Working paper*, n.º 117, University of Manchester.
- Serazio, Michael. 2015. «Selling (digital) millennials: the social construction and technological bias of a consumer generation». *Television & New Media*, 16 (7): 599-615.
- Standing, Guy. 2014. «O precariado e a luta de classes». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103: 9-24.
- Tapscott, Don. 1998. *Growing Up Digital: The Rise of the Net Generation*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- Timonen, Virpi, e Catherine Conlon. 2015. «Beyond Mannheim: conceptualizing how people ‘talk’ and ‘do’ generations in contemporary society». *Advances in Life Course Research*, 24: 1-9.
- Weller, Wivian. 2010. «A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim». *Revista Sociedade e Estado*, 25 (2): 205-224.
- White, Jonathan. 2013. «Thinking generations». *British Journal of Sociology*, 64 (2): 216-247.
- Williams, Kaylene C., e Robert A. Page. 2011. «Marketing to the generations». *Journal of Behavioral Studies in Business*, 3: 1-17.
- Williamson, Howard. 2014. «Radicalization to retreat: responses of the young to austerity Europe». *International Journal of Adolescence and Youth*, 19 (1): 5-18.
- Wilson, Iain. 2011. «What should we expect of ‘Erasmus generations’?». *Journal of Common Market Studies*, 49 (5): 1113-1140.
- Woodman, Dan. 2013. «Researching ‘ordinary’ young people in a changing world: the sociology of generations and the ‘missing middle’ in youth research». *Sociological Research Online*, 18 (1).

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

- Wyn, Johanna. 2012. «The making of a generation: policy and the lives and aspirations of Generation X». *Journal of Educational Administration and History*, 44 (3): 269-282.
- Wyn Johanna, e Dan Woodman. 2006. «Generation, youth and social change in Australia». *Journal of Youth Studies*, 9 (5): 495-514.
- Wyn, Johanna, e Dan Woodman. 2007. «Researching youth in a context of social change: a reply to Roberts». *Journal of Youth Studies*, 10 (3): 373-381.



Vítor Sérgio Ferreira

Capítulo 1

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Introdução

Muitas das matérias jornalísticas e estudos sobre contrastes e similitudes geracionais, nomeadamente com a dita «Geração Milénio», colocam o trabalho e o emprego como umas das esferas da vida onde as mudanças geracionais mais se têm sentido (Hajdu e Sik 2015; Hansen e Leuty 2012; Kelan 2014; Lyons e Kuron 2014; Papavasileiou e Lyons 2015; Tolbize 2008). Essas mudanças são identificadas quer a nível estrutural das condições de trabalho e da relação salarial a que os jovens são sujeitos nos processos de inserção profissional (maior flexibilidade e precariedade das situações contratuais, benefícios sociais mais limitados, menores salários, menor volume de emprego, etc.), quer a nível das éticas que partilham perante a vida laboral (supostamente mais orientadas para o empreendedorismo, para a realização pessoal e para a valorização dos conteúdos das tarefas, por exemplo).

Não são de hoje as dificuldades de inserção dos jovens na vida ativa. Depois de estabilizada a conjuntura política e social pós-25 de Abril e com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986, entre 1985 e 1991 o nível do desemprego juvenil decresce e as taxas de escolarização começam a crescer significativamente, nomeadamente no ensino superior (Figueiredo, Lorga da Silva e Ferreira 1999). Estas condições estruturais proporcionam um contexto de confiança no futuro entre as coortes etárias nascidas nos anos 60 e 70 em Portugal e socializadas nessas condições aquando das suas transições para idade adulta, coortes em torno das quais foi construída a designação «Geração 25 de Abril» (Pais 1998a).

A partir dos anos 90, no entanto, os níveis de desemprego geral e juvenil recomeçam um movimento ascendente (Ferreira *et al.* 2006), trans-

Geração Milénio?

formando-se num fenómeno que Natália Alves veio a identificar como «incontrolável, massivo e seletivo. Incontrolável, porque não parou de crescer nos últimos 20 anos, à exceção da última metade da década de 80. Massivo porque atingiu um número elevado de assalariados. Seletivo porque não se distribuiu uniformemente por todas as categorias de trabalhadores, incidindo principalmente nos grupos sociais mais vulneráveis (jovens, mulheres e, nalguns países, emigrantes) ou em sectores de atividade específicos» (Alves 1993, 651).

Como fatores explicativos das dificuldades acrescidas dos jovens na sua transição para o mercado de trabalho nos idos anos 90, já eram apresentados «a diminuição do volume de emprego, em particular em sectores de atividade tradicionalmente recetivos à mão-de-obra juvenil, e a precarização da relação salarial» (Alves 1998, 110). A par destas dificuldades, continuava a sentir-se, porém, a ampliação das aspirações escolares dos jovens e a sua aposta no prolongamento das suas trajetórias a nível superior, acreditando no valor do diploma como antídoto contra as dificuldades de inserção profissional: «um dos elementos mais distintivos que caracteriza os jovens dos anos Noventa reside no elevado número dos que apostam em trajetórias escolares prolongadas, principalmente nas que conduzem à obtenção de um diploma de nível pós-secundário» (Alves 1998, 89).

Quando compara alguns indicadores comuns aos Inquéritos Nacionais à Juventude aplicados em 1997 e em 1987, José Machado Pais confirma estas mesmas tendências, concluindo que os jovens dos anos 90 «manifestam maiores aspirações relativamente às qualificações académicas que pensam vir a obter» relativamente aos jovens dos anos 80, nomeadamente quanto a virem a frequentar o ensino superior; «em contrapartida, parecem revelar uma maior consciência das dificuldades de inserção profissional e das ameaças do desemprego» (Pais 1998b, 189).

Perante o cenário traçado, a Geração 25 de Abril vislumbra-se como uma geração que, tendo sido socializada em condições marcadas pela expansão ininterrupta da escolarização, aos seus mais diversos níveis – desde a escolaridade obrigatória até ao ensino superior, nos seus diferentes ciclos –, foi acalentando ao longo do seu percurso escolar aspirações e expectativas elevadas quanto ao *valor de empregabilidade* dos diplomas que foram acumulando – ou seja, o valor atribuído a esse dispositivo no acesso a um posto de trabalho equivalente às qualificações que certifica, a formas mais estáveis de emprego e, em última instância, até mesmo no acesso a um posto de trabalho *tout court*.

Mas o facto é que a notável progressão da escolarização dos segmentos juvenis da população portuguesa nos últimos 40 anos, e a conseqüente am-

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

pliação das aspirações e expectativas deste segmento populacional de uma melhor qualidade de vida no futuro, a nível da estabilidade e da segurança laboral, foi sendo acompanhada de dificuldades acrescidas na sua inserção profissional, nomeadamente no acesso a postos de trabalho que correspondam à qualificação obtida em termos de remuneração, estatuto e proteção social (Figueiredo, Lorga da Silva e Ferreira 1999; Ferreira *et al.* 2006).

Perante esta situação, José Machado Pais já colocava a seguinte questão no final dos anos 90: «será que o sistema de ensino não estará inculcando nos jovens expectativas desmesuradas, ou pelo menos desproporcionadas, relativamente à prosaica realidade do mundo do trabalho? E ao serem defraudadas tais expectativas, em jovens com fortes expectativas de mobilidade social, não se estarão a criar condições para o surgimento, no futuro, de formas específicas de *desencanto social*?» (Pais 1998b, 190).

Cerca de 20 anos depois, a hipótese colocada por José Machado Pais veio, na realidade, a confirmar-se. As reações sociais que vieram a ser desencadeadas pela aplicação das medidas de austeridade impostas pela *Troika* em 2011 – patentes em movimentos sociais que, entretanto, eclodiram em Portugal e em outros países europeus e não só, como o Movimento 12 de Março, os Precários Inflexíveis, os Indignados, ou outros equivalentes – dão conta desse sentimento de desencanto e insatisfação social. Ainda que generalizado, trata-se de um sentimento em grande medida partilhado por jovens e adultos formados num horizonte de expectativas marcado pelo crescimento do Estado Social e pela crença no valor de empregabilidade dos diplomas escolares, horizonte de expectativas esse que é confrontado com um quadro de dificuldades no acesso ao mercado de trabalho que, não sendo totalmente novo, se intensificou sobremaneira no decorrer da conjuntura de profunda crise económica que se instalou no primeiro quinquénio de 2010.

Como se verá no primeiro ponto deste capítulo, a diminuição do volume do emprego e a consequente compressão do mercado de trabalho, a volatilização do emprego estável, a consolidação de uma relação laboral cada vez mais flexível, contingente, precária e individualizada, a redução salarial relativamente a gerações anteriores em funções e ocupações equivalentes, resultaram em índices muito elevados de desemprego, em particular de desemprego juvenil, nomeadamente entre segmentos até aí menos expostos a estas condições, como os jovens graduados (Cardoso *et al.* 2014). As configurações mais estruturais de desemprego também se intensificaram, na forma de desemprego de longa duração, assim como as formas de subemprego, presente no ressurgimento das formas atípicas de emprego, das economias do «biscate» e da informalidade.

Geração Milénio?

E note-se que os números oficiais do desemprego deixam de fora muitos daqueles jovens que prefeririam estar a trabalhar mas são contabilizados como população não-ativa, refugiados num sistema de ensino pelo qual se arrastam na condição de estudantes ou, desencorajados da procura ativa de emprego, figuram na condição de desocupados (mais conhecidos por jovens *nem-nem* - nem trabalham, nem estudam – os quais, em 2013, eram 13,1% dos jovens com idades compreendidas entre 15 e 24 anos, ultrapassando os 20% nos Açores e na Madeira) (Rowland *et al.* 2014).

Neste contexto, os jovens portugueses de hoje vivem uma condição social paradoxal, que os diferencia relativamente a outros países da Europa, como se verá mais à frente: nunca em Portugal houve uma condição juvenil tão qualificada e, ao mesmo tempo, tão frustrada nas aspirações e expectativas laborais socialmente nutridas pela escola e pela família, e em tamanhas dificuldades de inserção profissional. Uma geração em «*disritmia* entre o idealizado e o realizado», «quando os futuros imaginados são denegados pela realidade» (Pais 2012, 267). Ou, mais popularmente, uma «geração à rasca» (Pais 2014; Pinto 2011), metáfora popularmente usada para dar conta de quão crítica é a questão da inserção profissional dos jovens portugueses no último quinquénio, pelas dificuldades que gera e se propagam a várias dimensões e fases da vida, ultrapassando a dimensão laboral e resultando em problemas mais vastos de inclusão social.

Com efeito, a *vulnerabilidade* dos jovens não se faz sentir apenas na inserção do mundo do trabalho, atingindo uma dimensão muito mais ampla nas vidas juvenis, na medida em que afeta outras esferas das vidas em termos de (des)proteção social e de independência. Vários estudos apontam como essas dificuldades têm tido impactos marcantes na gestão da vida quotidiana dos jovens, bem como no delineamento e na concretização de projetos futuros que vão muito além da vida profissional, mas que desta dependem em grande medida. Falamos de transições que perpassam outras dimensões da condição juvenil e dos seus processos de transição para a «idade adulta», como a saída da casa dos pais e a autonomização habitacional, a conjugalidade e a experiência de parentalidade, por exemplo (Pais 2001, 2012; Guerreiro e Abrantes 2004; Alves *et al.* 2011; Ferreira e Nunes 2014).

De facto, é muito mais difícil e arriscada a tomada de decisão dos jovens adultos de hoje relativamente a projetos como sair de casa dos pais, comprar casa ou constituir família. Não por acaso, são projetos que vão sendo adiados e cuja realização vai acontecendo na medida das condi-

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

ções materiais de cada jovem, sempre com o espectro de poderem ser revertidas a qualquer momento. Essa é também, aliás, uma marca da atual geração: a *reversibilidade* a que estão sujeitos os estatutos sociais que vão assumindo ao longo da vida. Sai-se de casa dos pais correndo o risco de lá voltar, experimentam-se relações e conjugalidades, deixa-se de ser estudante com consciência da necessidade de mais tarde voltar à escola, é-se trabalhador e no dia seguinte está-se desempregado, estágios, formações e afins acumulam-se num percurso de vida cada vez mais labiríntico, em itinerários sociais sem grandes marcos de orientação. Por outro lado, face a essa «desfuturização» da sua vida, os jovens desta geração acabam por ser mais «presentistas» do que os de gerações anteriores, ou seja, acabam por valorizar muito mais as experiências que lhes são proporcionadas no presente e as respetivas gratificações, do que valorizar projetos de futuro, muito mais difíceis de delinear e concretizar e com gratificações incertas.

Numa conjuntura em que a noção de «inserção profissional» já não pode ser conceptualizada como um momento específico na vida (conotada com as ideias de «entrada na vida ativa», ou de «transição da escola para o trabalho») para converter-se num processo cada vez mais dilatado, fluido e impreciso (Alves 2008; Pais 2001), as articulações deste processo com os marcadores de passagem tradicionais estão a criar formas de transição para a idade adulta feitas de cenários e itinerários cada vez mais complexos, incertos, inseguros e arriscados (Almeida e Vieira 2013; Vieira, Ferreira e Rowland 2015), colocando em causa, inclusive, as próprias fronteiras simbólicas não apenas da condição de «jovem» mas também de «adulto». É neste contexto onde as estruturas de oportunidade no acesso ao emprego estão cada vez mais bloqueadas, acabando por vedar a cada vez mais jovens o acesso à concretização de outros projetos de vida, que a ideia de inserção profissional converge cada vez mais com a ideia de inclusão social, estando a obtenção de emprego intrinsecamente associada a mecanismos de proteção da exclusão social (Alves 2008, 76).

Marcarão estes impasses na vida profissional dos jovens uma mudança geracional? Serão, a par de outras dimensões da vida, identificadores de uma mudança estrutural de tal ordem na vivência destes jovens ao longo dos seus percursos de vida que poderão indiciar a emergência de uma nova geração? Serão os anos de austeridade e as mudanças que nele aconteceram (ou se intensificaram) um ponto de viragem e rutura geracional, tal como foi, no passado, o 25 de Abril? Em última instância, fará sentido falar de uma Geração Milênio, considerando tão-somente o qualitativo

Geração Milénio?

cronológico das mudanças estruturais que, lentamente, culminaram nos anos da austeridade?

Ainda será cedo para avaliar com rigor os impactes das mudanças que têm vindo a acontecer em termos da sua longevidade ao longo do percurso de vida da coorte etária nascida depois dos anos 90. Por enquanto, temos com certeza efeitos de conjuntura transversalmente partilhados por uma condição juvenil longa e que se alonga no curso de vida, ou seja, que estão cada vez mais longe de poderem ser conceptualizados como meros «efeitos de ciclo de vida». Efeitos em grande medida decorrentes de processos de inserção no mercado de trabalho cada vez mais descontínuos, mas onde o labirinto tende a conduzir quase sempre à mesma meta: a precariedade.

Tal como veremos no decorrer deste capítulo, as intensidades como esta é sentida e as formas como é vivida e gerida no decorrer do curso de vida são socialmente diversificadas e desiguais (subsecção «Meios de subsistência e estratégias de procura de trabalho»; secção «A predisposição para o empreendedorismo» e secção «Perceções sobre o desemprego juvenil»), uma vez que os efeitos da precariedade sobre as trajetórias profissionais depende, em grande medida, dos regimes de transição subjacentes aos contextos nacionais no espaço europeu, das origens sociais e dos capitais que os sujeitos, jovens ou adultos, acumularam nos respetivos percursos. Do mesmo modo, os sentimentos com que percecionam a possibilidade de desemprego (secção «O desemprego como possibilidade»), as atitudes que desenvolvem face ao trabalho (secção «Valores do trabalho») e a forma como encaram o futuro profissional (secção «Perspetivas perante o futuro»), também se mostram sensíveis a essas variáveis. Definitivamente, o respaldo público, familiar e escolar de alguns jovens relativamente a outros possibilitar-lhes-á que resistam melhor aos processos de desqualificação profissional que não estão em consonância com as suas aspirações e/ou qualificações. Outros, porém, viverão a precariedade das suas trajetórias profissionais e de vida em condições de maior sofrimento objetivo e subjetivo.

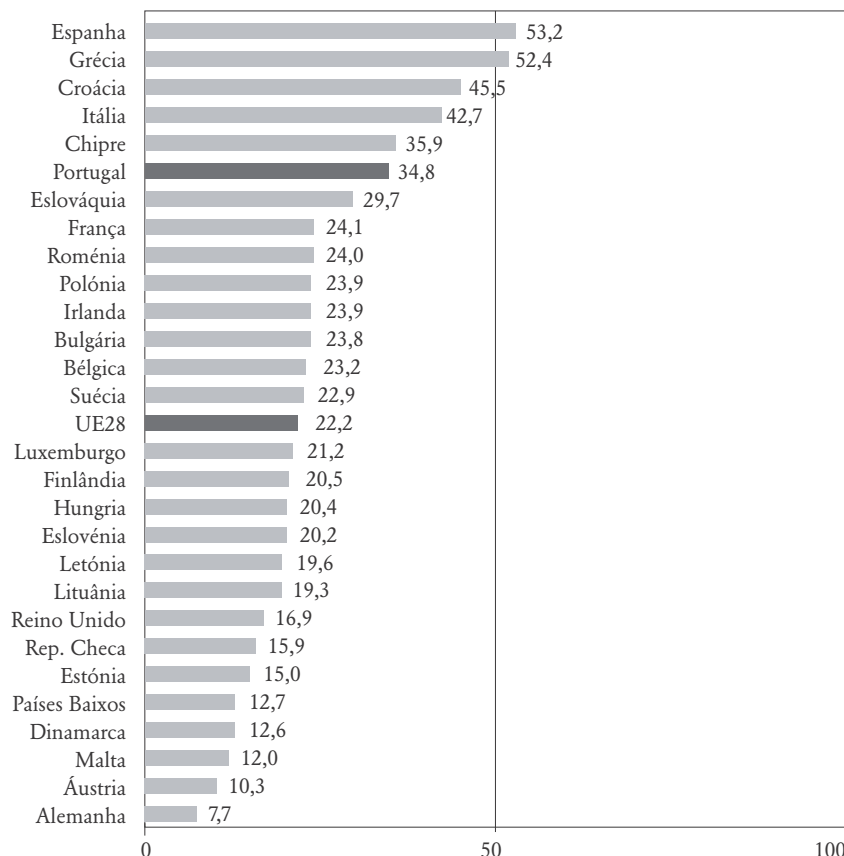
O desemprego como realidade

Taxas de desemprego juvenil

Não sendo específicas ao caso português, as dificuldades acrescidas no acesso dos jovens ao mercado de trabalho têm sido vividas com intensidades diferenciadas no espaço europeu. Em Portugal, a taxa de desem-

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Figura 1.1 – Taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 24 anos, em 2014 (média anual), na UE28 (%)



Fonte: Eurostat 2014, dados acedidos em abril de 2015.

prego dos jovens entre 15 e 24 anos apresentava, em 2014, um valor substancialmente mais elevado do que a média europeia: 34,8% *vs.* 22,2%, respetivamente (figura 1.1). Os países do Sul da Europa – nomeadamente a Espanha e a Grécia, com taxas de desemprego juvenil que ultrapassam a metade da população ativa, mas também a Itália e o Chipre – são os contextos nacionais onde as dificuldades de inserção no mercado de trabalho se sentem com intensidade acrescida, países onde a crise económica na Zona Euro eclodiu em maior escala, sendo também os países onde, tradicionalmente, os regimes de transição juvenil são menos apoiados pelo Estado Social (Walther 2006; Pohl e Walther 2007).

Os anos vividos sob as políticas de austeridade foram, efetivamente, particularmente penalizadores das inserções profissionais juvenis em Por-

*Geração Milénio?***Quadro 1.1 – Taxas de desemprego em Portugal entre 2011 e 2014, por grau de escolaridade (%)**

Ano	Total	Nenhum	Básico 1.º ciclo	Básico 2.º ciclo	Básico 3.º ciclo	Secundário ou pós-secundário	Superior
Taxa de desemprego população portuguesa							
2011	12,7	11,6	10,8	13,9	16,1	13,4	9
2012	15,5	14,4	13,3	16,5	18,5	17,6	11,6
2013	16,2	17,3	14,1	18	18,6	17,4	12,6
2014	13,9	13,9	12,7	15	16,6	15,3	10
Taxa de desemprego população jovem 15-24 anos							
2011	30,3	–	–	36,5	31,1	27,3	29,4
2012	37,9	–	–	38,9	39,1	35,8	39,3
2013	38,1	–	–	44	38,5	36	37,5
2014	34,8	–	55,5	48,2	37,1	32	31,7
Taxa de desemprego população jovem 25-34 anos							
2011	14,1	–	21,6	16,5	15,2	12,4	12,4
2012	18,1	–	29,3	21,5	18,2	16,9	16,7
2013	19	–	36	24,6	19,2	16,4	17,8
2014	15,5	42	31	21	15,2	14,9	14

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego (médias anuais), dados acedidos em abril de 2015.

tugal, com taxas de desemprego que chegaram aos 38% na população jovem entre 15 e 24 anos (INE 2015) (quadro 1.1). Particularmente penalizados foram os jovens com qualificações mais baixas: a taxa de desemprego da população jovem entre 15 e 24 anos em 2014 era de 55,5% entre os que detinham qualificações apenas a nível do 1.º ciclo do ensino básico, descendo progressivamente com o aumento do nível de escolaridade, e atingindo os 31,7% entre os jovens da mesma faixa etária com o ensino superior.

Mas mesmo entre os segmentos juvenis mais qualificados, as taxas de desemprego subiram abruptamente de 29,4% em 2011 para 39,3% em 2012, sendo que a sua descida depois dessa data deverá ser lida à luz de fatores como o aumento do fluxo imigratório entre esta população, e a crescente disponibilidade de muitos destes jovens em aceitar postos de trabalho abaixo do grau de qualificação que detêm, submetendo-se a condições de subemprego para evitar o desemprego.

Ainda que as situações de desemprego tenham um lugar cada vez mais relevante nos processos de transição para a vida ativa, se se comparar os dados oficiais dos jovens entre 15 e 24 anos com os dos jovens adultos entre 25 e 34 anos, verifica-se uma acentuada descida das taxas de desemprego na transição para esse escalão etário: no ano de 2014, a taxa

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

anual de desemprego desce de 34,8% entre os jovens de 15-24 anos, para 15,5% entre os jovens adultos de 25-34 anos. Tratar-se-á de um *efeito de curso de vida* frequente nesta fase de transição para a idade adulta, tradicionalmente caracterizada por momentos de intermitência entre empregos no processo de inserção na vida ativa, onde o desemprego pode pontuar como *situação* temporária. De facto, entre os jovens-adultos com qualificações equivalentes ou mais elevadas que o 3.º ciclo do ensino básico, as taxas de desemprego são muito equivalente às taxas médias de desemprego encontradas para a população portuguesa com níveis de escolaridade equivalente.

No entanto, entre os jovens adultos com níveis de escolaridade abaixo do 3.º ciclo do ensino básico, os valores do desemprego são substancialmente mais elevados que a média das taxas de desemprego para a população geral com escolaridade equivalente, havendo aumentado consideravelmente entre 2011 e 2014. O que quer dizer que, entre os jovens menos qualificados (com qualificações a nível do 1.º e do 2.º ciclos do ensino básico), durante esse período, acentuou-se fortemente a probabilidade de formas transitórias de *desemprego como situação* se tornarem, a prazo, em formas circulantes de *desemprego como condição*, com risco de a precariedade se enraizar nos seus percursos e vir a estruturar os modos de vida destes jovens pela regularidade e temporalidade que adquire quando adultos.

Isto dever-se-á, em grande medida, a uma transformação estrutural do mercado de trabalho, quer em termos de oferta quer de procura, que já vinha a acontecer, mas se acentuou durante os anos da crise. Por um lado, a diminuição da oferta de emprego nos sectores do mercado de trabalho mais intensivos em termos de mão de obra e menos exigentes em termos das respetivas qualificações, como a indústria e a construção civil, veio estreitar bastante as possibilidades laborais tradicionais para a inserção dos jovens menos qualificados. Por outro lado, a oferta de uma mão de obra mais qualificada com dificuldades acrescidas de encontrar emprego à medida das suas expectativas, acaba por transferir parte deste capital humano para sectores nos quais se é sobrequalificado, nomeadamente nos serviços, estreitando mais ainda as possibilidades de inserção profissional dos jovens mais desqualificados. Considerando o tendencial crescimento do nível e da abrangência das qualificações exigidas nos vários segmentos do mercado de trabalho logo à sua entrada, esta é uma característica estrutural que poderá consubstanciar uma mudança social em termos geracionais, com efeitos perversos sobre os cursos de vida dos jovens menos preparados para esse desafio.

Geração Milénio?

Uma certa instabilidade sempre fez parte integrante dos processos juvenis de transição para a idade adulta. A própria noção de «experiência», nomeadamente de experiência profissional, faz parte integrante das transições para o mercado de trabalho. A oferta de trabalho no início da vida ativa sempre tendeu a ser marcada por vínculos curtos, elevada rotatividade de ocupações, com identidades profissionais ainda pouco definidas e consolidadas.

Contudo, o grande risco é que, em determinadas condições estruturais tais como as que têm caracterizado recentemente a economia, o tecido empresarial e o quadro legal das relações laborais na sociedade portuguesa, essas formas mais instáveis, temporárias e flexíveis de transição juvenil se prolonguem no percurso de vida e se transformem em condição social na idade adulta. Por outras palavras, que situações de trabalho intermitente, oscilando entre situações de trabalho independente legal ou ilegal, estágios, bolsas, acumulação de empregos a tempo parcial e ocasionais, «ganchos» e «biscates», e todo o manancial de formas de emprego outrora chamadas «atípicas», se institucionalizem como típicas, dando forma a trajetórias laborais e percursos de vida com possibilidades muito difusas de projetar um futuro para além do constrangimento e da aleatoriedade do presente. E isto bem para além da dimensão profissional da vida.

Duração do tempo de desemprego

O desemprego de longa duração – aqui definido num sentido lato, ou seja, trabalhadores em idade ativa à procura de emprego que há mais de doze meses se encontrem desempregados – é efetivamente um dos problemas que, no contexto de crise económica, se vieram a agravar em Portugal, aumentando não apenas os seus índices de presença no decorrer dos percursos de vida, mas também o próprio tempo de duração da situação de desemprego. Os dados do inquérito de 2015 revelam que 62,8% da população desempregada inquirida está nessa situação há mais de um ano (quadro 1.2).

Embora esta seja uma situação que atinge com intensidade acrescida a população com faixas etárias acima dos 35 anos – demonstrando como o avançar da idade é um fator discriminatório na capacidade de reintegrar o mercado de trabalho –, não se pode deixar de considerar muito significativa a proporção de desempregados há mais de um ano entre as faixas etárias mais jovens: 38,2% entre os jovens desempregados dos 15 aos 24 anos, e 52,8% dos jovens adultos desempregados com idades compreen-

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Quadro 1.2 – Tempo de desemprego. Total da população desempregada, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Há menos de 6 meses	27,9	21,9	12,6	10,9	3,6	0,0	15,1
Entre 6 meses e 1 ano	31,1	16,0	11,5	16,6	4,2	0,0	15,2
Entre 1 e 2 anos	24	25	21,3	8,6	34,9	100	21,8
Há mais de 2 anos	14,2	27,8	47,5	57,6	48,8	0,0	41,0
Não sabe	0	1	0,0	0,0	4,2	0,0	0,7
Não responde	2,7	8,3	7,0	6,3	4,2	0,0	6,2

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

didadas entre 25 e 34 anos – sendo que nesta faixa etária a proporção de jovens desempregados há mais de dois anos (27,8%) já é superior à de jovens desempregados entre um e dois anos (25%).

Há que notar, porém, que o tempo de duração da situação de desemprego se verifica bastante sensível à escolaridade dos jovens nesta situação, sendo o desemprego de longa duração – ou seja, há mais de um ano – presente sobretudo entre os jovens com escolaridades a nível do ensino básico (50%) e secundário (53%), atingindo valores inexpressivos entre os jovens com escolaridades a nível superior inquiridos na nossa amostra. Por que razão são os jovens menos qualificados os que mais tempo estão sujeitos a situações de desemprego? A resposta a esta questão pode ser encontrada na relação que existe entre o tipo de credenciais escolares de que os indivíduos são portadores e o campo de oportunidades profissionais que ele condiciona.

Os títulos escolares têm uma influência decisiva não só sobre os empregos a que os seus detentores podem aspirar mas também àqueles a que têm efetivamente acesso. Mais do que efeito de um problema (individualizado) de capital humano, trata-se do resultado de um problema (estrutural) de segmentação do mercado de trabalho. Ao segmento primário do mercado de trabalho correspondem empregos mais estáveis e bem remunerados, com mais oportunidades de promoção na carreira e melhores condições de trabalho, ocupados por uma mão de obra experiente e com níveis de qualificação académica elevados.

No segmento secundário, pelo contrário, predominam os empregos mal pagos e precários, de mão de obra intensiva e com oportunidades de carreira muito reduzidas, na sua maioria ocupados por trabalhadores pouco qualificados e com baixos níveis de escolarização. Trata-se de um segmento do mercado de trabalho que inclui sectores económicos particularmente atingidos pela crise económica, como a restauração, a cons-

Geração Milênio?

trução civil e obras públicas e a indústria, por exemplo, diminuindo bastante o volume de emprego que disponibilizavam. Considerando as características deste segmento do mercado de trabalho e os requisitos escolares que o acesso ao mesmo requer, compreende-se o agravamento do desemprego intermitente de longa duração entre os jovens portadores de reduzidas credenciais escolares, expressão da conversão de uma forma de desemprego como situação em desemprego como condição.

Chamados a desempenhar tarefas rotineiras, desinteressantes e facilmente substituíveis, os jovens com baixos níveis de escolaridade constituem um grupo portador de saberes profissionais e escolares com oportunidades profissionais cada vez mais reduzidas. Tendo acesso a segmentos do mercado de trabalho onde o tipo de lugares disponíveis estão sobretudo associados a condições de elevada rotatividade e intensidade da mão de obra, os seus percursos de vida laboral tenderão a ser percursos horizontais, onde um emprego desqualificado tenderá a ser substituído por outro em tudo semelhante ao anterior. Nessa circulação, os períodos de desemprego tenderão a ser mais frequentes e duradouros à medida que se avança no percurso de vida, por ação da desatualização de saberes e saberes-fazer, bem como por ação de mecanismos etaristas (discriminação em função da idade) de recrutamento de mão de obra (Marques 2016).

Meios de subsistência e estratégias de procura de trabalho

De que vive a população que se diz desempregada? Mais uma vez, observa-se uma diferença substancial nos meios de subsistência da população desempregada ao longo do curso de vida (quadro 1.3). O apoio de familiares é a forma de subsistência mais frequente entre os jovens de 15 a 24 anos que se autodeclararam desempregados (63,9%), revelando a importância fundamental que as redes de solidariedade familiar adquirem em situações de vulnerabilidade social dos jovens. A proporção de desempregados que tem como principal meio de subsistência o apoio de familiares, apesar de se manter significativa, baixa consideravelmente a partir da faixa etária seguinte, ficando praticamente equivalente a outras formas de apoio social do Estado, como o «subsídio de desemprego» (21,2%) e «outros apoios sociais» (13,2%). Essas formas estatais de apoio social, por sua vez, adquirem uma relevância crescente ao longo do percurso de vida, sendo os principais meios de subsistência entre a população com 35 e mais anos, sobretudo o subsídio de desemprego. Note-se ainda o peso significativo que os trabalhos ocasionais, também conheci-

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Quadro 1.3 – Principal meio de subsistência. Total da população desempregada, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Subsídio de desemprego	18,0	21,2	25,5	27,9	38,9	100	26,2
Outros apoios sociais	6,0	13,2	12,6	21,3	18,6	0,0	14,4
Apoio de familiares	63,9	36,8	29,4	25,2	19,2	0,0	33,
Apoio de outras pessoas (amigos, vizinhos)	1,1	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,6
Rendimentos próprios	0,0	2,8	4,2	2,0	4,2	0,0	2,8
Trabalhos ocasionais (biscates)	1,1	9,4	5,6	11,0	7,2	0,0	7,1
Rendimentos do agregado	1,1	2,8	11,4	6,3	3,6	0,0	6,1
Não sabe	1,6	3,5	0,0	0,0	4,2	0,0	1,5
Não responde	7,1	10,4	9,8	6,3	4,2	0,0	8,1

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

dos por «biscates», tem entre os jovens adultos desempregados, recurso mobilizado por cerca de 90% destes.

Apesar das dificuldades acrescidas na inserção profissional, os jovens inquiridos em 2015 não se mostraram desencorajados na procura ativa de emprego. Pelo contrário, são os mais jovens os que mais tendem a diversificar as suas estratégias para sair da situação de desemprego, obtendo valores proporcionalmente superiores às restantes faixas etárias em praticamente todas as estratégias elencadas (quadro 1.4). Com exceção, note-se, do contacto com familiares, amigos ou conhecidos, que obtém índices mais elevados entre a população entre 25 e 54 anos, indicando a manutenção de estratégias mais tradicionais de recrutamento, onde domina a rede de influências. Simultaneamente, a maior adesão da mais recente geração a formas de procura de emprego em anúncios na internet ou em empresas de trabalho temporário indica as transformações ocorridas nas formas de recrutamento de recursos humanos na economia portuguesa relativamente ao passado (Pais 1998b, 194).

A estratégia transversalmente mais ativada ao longo do percurso de vida é a inscrição num centro de emprego, provavelmente em grande medida por ser um ato necessário para se ter acesso aos apoios sociais específicos por parte de quem está na situação de desemprego. Denota-se, no entanto, ser uma estratégia substancialmente menos ativada entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior relativamente aos jovens com graus de escolaridade mais baixos, sendo apenas 23,7% destes a declararem ter-se inscrito num centro de emprego (figura 1.2).

A procura de emprego através de anúncios na internet e em redes sociais surge bastante clivada geracionalmente, sendo significativamente

*Geração Milénio?***Quadro 1.4 – Atividades empreendidas para sair da situação de desemprego (resposta múltipla). Total da população desempregada, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Inscreveu-se num centro de emprego	55,4	48,3	49,3	53,3	46,7	0,0	50,1
Contacta familiares, amigos ou conhecidos	25,5	38,2	35,3	45,0	22,4	0,0	35,0
Procura em anúncios na internet/redes sociais	46,7	38,2	24,1	6,3	7,9	0,0	24,1
Faz candidaturas diretas e espontâneas	25,0	24,0	25,3	10,9	12,1	0,0	20,1
Inscreveu-se numa empresa de trabalho temporário	14,1	9,0	7,0	8,6	7,3	0,0	8,7
Frequenta cursos de formação profissional	11,4	6,6	8,6	12,6	0,0	0,0	8,4
Procura emprego em anúncios/por meios próprios	4,3	3,8	0,0	8,3	3,6	0,0	3,6
Procura criar o seu próprio emprego	2,7	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Prossegue estudos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra situação	1,6	1,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,9
Nada	2,7	2,1	8,4	8,3	15,2	100	7,7
Não sabe	0,0	1,0	0,0	0,0	7,8	0,0	1,2
Não responde	5,4	9,4	12,6	6,3	4,2	0,0	8,5

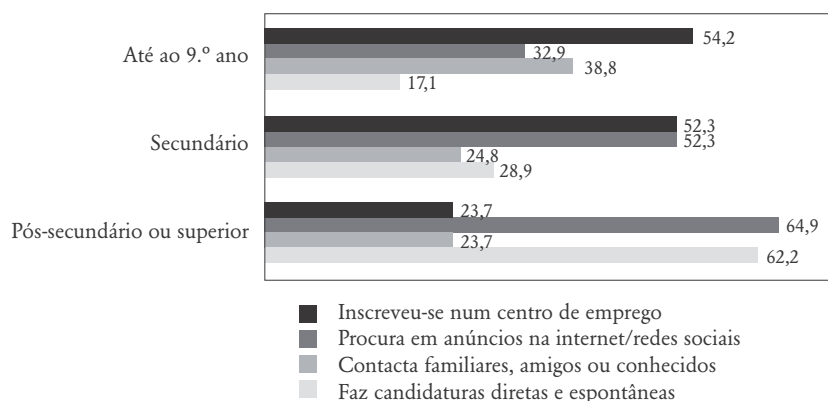
Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

mais ativada entre os mais jovens e os jovens adultos (46,7% e 38,2%, respetivamente), mais familiarizados com o mundo digital e os recursos que este proporciona do que os indivíduos nas restantes faixas etárias. Entre a mais nova geração, por sua vez, são os jovens com a escolaridade mais elevada que mais tendem a procurar o meio virtual para encontrar trabalho (64,9%).

A ativação de contactos sociais e as candidaturas espontâneas são estratégias ainda bastante ativadas entre os mais novos. No entanto, se a primeira acaba por se intensificar substancialmente ao longo do curso de vida laboral, as candidaturas espontâneas acabam por ser menos investidas pelos adultos depois dos 45 anos. Entre a população jovem, contudo, esta última estratégia acaba por ser muito desenvolvida pelos jovens com escolaridade mais elevada (62,2%), confiantes no valor do seu CV e das suas qualificações. Já entre os jovens com mais baixa escolaridade, as candidaturas espontâneas acabam por ser preteridas relativamente à ativação de contactos de familiares, amigos ou conhecidos, estratégia de-

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Figura 1.2 – População jovem (15-34) segundo as atividades empreendidas para sair da situação de desemprego, por nível de escolaridade (%)



Fonte: Estudo «Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

envolvida por 38,8% destes. Ou seja, a crença no valor do capital qualificacional demonstrado pelas suas competências diminuiu relativamente à crença no valor do seu capital social.

De notar, por fim, a expressividade residual ou nula de estratégias como a criação do próprio emprego ou o prosseguimento de estudos por parte dos jovens desempregados, tal como os que, desencorajados, nada dizem fazer para sair da situação de desemprego em que se encontram. O que vem, na prática, desconstruir duas representações contraditórias que alimentam as imagens da atual geração: por um lado, a imagem de uma geração com grande ímpeto empreendedor, muito associada à geração Milénio; e, por oposição, a imagem de uma *lost generation* acomodada às condições de desemprego estrutural, consubstanciada na figura dos *nem-nem* ou dos NEET (*not in education, employment or training*), em grande medida uma reatualização da tradicional imagem da juventude «alérgica» ao trabalho.

A predisposição para o empreendedorismo

A imagem da figura do «jovem empreendedor» tem sido cultivada em larga escala pelas políticas públicas mais recentemente promovidas para combater o desemprego juvenil e facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, consubstanciadas num conjunto de medidas que passam pela promoção de uma cultura e de uma educação para o empreen-

Geração Milénio?

dedorismo, bem como pelo apoio financeiro a projetos de autoemprego e de criação de empresas. Trata-se de uma figura prototípica do neoliberalismo económico, na medida em que coloca no indivíduo o ónus da responsabilidade pela condição de desempregado e pela sua saída dessa condição, desconsiderando os fatores estruturais que estão na base do acréscimo de jovens nessa situação.

Considerando os apelos e os apoios ao empreendedorismo que se fazem sentir atualmente na sociedade portuguesa, no sentido de promover a «empregabilidade» dos mais jovens – palavra de ordem entendida como a capacidade do trabalhador em adaptar-se às demandas do mundo do trabalho –, averiguou-se a predisposição da população jovem portuguesa, perante a hipótese de ficar sem emprego, em iniciar o seu próprio negócio, no sentido de observar até que ponto a imagem do «jovem empreendedor» está de facto enraizada no tecido social português.

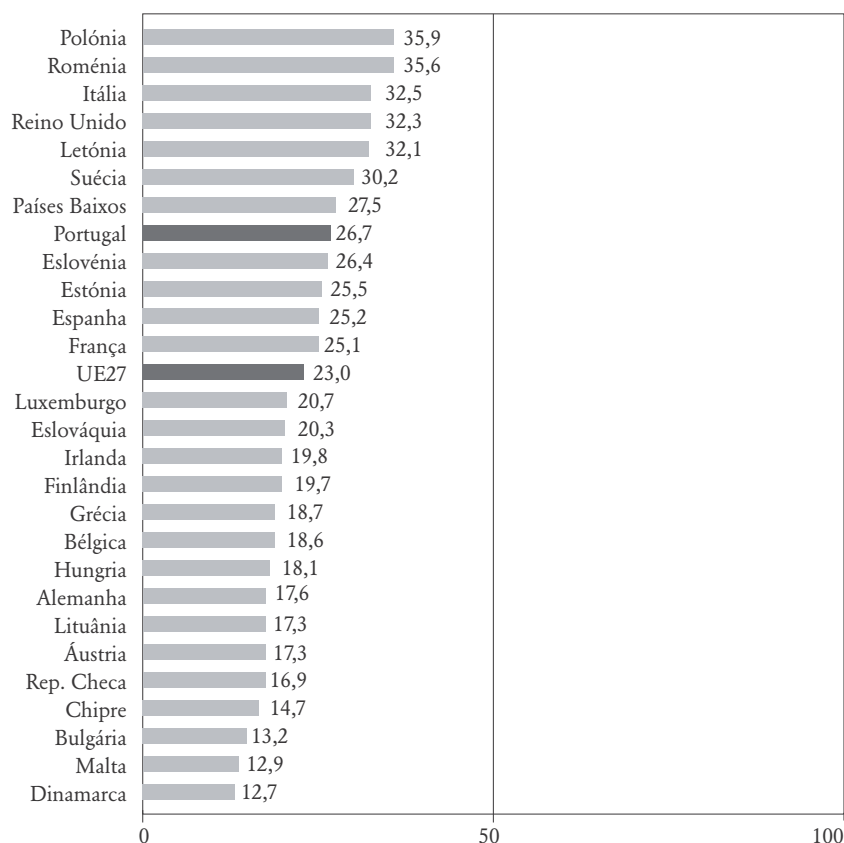
Apesar de Portugal, segundo dados do Eurobarómetro em 2011 (figura 1.3), revelar um índice de predisposição para o empreendedorismo um pouco mais elevado que a média da União Europeia (26,7% dos portugueses *vs.* 23% dos europeus consideraria essa hipótese perante uma situação de desemprego), esse índice não cresceu significativamente nos anos de austeridade, quando comparado com o que resulta dos dados do inquérito de 2015. Com base nestes, 28% da população empregada portuguesa consideraria a hipótese de iniciar o seu próprio negócio caso ficasse sem emprego, elevando-se um pouco a predisposição para o empreendedorismo perante uma eventual situação de desemprego entre os jovens adultos (25-34) e os adultos com idades compreendidas entre 35 e 44 anos (33% e 32%, respetivamente) (quadro 1.5).

A predisposição dos mais jovens para o empreendedorismo não se manifesta mais forte relativamente à população adulta. Apenas 1/4 da população mais jovem empregada manifesta essa intenção, em caso de ficar desempregada. É de notar, todavia, a especificidade do perfil social dos jovens que mais expressam essa predisposição para o empreendedorismo, sendo muito claramente aqueles que já detêm alguma experiência empreendedora no seu percurso laboral, e que vivem em melhores condições socioeconómicas (figura 1.4).

Com efeito, são os jovens (15-34 anos) que se declaram patrões e trabalhadores por conta própria os que mais colocam essa possibilidade (com índices de 85,5% e 73%, respetivamente). É ainda uma disposição mais significativa entre os jovens que afirmam viver confortavelmente com o rendimento atual (58%), bem como entre os jovens com formas mais atípicas de contrato/vínculo laboral (54,8%). Ainda que com dife-

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Figura 1.3 – Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. População total que declara «sim, definitivamente» e «sim, provavelmente», UE27 (%)



Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011, dados acedidos em abril de 2015.

Pergunta: «Consideraria a hipótese de iniciar o seu próprio negócio se ficasse sem emprego?»

renças menos expressivas, a predisposição para o empreendedorismo verifica-se um pouco mais acentuada entre os jovens com escolaridade pós-secundária (37,8%) relativamente aos jovens com escolaridades mais baixas, bem como entre os jovens do sexo masculino (34,8%) relativamente aos do sexo feminino (26,8%).

Perceções sobre o desemprego juvenil

Perante a relevância que o desemprego juvenil obteve nos anos mais recentes, e os juízos morais a que muitas vezes os jovens que estão nesta situação estão sujeitos nas suas vidas quotidianas, interessou apurar as

*Geração Milénio?***Quadro 1.5 – Predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego. Total da população empregada, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Sim	24,5	33,1	32,0	26,5	17,4	24,2	28,3
Não	62,8	47,9	53,2	59,8	71,1	75,8	56,9
Não sabe	12,1	15,7	14,8	13,6	8,9	0,0	13,6
Não responde	0,7	3,3	0,0	0,0	2,6	0,0	1,3

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Consideraria a hipótese de dar início ao seu próprio negócio se ficasse sem emprego?»

Nota: «sim» corresponde aos que responderam «sim, definitivamente» e «sim, provavelmente»; «não» corresponde aos que responderam «não, provavelmente» e «não, definitivamente».

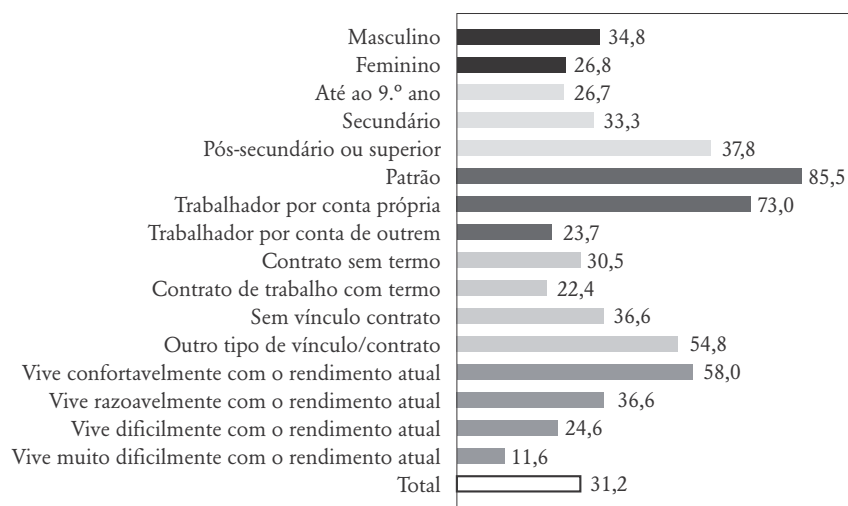
perceções sociais coletivamente partilhadas sobre as atuais causas do desemprego juvenil. Tradicionalmente, do ponto de vista do senso comum, a situação de desemprego dos jovens era, frequentemente, percecionada como resultado da renúncia voluntária ao trabalho, recaindo sobre o(s) jovem(s), acusado(s) de «não querer trabalhar», um juízo moralizante que tendia a ser fundamentado numa ética do trabalho como dever.

Hoje em dia, no atual contexto de promoção da «empregabilidade» dos jovens, ou seja, de promoção da sua capacidade em se tornar «empregável», o juízo moral tende a ser dirigido mais à sociedade e a algumas das suas instituições – nomeadamente à Escola e aos sistemas de formação profissional – e ao facto de estas não promoverem, a montante e a jusante da sua ação, a articulação entre competências, qualificações e lugares no mercado de trabalho (Alves 2007; Cardoso *et al.* 2014). Neste contexto, a situação de desemprego juvenil tende a ser vista como resultante do facto de os jovens não se encontrarem preparados para os lugares de trabalho supostamente disponíveis, perceção fundamentada numa ética do trabalho como um direito e forma privilegiada de integração social. Por último, existem ainda argumentos que não se fundamentam nem em justificações de ordem individual, nem de ordem da «empregabilidade» do jovem, mas de ordem da própria estrutura de emprego e funcionamento do mercado de trabalho, orientando o ónus do desemprego juvenil no sentido do pressuposto da sua recente compressão.

Ora, longe dos argumentos individualistas de senso comum que argumentavam a «alergia ao trabalho» por parte dos jovens, ou até de muitas das teses que se constroem em torno da «empregabilidade» e da suposta falta de preparação que a escola dará em termos de competências a este nível, existe um largo consenso geracional na sociedade portuguesa

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Figura 1.4 – População jovem (15-34) empregada com predisposição para iniciar o seu próprio negócio em caso de desemprego (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

em torno da perceção do desemprego juvenil como tendo causas de natureza estrutural, sobretudo associada ao fenómeno de diminuição do volume de emprego e conseqüente compressão do mercado de trabalho (quadro 1.6).

Com efeito, os portugueses tendem maioritariamente a reconhecer, independentemente da geração a que pertencem, que «há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho» (perceção partilhada por cerca de 61% dos portugueses). Trata-se, afinal, de um contexto estrutural já familiar aos portugueses, jovens e menos jovens, considerando que já há 20 anos Pais alertava para a falácia da inadequação do sistema de ensino ao mercado de trabalho: «o que se passa é que o sistema produtivo, por continuar estruturado em moldes tradicionais, não tem respondido adequadamente aos desafios da modernização. [...] As dificuldades de inserção profissional refletem, acima de tudo, uma incapacidade do sistema económico para gerar suficientes postos de trabalho» (Pais 1998c, 175).

Essa «incapacidade» é um traço estrutural que se tem mantido na sociedade portuguesa, intensificando-se em períodos de crise económica e financeira. Em grande medida, a subsistência deste traço acontece porque a regulação feita pelo Estado em termos de políticas de emprego tem mantido o seu receituário em termos de políticas públicas: a) políticas

*Geração Milénio?***Quadro 1.6 – Perceções sobre a principal causa do desemprego juvenil.
Total da população, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Fatores estruturais							
Há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho	64,8	65,0	63,1	69,0	61,1	47,8	60,8
A escola não prepara para o mundo do trabalho	4,4	5,8	5,9	5,0	3,5	7,7	5,6
As empresas evitam empregar jovens	5,8	5,7	4,40	4,7	5,6	6,1	5,4
Fatores individuais							
Os jovens de hoje não querem trabalhar	8,2	7,2	10,7	8,2	12,6	10,6	9,7
Os jovens não querem aceitar trabalho mal pago	5,2	7,8	4,7	8,2	6,8	9,1	7,1
A maior parte dos empregos não são interessantes para os jovens	6,3	5,9	6,70	3,2	4,4	4,3	5,1
Não sabe	5,0	2,1	4,40	1,3	5,0	11,8	5,4
Não responde	0,3	0,4	0,0	0,4	1,0	2,5	0,9

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

de emprego de curto alcance, em grande medida alicerçadas em formação, estágios, contratos de inserção, e políticas de promoção de autoemprego; b) e políticas de liberalização do mercado de trabalho (flexibilização laboral, mobilidade profissional, etc.) que não têm tido o suporte de qualquer «mão invisível» na economia portuguesa no sentido de darem os resultados esperados (aumentar o emprego).

Apesar de os valores serem residuais, é ainda interessante verificar como as perceções sobre as causas do desemprego, que passam por fatores estruturais como o evitamento das empresas em empregar jovens (13,5%) e pela desadequação da preparação escolar em relação ao mundo do trabalho (9,9%), adquirem expressões mais elevadas entre os jovens com formação superior, mais críticos e desiludidos relativamente ao papel facilitador do diploma de ensino superior na entrada e na continuidade no mercado de trabalho. Já os jovens menos escolarizados são os que mais tendem a identificar, ainda, resquícios do tradicional estereótipo de ociosidade entre os jovens como causa do desemprego juvenil, sendo cerca de 10% destes os que aderem à opinião de que a principal causa do desemprego juvenil está no facto de «os jovens de hoje não querem trabalhar».

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

O desemprego como possibilidade

A preocupação com a possibilidade de desemprego

Considerando o recente contexto de crise económica e o impacto exponencial que teve em termos de desemprego, importou apurar o grau de preocupação dos portugueses já empregados, nomeadamente dos mais jovens, em relação à possibilidade de virem a perder o seu emprego. Trata-se de uma questão importante, no sentido de avaliar as atitudes dos indivíduos num contexto de risco e crescente imprevisibilidade dos cursos de vida.

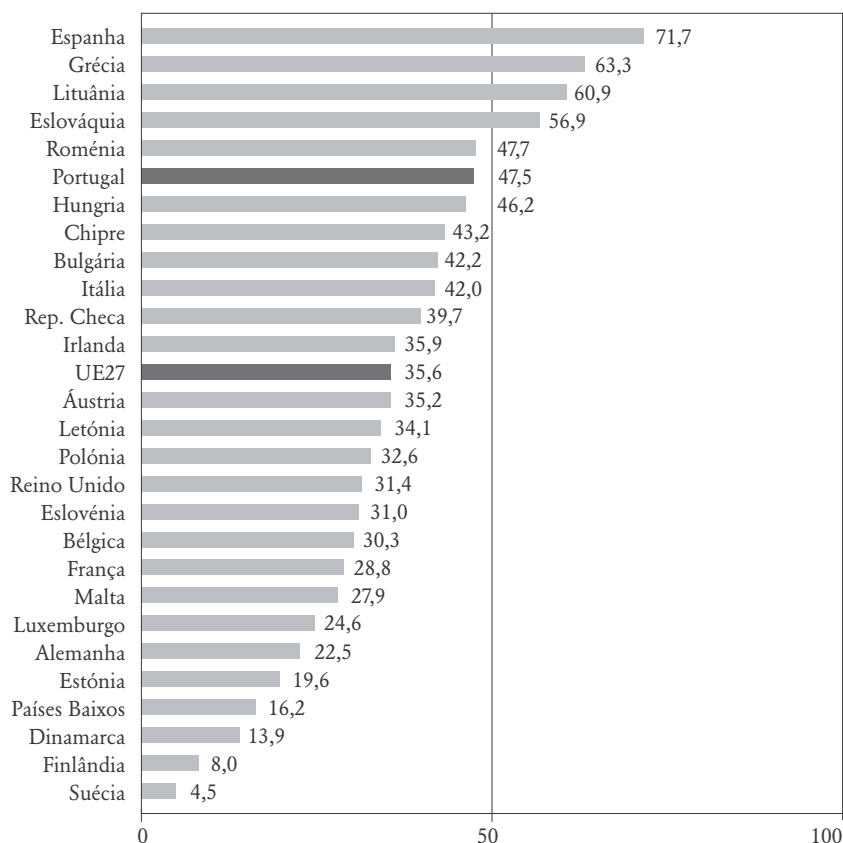
Segundo dados do Eurobarómetro (figura 1.5), já em 2011 Portugal se encontrava entre os países cuja população apresentava níveis de preocupação com a ameaça de vir a perder o emprego bastante acima da média europeia (35,6%). Praticamente metade da população ativa portuguesa (47,5%), nessa altura, já evidenciava índices de «muita preocupação» em relação à possibilidade de vir a perder o seu emprego, encontrando-se a par dos níveis de preocupação de países como a Roménia (47,5%) e a Hungria (46,2%). Nessa altura, porém, a preocupação demonstrada pela população portuguesa não se demonstrava tão acentuada como na Espanha ou na Grécia, onde cerca de 72% e 63,3% das suas populações, respetivamente, já manifestavam um elevado índice de preocupação.

Os dados do inquérito realizado em 2015 demonstram, desde então, um crescimento muito significativo do índice de preocupação entre a população portuguesa em relação à possibilidade de vir a perder o seu emprego: de 47,5% sobe para 68% a proporção da população portuguesa empregada que evidencia elevados índices de preocupação (quadro 1.7). Embora a preocupação em relação a perder o emprego se demonstre transversalmente muito elevada em praticamente todas as fases do curso de vida, esse sentimento tende a diminuir um pouco entre os mais jovens (60,1%), ainda em processo de inserção profissional, a par dos indivíduos depois dos 55 anos, ou seja, com idades já próximas do fim do seu percurso laboral – de facto, o índice mais elevado de preocupação desce muito acentuadamente entre os indivíduos com 65 e mais anos, entre os quais apenas 36,4% se demonstram muito preocupados perante a possibilidade de virem a perder o seu próprio emprego.

Mas se os inquiridos mais velhos se demonstram menos preocupados em vir a perder o seu próprio emprego, a sua preocupação denota-se muito elevada quando a possibilidade de vir a enfrentar a situação de desemprego é inquirida relativamente aos seus filhos (quadro 1.8). De facto,

Geração Milénio?

**Figura 1.5 – Preocupação em relação a perder o seu emprego.
Total da população que se declara preocupado
ou muito preocupado, UE-27 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011, dados acedidos em abril de 2015.

Pergunta: «Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação em relação a perder o seu emprego?» Escala de 1 a 5 onde «1» significa que «não está nada preocupado» e «5» que «está muito preocupado».

o nível de preocupação relativo à eventual perda de emprego dos filhos acentua-se entre os inquiridos com 55 e mais anos, indiciando que esta preocupação por parte dos pais acresce com o avanço da idade dos filhos no percurso de vida laboral, provavelmente prevendo a dificuldade acrescida que uma nova inserção profissional acarreta em idades mais avançadas. Estamos, portanto, perante uma preocupação intergeracionalmente partilhada relativamente aos problemas de inserção e manutenção profissional das mais recentes gerações.

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

**Quadro 1.7 – Grau de preocupação em relação a perder o seu emprego.
Total da população empregada, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	19,7	11,6	14,3	15,8	17,7	37,8	16,1
Média preocupação (3)	10,6	12,4	11,2	9,5	8,1	0,0	10,1
Muita preocupação (4-5)	60,9	73,0	70,8	72,4	61,9	36,4	68,0
Não sabe	6,4	0,8	2,1	1,8	6,3	13,4	3,2
Não responde	2,5	2,3	1,6	0,6	6,0	12,4	2,7

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto sobre o mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação em relação a perder o seu emprego?» Escala de 1 a 5 onde «1» significa que «não está nada preocupado» e «5» que «está muito preocupado».

A preocupação com a possibilidade de perder o emprego no âmbito familiar não é partilhada apenas a nível intergeracional, com a projeção dessa preocupação de pais para filhos, mas também intrageracionalmente, quando essa preocupação se observa alargada também à possibilidade de o parceiro ou da parceira conjugal ficarem desempregados (quadro 1.9). Esta é uma preocupação que apresenta índices elevados de uma forma transversal a todas as idades, com exceção dos inquiridos com 65 ou mais anos, efeito provável da condição maioritária de cônjuges já inativos, em condição de reformado/a ou doméstica.

Apesar de a preocupação com a possibilidade de vir a perder o próprio emprego se revelar um sentimento transversal e dominante na sociedade portuguesa, as condições socioeconómicas não deixam de condicionar a forma como os jovens empregados vivem essa ameaça (figura 1.6). De facto, a eventual perda do próprio emprego é uma ameaça que tende a ser vivida com menor preocupação entre os jovens de 15-34 anos que consideram viver confortavelmente com o rendimento atual do agregado familiar: entre estes «apenas» cerca de 48% declaram índices de «muita preocupação» perante essa eventualidade, valores que ultrapassam os 70% entre os jovens que dizem viver com dificuldade ou muita dificuldade com o rendimento atual. A ameaça de desemprego tende ainda ser vivida um pouco mais despreocupadamente entre os jovens com níveis de escolaridade pós-secundários (63,2%), relativamente aos que têm o ensino secundário (72,7%) ou apenas o ensino básico (69,4%).

De resto, é uma preocupação que se observa partilhada de forma muito equivalente entre jovens dos sexos masculino e feminino, e independente do tipo de contrato de trabalho que se detém: 69% dos jovens com contratos sem termo demonstram a sua preocupação com a possi-

*Geração Milénio?***Quadro 1.8 – Grau de preocupação em relação a os filhos perderem o emprego. Total da população com filhos, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	18,1	10,3	16,3	12,8	7,8	10,0	11,0
Média preocupação (3)	0,0	3,2	4,5	11,1	6,0	9,7	8,0
Muita preocupação (4-5)	37,1	62,7	70,3	71,6	83,5	73,3	73,5
Não sabe	26,7	16,2	7,4	2,2	0,7	4,9	4,7
Não responde	18,1	7,6	1,5	2,2	2,0	2,1	2,8

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto no mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação, caso esteja preocupado, em relação a os seus filhos perderem o seu emprego?» Escala de 1 a 5 onde «1» significa que «não está nada preocupado» e «5» «que está muito preocupado».

Quadro 1.9 – Grau de preocupação em relação a o parceiro perder o emprego. Total da população casada ou em situação de conjugalidade, por escalão etário (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Pouca preocupação (1-2)	12,0	12,9	14,7	16,1	13,8	38,6	15,5
Média preocupação (3)	11,1	15,3	10,1	9,8	6,8	4,2	10,3
Muita preocupação (4-5)	61,1	69,1	73,6	71,7	74,4	23,3	69,4
Não sabe	9,6	1,4	1,0	1,2	1,1	19,6	2,5
Não responde	6,3	1,4	0,5	1,2	3,9	14,3	2,3

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto no mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação, caso esteja preocupado, em relação a o seu parceiro perder o seu emprego?» Escala de 1 a 5 onde «1» significa que «não está nada preocupado» e «5» «que está muito preocupado».

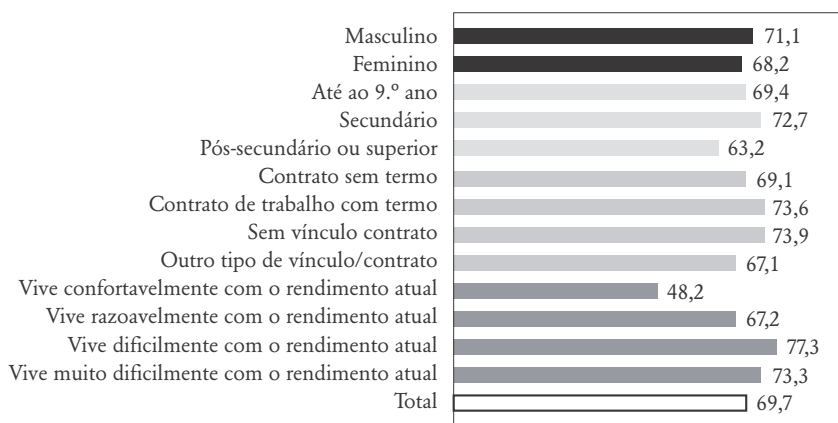
bilidade de perder o emprego, percentagem que aumenta apenas em cerca de 5% valores percentuais entre os jovens com contratos com termo ou sem qualquer vínculo laboral por conta de outrem. Dado que não deixa de indiciar a falta de crença nos vínculos laborais mais permanentes que existe entre os mais jovens.

A esperança de encontrar um novo trabalho

Veja-se agora o cálculo de probabilidades subjetivas dos portugueses quanto à crença em, caso venham a ficar sem emprego, vir a encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses. Segundo dados do Eurobarómetro, em 2011 41,3% da população portuguesa calculava que, em caso de despedimento, seria «muito improvável» encontrar um trabalho nos próximos seis meses, 11 pontos percentuais acima da média europeia

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Figura 1.6 – População jovem (15-34 anos) empregada que responde estar muito preocupada (4-5) com a possibilidade de perder o seu emprego (%)



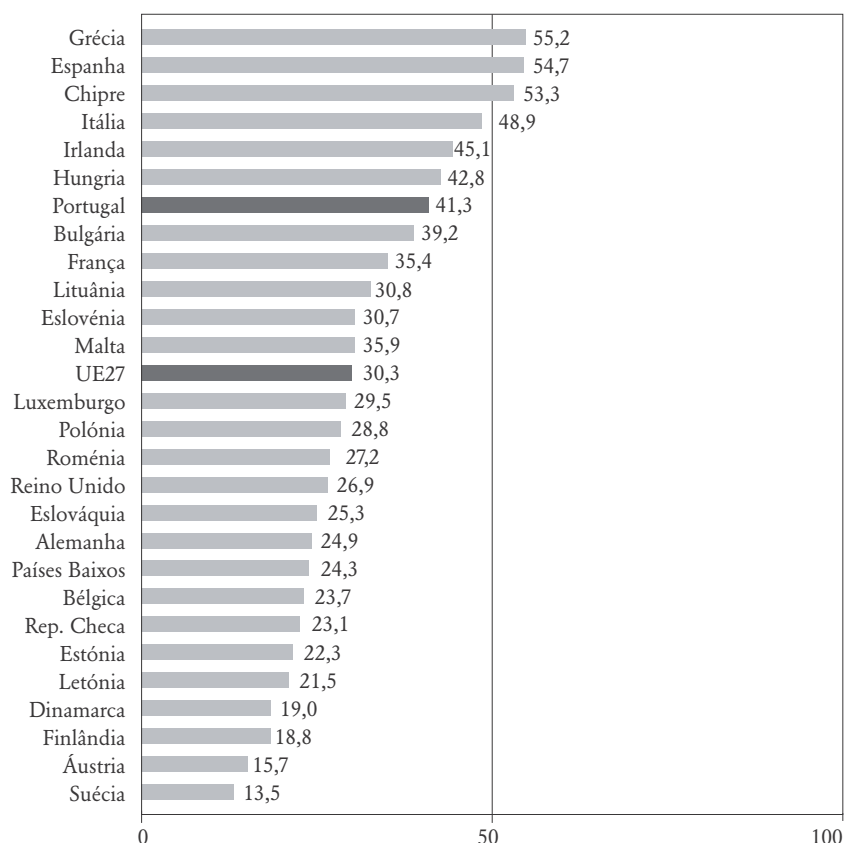
Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

(30,3%) (figura 1.7). Bastante mais céticos que os portugueses nesta matéria, em 2011, eram os trabalhadores gregos, espanhóis e cipriotas, onde o ceticismo quanto a encontrar um novo emprego no prazo de seis meses era demonstrado por mais de metade da sua população ativa.

Uma vez mais, os dados do inquérito de 2015 mostram a intensificação de uma atitude de ceticismo nos últimos quatro anos em Portugal: atualmente, também mais de metade da população ativa empregada (52,9%) acredita ser muito improvável encontrar um novo emprego no espaço de seis meses, caso enfrentasse uma situação de desemprego.

No entanto, destaque-se que essa crença é significativamente mais atenuada entre os mais jovens: menos pessimistas, apenas 34,6% dos jovens entre 15-24 anos avaliam como sendo muito improvável achar um novo trabalho nos próximos seis meses (quadro 1.10). A crença nessa improbabilidade, contudo, acentua-se bastante à medida que a idade avança no curso de vida, sobretudo depois dos 45 anos de idade, onde ultrapassa os 60%. Estes resultados demonstram a existência do pressuposto de uma forte atitude etarista por parte dos empregadores em Portugal, ou seja, uma atitude de preconceito e discriminação com base na idade que prejudica as possibilidades de mobilidade laboral dos indivíduos à medida que a sua idade avança ao longo do curso de vida.

Entre os mais jovens, por sua vez, a atitude de ceticismo perante a possibilidade de voltar a encontrar um emprego num curto espaço de tempo

*Geração Milénio?***Figura 1.7 – Crença na probabilidade de encontrar um trabalho nos próximos seis meses. População total que declara que seria muito improvável (1-4), UE-27 (%)**

Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011, dados acedidos em abril de 2015.

Pergunta: «Se fosse despedido, como avaliaria, numa escala de 1 a 10, a probabilidade de encontrar um trabalho nos próximos seis meses?» (1 = muito improvável e 10 = muito provável?).

acentua-se significativamente em alguns perfis sociais específicos (figura 1.8): trata-se de uma atitude que se denota substancialmente mais expressiva entre os jovens que vivem em condições de maior vulnerabilidade social, ou seja, entre aqueles que neste momento declaram viver muito dificilmente com o rendimento que o agregado auferem (76,6%), os que não têm qualquer vínculo ou contrato laboral (54%) e os jovens que têm escolaridade apenas até ao 9.º ano (50,1%).

Por fim, é interessante observar como a preocupação com a potencial ameaça de uma situação de desemprego entre a população jovem empregada tem, em boa medida, o seu fundamento no cálculo subjetivo de

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Quadro 1.10 – Crença na probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses. Total da população empregada, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Muito improvável (1-4)	34,6	46,5	44,9	64,4	66,4	100	52,9
Nem provável nem improvável (5-6)	28,6	27,4	28,8	17,3	17,9	0,0	23,8
Muito provável (7-10)	26,9	16,7	15,9	8,1	5,2	0,0	13,4
Não sabe	4,6	3,1	7,3	7,4	6,4	0,0	5,8
Não responde	5,3	6,3	3,1	2,8	4,0	0,0	4,1

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Se perdesse o seu trabalho, como avaliaria numa escala de 1 a 10, a probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seus meses? «1» significa que seria «muito improvável» e «10» significaria «muito provável».

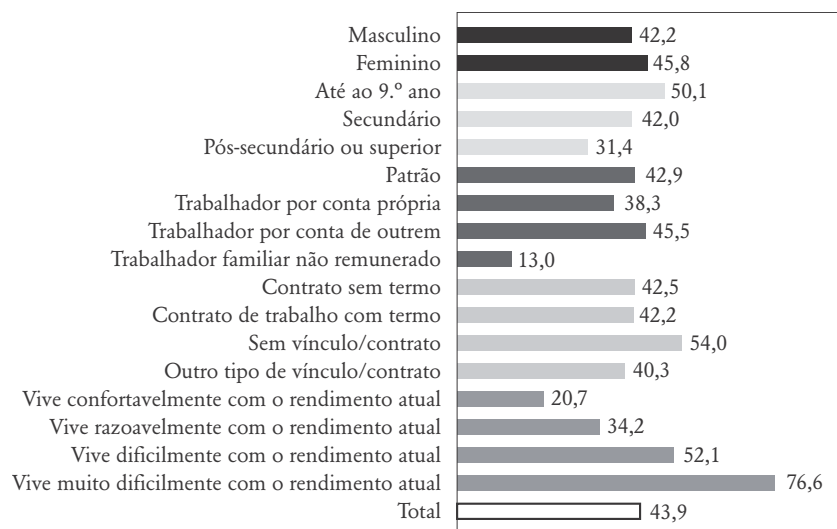
probabilidades de encontrar um novo emprego rapidamente (figura 1.9). De facto, mais de $\frac{3}{4}$ da população jovem que evidencia um elevado nível de preocupação com a possibilidade de poder vir a perder o seu emprego, encontram-se entre a que diz ser muito improvável encontrar um novo trabalho nos seis meses após ter sido dispensado. No entanto, mesmo entre os jovens mais otimistas com a probabilidade de vir encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo, o índice de preocupação com a possibilidade de vir a perder o emprego é muito elevado, evidenciado por 60,5% destes. Trata-se, efetivamente, de um sentimento dominante entre a população mais jovem.

Valores do trabalho

O panorama atrás traçado indicia uma forte valorização do trabalho na vida quotidiana da população jovem, considerando a preocupação que demonstram relativamente à sua atual escassez e a intensa atividade que desenvolvem na sua procura, quando em situação de desemprego. Já não se tratará de uma valorização do trabalho no seu sentido ético tradicional, enquanto *dever social*, característico das sociedades industriais e de relação salarial de tipo fordista, baseada na estabilidade e na estratificação do trabalho, na carreira e progressão salarial, garante de integração e ordem social; mas de uma valorização do trabalho enquanto *direito social*, resultante da sua rarefação, da sua ausência crescente, um sentido ético mais conforme às sociedades de economia neoliberal, assente numa ideologia «gestionária» que valoriza a adaptabilidade, a mobilidade, a flexibilidade e a instabilidade, fortemente orientada para a responsabilização do indivíduo

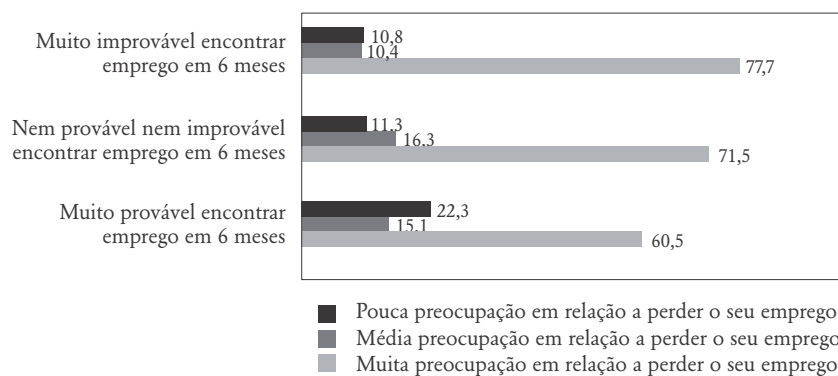
Geração Milénio?

Figura 1.8 – População jovem (15-34 anos) empregada que responde que se perdesse o seu trabalho seria muito improvável encontrar um novo trabalho no espaço de seis meses (%)



Fonte: Estudo «Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Figura 1.9 – População jovem empregada (15-34) avaliada pelo grau de preocupação em perder o seu emprego e crença na probabilidade de voltar a encontrar trabalho ao fim de seis meses em caso de despedimento (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

em termos da sua capacidade de «empregabilidade», ou seja, de se tornar empregável.

Num contexto de intensificação dos níveis de desemprego e de precariedade laboral, bem como dos níveis de dificuldade acrescida na obtenção e conservação dos trabalhos, cabe agora descobrir a importância relativa que adquirem determinadas dimensões do trabalho, e se existem diferenças significativas que possam ser equacionadas em termos de mudança geracional nas atitudes perante o trabalho, na linha de alguns estudos que já foram conduzidos a nível nacional (Pais 1998b, 2001) e internacionalmente (Hansen e Leuty 2012; Lyons e Kuron 2014; Kelan 2014; Papavasileiou e Lyons 2015).

Na linha da hipótese da escassez formulada por Inglehart, em sociedades cujo sistema económico se encontre em situação frágil, seria de supor que os indivíduos tenderiam a privilegiar a segurança, o salário e a estabilidade do emprego, valores de natureza mais materialista. Só depois de consolidada a situação económica, as gerações estariam em condições de abraçar novos valores, de natureza mais pró-materialista. A confiança das condições materiais faria transitar as preocupações dos indivíduos para aspetos mais expressivos do trabalho, do ponto de vista da sua gratificação intrínseca, ou seja, a satisfação com os próprios conteúdos das tarefas e o valor que estes têm para o indivíduo enquanto expressão e realização de si próprio.

No cômputo geral, os dados do inquérito 2015 não expressam clivagens geracionais significativas no que respeita aos aspetos mais valorizados no trabalho (quadro 1.11). O aspeto mais valorizado com relação ao trabalho é, transversalmente, a «estabilidade e a segurança», sendo 85,4% a percentagem de população portuguesa a conferir-lhe muita importância. Com valores próximos estão também aspetos como «ter um trabalho que salvguarde a saúde e o bem-estar» do trabalhador, «ter uma boa relação com colegas e superiores» e «ter um bom salário». Ou seja, está-se nitidamente perante uma valorização do trabalho mais pelos seus aspetos extrínsecos e instrumentais. Aspetos de ordem intrínseca e expressiva, como o «desempenho de funções adequadas à formação que se tem», a «aquisição de novos conhecimentos», a «autonomia e iniciativa» ou a «criatividade» no desempenho das tarefas, acabam por surgir em segundo plano, relativamente aos anteriores. Aspetos como o «prestígio social» adquirido por meio do que se faz, ou ter «flexibilidade de horário» no que se faz, são os aspetos transversalmente menos valorizados.

A generalidade dos portugueses revela, na dimensão laboral da vida, uma postura tendencialmente materialista: as condições materiais ocu-

*Geração Milénio?***Quadro 1.11 – Valorização de diferentes aspetos do trabalho.
Total da população que responde «muito importante»,
por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Valores extrínsecos/instrumentais							
Ter estabilidade e segurança	83,7	85,4	87,0	88,2	84,0	83,7	85,4
Ter um trabalho que salvguarde a saúde e o bem-estar	77,0	78,2	87,9	82,9	78,1	79,5	80,8
Ter uma boa relação com colegas e superiores	80,7	82,6	78,6	81,0	81,3	78,5	80,3
Ter um bom salário	78,5	78,5	77,0	84,0	78,1	77,9	79,0
Ter oportunidade de progressão na carreira	77,0	73,7	69,4	73,6	71,5	68,5	71,8
Ter um trabalho com prestígio social	53,1	48,6	51,0	57,9	51,8	46,2	51,1
Ter flexibilidade de horário	52,0	47,8	51,6	53,3	49,1	46,7	49,9
Valores intrínsecos/expressivos							
Desempenhar funções adequadas à formação que se tem	70,9	70,5	70,7	73,2	69,7	71,1	71,0
Ter um trabalho que permita adquirir novos conhecimentos	70,9	70,5	70,7	73,2	69,7	71,1	71,0
Ter autonomia e iniciativa na execução do trabalho	69,9	66,0	63,9	65,1	59,0	62,6	64,2
Ter um trabalho com utilidade social e de ajuda ao próximo	62,3	58,3	62,0	65,2	59,7	56,3	60,4
Desempenhar tarefas criativas	61,7	60,5	59,9	61,9	58,9	53,3	58,9

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Tendo em conta o grau de importância que atribui a diferentes aspetos do trabalho, por favor, diga-me sobre cada uma das seguintes dimensões, se a considera «nada importante», «pouco importante», «bastante importante» ou «muito importante».

pam um lugar central nas suas preocupações, como já ocupava nos anos 90 (Pais 1998a). As mudanças verificadas com a progressiva introdução de novas formas contratuais, a maior dificuldade no acesso a um emprego, a maior facilidade de cessação de um contrato de trabalho, transformam a segurança e a estabilidade em bens raros e, por isso, valorizados. A hipótese da escassez parece encontrar assim algum fundamento considerando o cenário de agravamento das condições laborais na conjuntura de crise económica.

As incertezas são sentidas como ameaças que se procuram evitar. O valor da estabilidade e da segurança laboral permite alimentar o sonho não apenas de construir uma carreira profissional como de ter um projeto de vida autónoma, e de perspetivar um futuro com alguma estabilidade financeira e garantias sociais. Trata-se de um valor cada vez mais da

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

ordem do ideal, considerando a realidade atualmente vivenciada pelos jovens, confrontados nas suas experiências pessoais e dos seus pares com a realidade e a possibilidade do desemprego e do subemprego, sustentado por vínculos frágeis e remunerações limitadas.

Quando os inquiridos são chamados a pronunciar-se sobre os aspetos que mais valorizam no trabalho, optando entre a «estabilidade», a «realização» e o «rendimento» de forma mutuamente exclusiva, as clivagens entre valores de natureza instrumental e expressiva do trabalho tornam-se mais explícitas (quadro 1.12). Apesar de a «estabilidade» continuar a ser o valor dominante – quer entre a população em geral com 55,1% do total das escolhas dos portugueses, quer entre os grupos etários mais jovens, com valores que oscilam entre os 47% e os 49% – verifica-se, porém, que esta dimensão do trabalho obtém uma menor valoração entre os jovens até aos 34 anos relativamente aos restantes grupos etários. As «possibilidades de realização» que o trabalho oferece tende a ser, por sua vez, um aspeto mais valorizado entre as faixas etárias mais jovens, por comparação com os inquiridos depois dos 35 anos.

Este indício pode resultar de um efeito de percurso de vida, mais do que um efeito de geração, sendo os mais jovens a assinalarem ainda as suas expectativas idealizadas, que podem ir-se acomodando a uma visão pragmática da vida aquando da entrada na idade adulta, valorizando o seu desejo por uma posição mais estável em detrimento do sonho de realização pessoal. «Ganhar muito dinheiro» acaba por deter um valor consideravelmente mais baixo que os restantes, independentemente da idade dos inquiridos.

Considerando a especificidade da população jovem (15-34 anos), a valorização dessas dimensões do trabalho adquire, todavia, importâncias diferenciadas consoante as condições sociais dos jovens (figura 1.10): o valor atribuído às «possibilidades de realização pessoal» através do trabalho tende a salientar-se entre os jovens em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas, ou seja, jovens com escolaridade pós-secundária e superior (52,6%) e que declaram «viver confortavelmente com o rendimento atual do agregado familiar» (56,2%). Os jovens que ainda estudam tendem também a valorizar mais esta dimensão do trabalho (48,4%) relativamente aos jovens já ativos no mercado de trabalho, quer empregados (39,7%) quer desempregados (28,8%), sendo estes últimos os que menos valorizam a «possibilidade de realização» pessoal através do trabalho.

Esta negociação entre atitudes de natureza materialista e pós-materialista é indicadora de uma ética perante a vida laboral que podemos de-

*Geração Milénio?***Quadro 1.12 – Significados de «ter um bom trabalho». Total da população, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter estabilidade no emprego	46,9	49,3	58,9	58,1	57,1	57,2	55,1
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter possibilidades de realização	38,3	40,1	31,5	28,2	31,3	25,5	31,8
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ganhar muito dinheiro	12,9	10,2	9,6	12,8	10,1	11,8	11,2
Não sabe	1,5	0,0	0,0	0,4	1,0	4,5	1,4
Não responde	0,5	0,4	0,0	0,5	0,5	1,0	0,5

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Das seguintes afirmações relativas ao trabalho e ao emprego selecione aquela com a qual se identifica mais: (1 opção)».

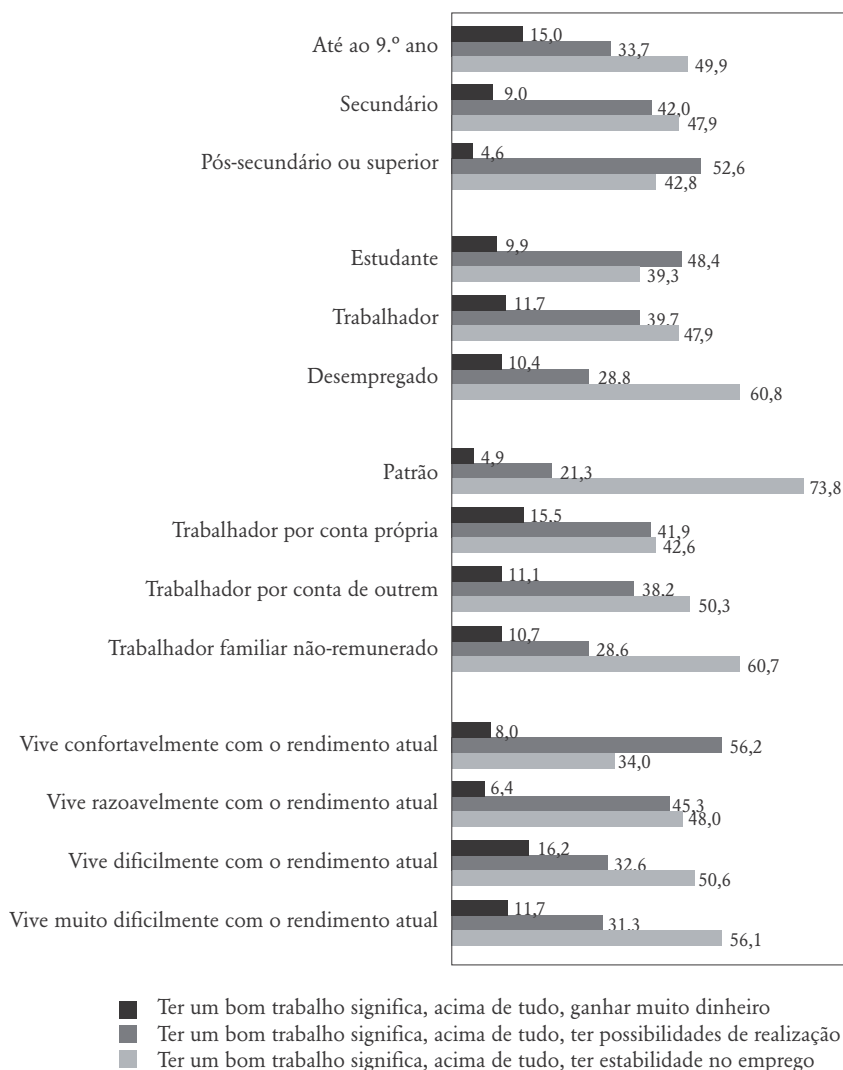
signar por *pós-materialismo defensivo*, e que se traduz na assunção de valores tipicamente pós-materialistas sem que tal implique, necessariamente, o abandono de atitudes tradicionalmente conotadas com o materialismo, como a orientação para a estabilidade. A manutenção destas é convocada, sobretudo, enquanto estratégia de defesa num contexto onde a insegurança laboral e económica corre o risco de ser apercebida numa perspetiva de permanência duradoura. Todavia, entre os sectores mais privilegiados dos jovens portugueses, ainda que as questões materiais se mantenham no centro das suas preocupações face ao trabalho, à medida que estas estão mais asseguradas, começam a privilegiar-se fatores mais ligados à satisfação pessoal.

Os jovens em situações laborais mais vulneráveis aderem mais claramente a valores de natureza materialista. A «estabilidade» laboral tende a ser muito valorizada, curiosamente, entre os jovens patrões (73,8%) – que estarão decerto a pensar na estabilidade do seu negócio, mais do que na estabilidade dos vínculos dos seus eventuais trabalhadores – e os «trabalhadores familiares não remunerados» (60,7%), estes últimos provavelmente dependentes da estabilidade do negócio familiar de que dependem. Na falta desta, a «estabilidade» no emprego acaba também por ser um aspeto que adquire muita relevância entre os jovens desempregados (60,8%). Obtém ainda um valor simbólico acrescido entre os jovens com escolaridades a nível do ensino básico (49,9%) e secundário (42%).

Apesar de ser o aspeto menos valorizado no trabalho, o «rendimento» que se obtém adquire expressão acrescida entre os jovens inquiridos em

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Figura 1.10 – População jovem (15-34) segundo os significados de «ter um bom trabalho» (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

condições atípicas de trabalho (38,9% dos jovens em «outras situações» perante o trabalho valorizam o aspeto económico do trabalho), bem como entre os jovens em condições socioeconómicas mais desfavorecidas – nomeadamente entre os que não têm qualquer tipo de vínculo ou

Geração Milénio?

contrato de trabalho (20,5%), aqueles que afirmam «viver dificilmente com o rendimento atual do agregado familiar» (16,2%), os que «trabalham por conta própria» (15,5%) e os jovens que têm escolaridades apenas até ao 9.º ano (15%).

Perspetivas perante o futuro

Num contexto de crescente imprevisibilidade da trajetória laboral e, por efeito de contágio, do próprio percurso de vida, não surpreende que

Figura 1.11 – Perspetiva perante o futuro próximo: «Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje.» População total que responde «concordo totalmente» e «concordo parcialmente», UE27 (%)



Fonte: Eurobarómetro 76.2 setembro-novembro 2011, dados acedidos em abril de 2015.

Pergunta: «Até que ponto concorda ou discorda da seguinte informação: Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje.»

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

**Quadro 1.13 – Perspetiva perante o futuro próximo: «Daqui a dois anos, a crise terá terminado e a situação do emprego em Portugal será melhor do que hoje.»
Total da população, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Concordo	22,9	24,3	26,2	21,7	18,8	16,9	21,6
Discordo	60,8	66,5	66,2	69,6	72,7	65,5	66,9
Não sabe	16,1	8,8	7,5	8,7	8,4	17,2	11,3
Não responde	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Até que ponto concorda ou discorda com a seguinte informação: Daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje.» «Concordo» corresponde aos que responderam «concordo totalmente» e «tendo a concordar»; «Discordo» corresponde aos que responderam «tendo a discordar» e «discordo totalmente».

as perspetivas perante o futuro dos portugueses sejam sombrias e de descrença, não acreditando que a situação de crise e as suas consequências na estrutura do mercado de trabalho se vá transformar num futuro próximo. Quando questionados «até que ponto concorda com a afirmação de que daqui a dois anos a crise terá terminado e a situação do emprego no seu país será melhor do que hoje», os portugueses estavam, em 2011, entre os europeus mais pessimistas: apenas 20,3% tendiam a concordar (total ou parcialmente) com essa afirmação, proporção apenas mais diminuta entre a Espanha, a Eslovénia, a Grécia e a França (figura 1.11).

Volvidos quatro anos de intensa crise económica, em 2015 continuaram a ser apenas 21,6% os portugueses que tendem a acreditar que a situação de crise e escassez de emprego virá a resolver-se num futuro próximo (quadro 1.13). A percentagem não varia significativamente com a idade dos inquiridos, ainda que se verifique um otimismo mais acentuado entre os jovens social e escolarmente mais favorecidos, ou seja, os jovens que vivem em agregados familiares com rendimentos que lhes permitem viver confortavelmente (entre os quais 38,9% tendem a concordar total ou parcialmente com a afirmação), e os jovens com escolaridade superior (30,4% dos quais tendem a concordar total ou parcialmente com a afirmação).

Conclusão

Os anos vividos sob efeito das medidas de austeridade intensificaram muitas tendências estruturais da sociedade portuguesa que começaram a ser sentidas pelos jovens portugueses nos anos 90, comumente desig-

Geração Milénio?

nados como os Milénio. Os acontecimentos ocorridos no dia 12 de março de 2011 e nos dias que lhes sucederam, os movimentos sociais que lhes estiveram subjacentes e as palavras de ordem que se ouviram e escreveram em muitos cartazes (Pais 2014), manifestam um ponto de viragem simbólico na forma como a mais recente geração em Portugal se demarca, enquanto tal, face às gerações passadas, expressando publicamente a transformação do seu estatuto de *geração potencial* em *geração efetiva*, nos termos de Mannheim (1990 [1928]), capaz de atuar como força transformadora da sociedade – ou, pelo menos, de tentar protagonizá-lo no quadro de um processo desestabilização dos caminhos de mudança social que têm vindo a ser estruturalmente impostos. Nessa demarcação, as vivências e as experiências laborais (ou ausências das mesmas) adquirem uma relevância sem par, devido à abrangência dos impactos que têm sobre as restantes dimensões da vida dos jovens. Impactos esses que não se cingem à reconfiguração das formas de transição para a idade adulta, mas que, decerto, se alargam à reconfiguração das formas como se vive a idade adulta, ela própria hoje em transição.

Como se viu, os anos de austeridade corresponderam a uma conjuntura onde os mais jovens (15-24) e os jovens adultos (25-34) experimentaram dificuldades acrescidas nas suas inserções profissionais, e onde o desemprego, a instabilidade e a precariedade laboral foram fenómenos que pautaram sobremaneira as suas transições para a idade adulta. As taxas de desemprego atingiram cerca de $\frac{1}{3}$ da população jovem entre 15 e 24 anos, situação que, para muitos jovens, corre o risco de deixar de ser temporária e intermitente para se tornar numa condição estrutural, quando se observa que mais de 50% dos jovens adultos desempregados entre 25-34 anos já se encontram nessa situação há mais de um ano.

Particularmente vulneráveis às situações de desemprego no seu curso de vida, nomeadamente às suas formas mais duráveis, estão os jovens com menores qualificações escolares. Apesar de o diploma não garantir necessariamente um emprego à saída da universidade, as qualificações superiores operam ainda uma certa proteção contra as formas mais excludentes do mercado de trabalho, verificando-se não apenas um ritmo mais lento de crescimento do desemprego entre os jovens diplomados do ensino superior, mas também a sua inexpressividade entre as formas mais estruturais e longas de desemprego.

Vivendo em grande medida dos apoios concedidos por familiares, os jovens em situação de desemprego não se mostram, contudo, desencorajados na procura ativa de emprego, sendo a faixa etária que mais ativamente tende a diversificar as suas estratégias para sair dessa situação.

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

Note-se, porém, a tendência para os jovens menos qualificados ativarem estratégias mais tradicionais de procura de emprego (como a inscrição num centro de emprego, ou a mobilização de contactos pessoais), quando os jovens mais qualificados preferem estratégias que passam pela procura de emprego através de anúncios na internet e em redes sociais, bem como candidaturas espontâneas.

Sendo a hipótese de dar início ao seu próprio negócio considerada por cerca de 33% dos jovens adultos empregados (25-34 anos) no caso de virem a ficar sem emprego, na realidade verifica-se ser uma estratégia residual entre os jovens que se encontram de facto em situação de desemprego. Isto apesar de as estratégias mais valorizadas na esfera pública como medidas de combate ao desemprego, de promoção do emprego e da empregabilidade dos jovens, nos últimos tempos, se ter desenvolvido em torno do «empreendedorismo». Por outro lado, a predisposição para o empreendedorismo entre os jovens manifesta-se sobretudo entre quem já teve (ou está a viver) uma experiência empreendedora no seu percurso laboral, sendo patrão ou trabalhador por conta própria, e que vive em melhores condições socioeconómicas e qualificacionais.

Há uma perceção transversal entre a sociedade portuguesa de que as causas do desemprego juvenil, hoje em dia, não dependem de fatores individuais ou de «falta de empregabilidade» dos jovens, mas de condições estruturais relacionadas com a diminuição do volume de emprego e de compressão do mercado de trabalho: 61% dos portugueses partilham a opinião de que «há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho», proporção que não tende a ter variações muito significativas de um ponto de vista geracional ou outro.

Confrontada com o espectro do desemprego em crescimento, a possibilidade de vir a perder o seu emprego revelou-se uma preocupação crescente e transversal à sociedade portuguesa, sendo também dominante entre os mais jovens. Essa preocupação é tanto mais transversal quanto, de facto, não é manifesta apenas em relação ao emprego do próprio, mas estende-se largamente à possibilidade de desemprego entre cônjuges e filhos. Ou seja, os jovens hoje representam uma geração que está no espectro da preocupação da sociedade portuguesa pelas incertezas e riscos que enfrentam perante um mercado de trabalho estruturalmente débil para a sua inserção.

Apesar de maioritariamente muito preocupados com a possibilidade de virem a perder o seu emprego (61%), os trabalhadores mais jovens (15-24) revelam-se significativamente mais otimistas quanto à possibilidade de vir a encontrar um novo trabalho num curto espaço de tempo,

Geração Milênio?

sendo apenas 34% os que acreditam ser muito improvável que tal aconteça num espaço de seis meses. A atitude de ceticismo perante essa probabilidade, contudo, aumenta substancialmente com o avançar da idade, demonstrando a crença no risco acrescido de etarismo ao longo da vida profissional.

Para além do fator idade, constata-se ainda que a intensidade com que se vivem as atitudes de preocupação com a possibilidade de desemprego do próprio, e de ceticismo perante a possibilidade de vir a encontrar um novo emprego num curto espaço de tempo, se acentua à medida que as condições socioeconómicas dos jovens empregados se tornam mais desfavorecidas e vulneráveis, quer do ponto de vista do rendimento do seu agregado familiar, quer do ponto de vista das suas qualificações escolares, quer ainda do ponto de vista da presente condição ou do vínculo contratual que mantêm no trabalho que têm.

Ainda que menos acentuadamente que as gerações mais velhas, os valores instrumentais relacionados com os valores da «estabilidade» e da «segurança» no domínio do trabalho continuam a ser as orientações dominantes entre os mais jovens, salientando-se sobretudo entre os jovens em situação de desemprego, e com escolaridades abaixo do ensino superior. Em detrimento da estabilidade e até do próprio rendimento, nota-se, contudo, uma relevância acrescida do valor atribuído às «possibilidades de realização pessoal» através do trabalho entre alguns segmentos juvenis em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas, indiciando entre estes uma atitude de pós-materialismo defensivo. São também estes os jovens que, dentro de um espectro maioritariamente pessimista, tendem a expressar uma atitude mais otimista face ao futuro, acreditando que a crise se resolverá a curto prazo, melhorando a situação laboral do país.

Referências

- Almeida, Ana Nunes, e Maria Manuel Vieira. 2013. «Educação». In *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, orgs. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais. Lisboa: Expresso/ICS, 57-67.
- Alves, Natália. 1993. «Os jovens e o mundo do trabalho: desemprego e inserção profissional». In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso de Sociologia*, vol. 1: 647-656.
- Alves, Natália. 1998. «Escola e trabalho: atitudes, projetos e trajetórias». In *Jovens Portugueses de Hoje*, orgs. Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais. Oeiras: Celta/Secretaria de Estado da Juventude, 53-133.
- Alves, Natália. 2007. «E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdade social?». *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 2: 59-68.

Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade

- Alves, Natália. 2008. *Juventudes e Inserção Profissional*. Lisboa: Educa/UI&DCE.
- Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo. 2011. *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Cardoso, José Luís, Vítor Escária, Vítor Sérgio Ferreira, Paulo Madruga, Alexandra Raimundo, e Marta Varanda. 2014. «Employability and higher education in Portugal». *Journal of Graduate Employability*, 0: 17-31.
- Ferreira, Vítor Sérgio, org. 2006. *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio. Um Retrato Longitudinal através de Fontes Estatísticas Oficiais: 1990-2005*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.
- Ferreira, Vítor Sérgio, e Cátia Nunes. 2014. «Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa». *Educação em Foco*, 18 (3): 167-207.
- Figueiredo, Alexandra, Catarina Lorga da Silva, e Vítor Sérgio Ferreira. 1999. *Jovens em Portugal. Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960-1996/1997*. Oeiras: Celta.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Pedro Abrantes. 2004. *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Hajdu, Gábor, e Endre Sik. 2015. «Searching for gaps: are work values of the younger generations changing». *STYLE Working Papers, WP9.1*, CROME, University of Brighton, Brighton.
- Hansen, Jo-Ida C., e Melanie E. Leuty. 2012. «Work values across generations». *Journal of Career Assessment*, 20 (1): 34-52.
- Kelan, Elizabeth K. 2014. «Organizing generations – What can sociology offer to the understanding of generations at work?». *Sociology Compass*, 8 (1): 20-30.
- Lyons, Sean, e Lisa Kuron. 2014. «Generational differences in the workplace: a review of the evidence and directions for future research». *Journal of Organizational Behavior*, 35: 139-157.
- Mannheim, Karl. 1990 [1928]. *Le problème des générations*. Paris: Nathan.
- Marques, Sibila. 2016. *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel Dos Santos.
- Pais, José Machado, org. 1998a. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, José Machado. 1998b. «Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?». In *Jovens Portugueses de Hoje*, orgs. Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais. Oeiras: Celta/Secretaria de Estado da Juventude, 189-214.
- Pais, José Machado. 1998c. «Grupos juvenis e modelos de comportamento em relação à escola e ao trabalho: resultados de análises factoriais». In *Jovens Portugueses de Hoje*, orgs. José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral. Oeiras: Celta, 135-187.
- Pais, José Machado. 2001. *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Lisboa: Âmbar.
- Pais, José Machado. 2012. «A esperança em gerações de futuro sombrio». *Estudos Avançados*, 26 (7)5: 267-280.
- Pais, José Machado. 2014. «De uma geração rasca a uma geração à rasca: jovens em contexto de crise». In *Narrativas Juvenis e Espaços Públicos. Olhares de Pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais*, orgs. Paulo Carrano e Osmar Fávero. Niterói: Editora da UFF, 71-95.
- Papavasileiou, Emmanouil F., e Sena T. Lyons. 2015. «A comparative analysis of the work values of Greek's 'millennial' generation». *The International Journal of Human Resource*

Geração Milénio?

Management, 26 (17): 2166-2186.

Pinto, Ana Filipa. 2011. *À Rasca. Retrato de uma Geração*. Lisboa: Booket.

Pohl, Axel, e Andreas Walther. 2007. «Activating the disadvantaged. Variations in addressing youth transitions across Europe». *International Journal for Lifelong Education*, 26 (5): 533-553.

Rowland, Jussara, Vítor Sérgio Ferreira, Maria Manuel Vieira, e Lia Pappámikail. 2014. «Nem em emprego, nem em educação ou formação: jovens NEEF em Portugal numa perspetiva comparada». Lisboa: OPJ/ICS-ULisboa (policy brief).

Tolbize, Anick. 2008. *Generational Differences in the Workplace*. Minnesota: Research and Training Center on Community Living-University of Minnesota.

Vieira, Maria Manuel, Vítor Sérgio Ferreira, e Jussara Rowland. 2015. «Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011». *Revista de Estudos Demográficos*, 54: 5-25.

Walther, Andreas. 2006. «Regimes of youth transitions. Choice, flexibility and security in young people's experiences across different European contexts». *YOUNG*, 14 (2): 119-141.

Jussara Rowland

Capítulo 2

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Em 2005, Edmunds e Turner, num artigo sobre gerações globais (Edmunds e Turner 2005), apontavam o surgimento de uma nova geração, a «geração internet», para a compreensão da qual afirmaram ser necessário ter em conta dois fatores: o aumento da mobilidade, do turismo e dos mercados de trabalho e educação globais, e o crescimento das tecnologias de informação eletrónicas. Estes dois fatores estão, segundo os autores, articulados, uma vez que o aumento das relações sociais caracterizadas pela distância, e mediadas pelas novas formas de comunicação *on-line*, tem incentivado também o incremento da mobilidade física, necessária para a manutenção dessas ligações (Edmunds e Turner 2005; Urry 2003). A mobilidade (internacional) e a importância da internet na vida dos jovens têm sido, de facto, dois dos tópicos sobre os quais a literatura sobre gerações tem vindo a debruçar-se, de forma mais ou menos articulada, no sentido de caracterizar a «geração Milénio» ou «geração y» e de a diferenciar face às gerações anteriores.

A mobilidade dos jovens, por motivos de lazer, estudo ou trabalho, tem sido evidenciada como uma realidade desta geração, por motivos que se prendem não só com o surgimento de novas expectativas e oportunidades, mas também de constrangimentos geracionais causados pela crise económica. A abertura de fronteiras entre países europeus, a criação de programas de mobilidade estudantil na UE e a maior facilidade de acesso a viagens aéreas *low-cost*, vieram alterar perceções de fronteiras, criar «sonhos de mobilidade» e incentivar experiências no estrangeiro de curta e média duração e tentativas de criação de novos projetos de vida noutros países (Cairns, Cuzzocrea, Briggs e Veloso 2017; Lopes 2014).

Nos últimos anos a atenção tem estado sobretudo focada nas novas experiências de mobilidade de jovens com níveis de ensino superior, motivadas por razões relacionadas quer com o estudo, quer com o trabalho. Esse enfoque nos jovens qualificados levou ao surgimento de nomes

Geração Milénio?

como o de «geração Erasmus» (Giorgi e Raffini 2015; Ieracitano 2014; Wilson 2011) e «geração Europa» (Lopes 2014), termos que evidenciam a crescente participação dos estudantes em programas de mobilidade estudantil da União Europeia, mas também o aumento da jovem emigração qualificada para a Europa por motivos laborais em consequência da precarização laboral, e do aumento das taxas de desemprego.

A importância da internet e as formas de utilização das ferramentas digitais pelas gerações mais novas, por sua vez, são temáticas quase incontornáveis na análise das vivências dos jovens atuais. Apelidados também de «geração net» (Tapscott 1998) ou «geração @» (Feixa 2000), os jovens nascidos a partir dos anos 80 cresceram num mundo onde a importância crescente das tecnologias digitais e de rede foram definindo e redefinindo a sua realidade, diferenciando-se das anteriores gerações na forma como se relacionam com o mundo (Jones e Shao 2011). Considerados «nativos digitais» (Prensky 2001), tecnologicamente adaptados e formatados pela sua relação com a internet, a bibliografia sobre a relação dos «Milénios» com a internet tende a evidenciar as suas capacidades para gerir e lidar com múltiplas fontes de informação, as suas múltiplas referências globais, mas também a sua dependência das tecnologias de informação no dia a dia (Bennett, Maton e Kervin 2008; Moscardo e Benckendorff 2010).

A importância do digital tem vindo a afirmar-se progressivamente nas vidas das gerações mais jovens, havendo por isso também ênfase nos desenvolvimentos mais recentes do uso das tecnologias de rede, que levaram à criação de novos termos como o de «geração #» ou «geração 2.0» (Feixa 2014). Neste caso é evidenciada a centralidade das novas sociabilidades hiperconectadas no contexto de uma «web social» que tem permitido maior universalização e generalização da conectividade móvel e a deslocalização desses conexões, bem como a transformação do jovem consumidor em prosumidor (consumidor e produtor de conteúdos) (Feixa 2014).

A bibliografia tem feito, portanto, um retrato de uma «geração conectada» (Taylor e Keeter 2010) e «global» (Beck e Beck-Gernsheim 2009; Edmunds e Turner 2005), caracterizada ao mesmo tempo por movimentos de migrações transnacionais, pelo aumento do trabalho precário e por processos de hibridização cultural (Feixa e Leccardi 2010). Uma geração mais cosmopolita, por comparação às gerações precedentes, ou seja, com maior acesso, direto e indireto, a outras culturas e realidades, mas ao mesmo tempo uma geração marcada por contrastes e linhas divisórias e por experiências e expectativas simultaneamente locais e transnacionais (Beck e Beck-Gernsheim 2009).

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazes e internet

Neste capítulo analisam-se os resultados do inquérito em relação a indicadores relacionados com o tema da mobilidade, lazes e usos da internet com o objetivo de explicitar os vários mecanismos que têm impacto nestas dimensões e evidenciar a pluralidade de efeitos geracionais e intergeracionais. Pretende-se entender quais as experiências de mobilidade estudantil e laboral de jovens e menos jovens e de que forma práticas de lazer e usos da internet se distribuem entre os diferentes grupos etários. Se algumas destas práticas e destes investimentos podem sem dúvida ser entendidas como um efeito de geração, ou seja, definidas como característica específica dos jovens e jovens adultos nascidos depois de 1980, é, no entanto, importante perceber que estas podem ser também o reflexo de efeitos de ciclo de vida, ou mesmo de uma conjuntura económica e social que afeta, e tem afetado, não só os jovens, mas grande parte da população a viver em Portugal.

Mobilidades internacionais

O tema da mobilidade internacional é central num país como Portugal, que tem um historial migratório complexo, com múltiplas vagas emigratórias, movimento de retorno de emigrantes e aumento (e diminuição) da taxa de imigração. Estas experiências marcaram não só as vidas de várias gerações de jovens em Portugal, como as de jovens de origem portuguesa no estrangeiro. Com a crise económica o tema ganhou nova relevância, devido ao aumento das taxas de desemprego e o consequente aumento da emigração a partir de 2009 (Peixoto 2013). A questão da emigração jovem, em particular, ganhou relevo junto dos *media* e tornou-se tema de debate político. Esse debate esteve sempre muito centrado na questão da emigração jovem qualificada (fuga de cérebros), apesar de a maioria dos fluxos migratórios terem continuado a ser compostos maioritariamente por indivíduos mediantemente ou pouco qualificados (Peixoto 2013; Lopes 2014).

Interessa nesse sentido perceber como estas experiências marcaram e marcam atualmente a vida dos portugueses e qual a experiência e a atitude dos jovens em relação à mobilidade laboral e estudantil internacional, num contexto que tem vindo a ser caracterizado não só pela crise económica, mas também por fluxos de mobilidade e realidades migratórias mais dinâmicas, em que as temporalidades, as modalidades de inserção e os destinos são cada vez mais diversificados.

Geração Milénio?

As experiências formativas no estrangeiro

Segundo os dados sobre experiências de formação na UE do Eurobarómetro, em 2009, Portugal estava abaixo da média da população da UE em relação à percentagem de indivíduos que declarava ter frequentado a universidade (2,4%, *vs.* 3,3% na UE) ou ações de formação (3,6% *vs.* 4%), mas acima da média, em relação à percentagem indivíduos que declaravam ter frequentado alguma vez a escola num outro país da UE (11,9%, *vs.* 8,4% na UE) (figura 2.1).

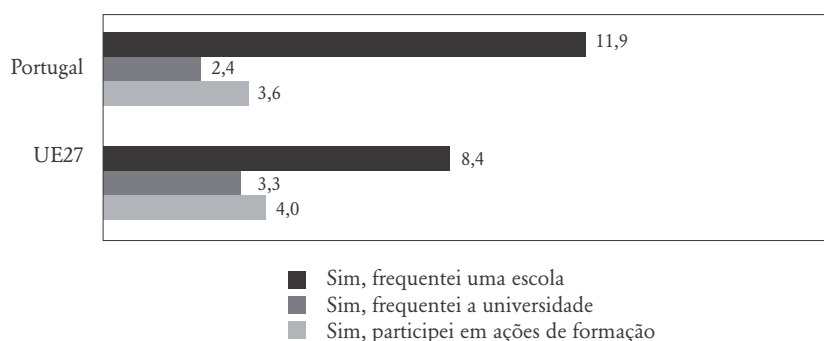
O inquérito «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», apurado em 2015, apresenta valores para Portugal similares aos do Eurobarómetro (2009) para a frequência de uma escola (11,9%) e ações de formação (3,4%), e um pouco mais baixos para a frequência da universidade na UE (0,9%) (quadro 2.1).

Ao proceder-se à análise por escalões etários, verifica-se que a proporção de indivíduos que declara ter frequentado uma escola num outro país da UE é similar para toda a população, apresentando valores acima dos 10% para todos os grupos. Estes valores estarão, provavelmente, relacionados com historiais de emigração para a Europa ao longo do século XX, que são transversais a várias gerações e que marcaram o percurso formativo de emigrantes e filhos de emigrantes que, entretanto, voltaram a viver em Portugal. A experiência formativa numa escola na UE é algo que tem vindo a fazer parte da realidade dos portugueses ao longo das últimas décadas, não caracterizando, por isso, em particular, a experiência dos mais jovens.

A experiência de estudar numa universidade de um país da UE, por sua vez, não só é bastante rara se tivermos em conta o total da população (0,9%), como apresenta algumas assimetrias entre os vários escalões etários. De facto, nenhum dos respondentes acima dos 55 anos e menos de 1% dos inquiridos entre 35 e 54 anos declarou ter frequentado o ensino universitário na UE. Os valores são ligeiramente mais elevados para os escalões etários mais jovens, nomeadamente o escalão dos jovens adultos, o que, de alguma forma, demonstra uma maior propensão para a mobilidade nas novas gerações mais escolarizadas. Ainda assim, é de notar que apenas 2,5% do total da população jovem adulta declaram ter tido este tipo de experiência, um valor que pode ser considerado baixo se tivermos em conta a atenção que tem vindo a ser dado a este tema.

Se tivermos em conta apenas as respostas dos inquiridos com o ensino pós-secundário ou superior, aqueles que efetivamente poderiam ter tido

Figura 2.1 – Experiências formativas noutro país da União Europeia. Total da população em Portugal e na União Europeia 27 (resposta múltipla) (%)



Fonte: Eurobarómetro 72.5 novembro-dezembro 2009, dados acedidos em abril de 2015.

Pergunta: «Alguma vez frequentou a escola, estudou ou participou em algum tipo de ações de formação noutro país da União Europeia por um período superior a dois meses?»

acesso a este tipo de mobilidade, verifica-se que 12,9% dos jovens (15-34) e 5,5% da população com 35 ou mais anos declaram ter tido essa experiência. Estes valores demonstram que este tipo de experiência é bastante mais comum entre as gerações mais jovens do que entre as mais velhas, apesar de colocarem em evidência que se trata, ainda, de uma experiência só vivida por uma minoria dos jovens com qualificações superiores em Portugal.

A experiência de frequência de ações de formação (aprendizagem de línguas, formação profissional, estágio, etc.) apresentava valores em torno dos 3,5% para o total da população. Os jovens adultos, que têm uma maior inserção no mercado de trabalho, apresentavam naturalmente um valor mais elevado (4,4%) do que os jovens entre os 15 e os 24 (2,6%), escalão composto maioritariamente por estudantes (quadro 2.1). Tal como sucede com a frequência de uma escola na UE, a participação em ações de formação é uma experiência transversal aos vários escalões etários, só apresentando números significativamente mais baixos para os indivíduos acima dos 65 anos.

A «não mobilidade formativa» – ou seja, indivíduos que declaram nunca ter frequentado a escola, a universidade, ou ações de formação no estrangeiro – entre os mais jovens (15-34) é de quase 85%. No entanto, esses valores tendem a variar se tivermos em conta algumas variáveis socioeconómicas. Em particular, evidencia-se que o nível de escolaridade e o nível de vida subjetivo têm algum peso neste tipo de experiências. São os jovens com graus de ensino mais elevados e que

Geração Milénio?

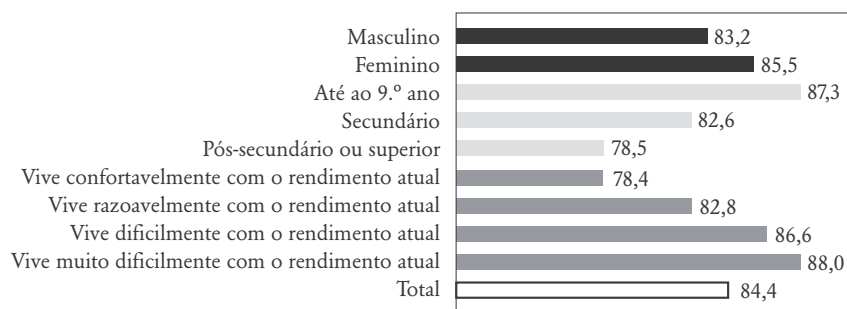
Quadro 2.1 – Experiências formativas num país da União Europeia que não Portugal. Total da população, por faixa etária (resposta múltipla) (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Frequentou uma escola	11,8	11,9	13,2	12,3	10,8	11,2	11,9
Frequentou a universidade	1,9	2,5	0,4	0,9	0,0	0,0	0,9
Participou em ações de formação	2,6	4,4	4,7	4,1	3,0	1,9	3,4

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Alguma vez frequentou a escola, estudou na universidade ou participou em algum tipo de ações de formação (por exemplo, língua, profissional, estágio) noutro país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses?»

Figura 2.2 – População jovem (15-34) que nunca frequentou nem a escola, nem a universidade, nem ações de formação noutro país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses (%)



Fonte: Estudo «Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

declaram viver confortavelmente com o seu rendimento que mais experiência de mobilidade internacional por motivos de formação têm. No polo oposto encontram-se os jovens com menores qualificações e os jovens que vivem dificilmente ou muito dificilmente com o seu rendimento atual (figura 2.2)

As experiências laborais no estrangeiro

Ao considerar-se as experiências passadas de trabalho de estrangeiro, verifica-se que existe um efeito de acumulação de experiência ao longo da vida, que é mais acentuada nos indivíduos entre os 35 e os 54 anos (19,2% para o escalão 35/44 e 15,7% no escalão 45/53). Os valores mais

*Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet***Quadro 2.2 – Experiência laboral no estrangeiro. Total da população, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Sim	3,7	11,0	19,2	15,7	10,8	11,4	12,4
Não	96,3	88,0	80,4	83,9	89,2	88,1	87,2
Não sabe	0,0	0,6	0,4	0,4	0,0	0,5	0,4
Não responde	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

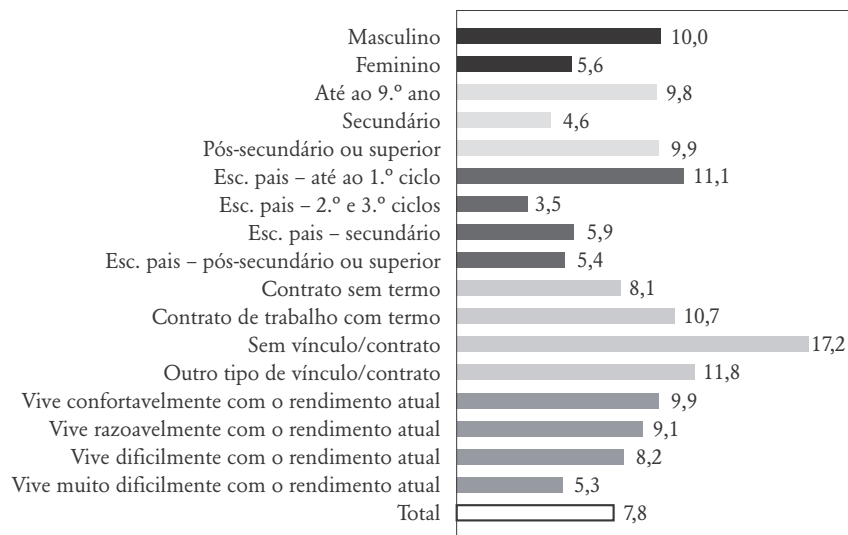
Pergunta: «Alguma vez trabalhou no estrangeiro? (última experiência de trabalho no estrangeiro e não de uma viagem de lazer ou de negócios).»

baixos são obviamente apresentados pelo escalão mais jovem (15-24), composto maioritariamente por jovens com pouca ou nenhuma experiência laboral (dentro ou fora do país). O escalão dos 25 aos 34 anos apresenta valores menos elevados que os grupos etários mais velhos, mas ainda assim é de relevar que 11% dos jovens adultos já tiveram pelo menos uma experiência laboral no estrangeiro (quadro 2.2).

A experiência de trabalho no estrangeiro apresenta algumas variações entre os jovens (15-34). Trata-se de uma experiência que é vivenciada mais por homens do que por mulheres (10% e 5,6%, respetivamente), e que é mais comum entre os trabalhadores independentes – patrões (45,9%) e trabalhadores por conta própria (22,6%) – do que junto dos trabalhadores por conta de outrem (8%). Verifica-se, também, que existe uma relação entre o tipo de contrato de trabalho atual e a experiência de se ter trabalhado (ou não) no estrangeiro no passado. São, de facto, os trabalhadores com contratos sem termo quem menos declara ter trabalhado noutro país (8,1%), seguidos dos jovens trabalhadores com contrato com termo (10,7%) ou com outro tipo de vínculo/contrato (11,8%). Os jovens trabalhadores que mais experiência laboral têm no estrangeiro são os que não tinham, no momento da inquirição, qualquer vínculo ou contrato (17,2%).

O capital económico dos jovens inquiridos tem uma relação direta com a sua experiência laboral no estrangeiro. Quanto mais são as dificuldades económicas atuais declaradas, menor é a experiência laboral no estrangeiro do jovem e vice-versa. De facto, apenas 5,3% dos jovens que declaram viver com muitas dificuldades com o seu rendimento atual têm experiência de trabalho num país estrangeiro, quando esse valor é de 9,9% para os jovens que declaram vivem confortavelmente.

No caso do nível de escolaridade não se verifica uma relação desse tipo. São os jovens mais escolarizados (pós-secundário ou superior) e os

*Geração Milénio?***Figura 2.3 – População jovem (15-34) que já trabalhou no estrangeiro (%)**

Fonte: Estudo «Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspectiva comparada», 2015.

jovens menos escolarizados (até ao 9.º ano) que têm mais experiência de trabalho no estrangeiro (9,9% e 9,8%, respetivamente). Já os jovens com níveis de escolaridade intermédios (9.º ano de escolaridade) apresentam valores menos elevados (4,6%). Estes valores vêm demonstrar que, apesar da maior visibilidade mediática da emigração qualificada, a experiência laboral no estrangeiro por parte de jovens e jovens adultos atualmente a viver em Portugal foi igualmente vivenciada por indivíduos com qualificações escolares mais baixas. De notar, também, que a experiência de trabalho no exterior por parte dos jovens não é reflexo apenas do nível da escolaridade dos próprios, mas também da dos seus pais: 11,1% dos jovens cujos pais completaram até ao 1.º ciclo de escolaridade já tinham tido experiências de trabalho no estrangeiro, enquanto esses valores se situavam em torno dos 6% para os jovens com pais que completaram o secundário ou um nível de escolaridade pós-secundário ou superior (figura 2.3).

As características das experiências laborais no estrangeiro

A duração da experiência de trabalho no estrangeiro foi diversificada para os diferentes grupos etários. Como seria de esperar, sobretudo por-

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

**Quadro 2.3 – Duração da experiência laboral no estrangeiro.
Total da população que trabalhou no estrangeiro,
por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Menos de 1 ano	62,5	49,7	23,3	23,3	9,6	7,7	23,4
De 1 ano a menos de 5 anos	37,5	38,3	41,4	38,1	23,5	16,7	32,7
5 ou mais anos	0,0	12,1	35,3	38,6	66,9	75,7	43,9

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», abril 2015.

Pergunta: «Qual foi a duração da estadia da última vez que trabalhou no estrangeiro? (última experiência de trabalho no estrangeiro e não de uma viagem de lazer ou de negócios).»

que nos estamos a referir a indivíduos que, entretanto, regressaram a Portugal, a duração da experiência laboral dos mais jovens foi mais curta, não tendo durado mais do que um ano para 62,5% dos jovens entre 15 e 24 anos e 49,7% dos jovens entre 25 e 34 anos (quadro 2.4). Ainda assim, perto de 40% dos jovens que já trabalharam no estrangeiro declara ter feito experiências laborais de mais de 1 ano a menos de 5 anos. As situações de emigração mais prolongadas, de 5 anos ou mais, são mais comuns entre os escalões mais velhos, sobretudo entre os indivíduos acima dos 55 anos, muito possivelmente indivíduos que estiveram emigrados e que voltaram para Portugal depois da reforma. Se entre os mais jovens (15-24) não existem experiências tão prolongadas, já 12,15% dos jovens adultos que trabalharam no estrangeiro declaram tê-lo feito durante pelo menos 5 anos.

Em relação ao tipo de experiência laboral fora de Portugal por parte dos inquiridos, verifica-se que os mais novos (15-24) têm menos experiência de trabalho permanente, mas mais experiência de trabalho sazonal. Essa maior prevalência do trabalho sazonal junto dos mais novos pode indicar não só uma especificidade do tipo de trabalho que os jovens procuram e/ou encontram no estrangeiro, como também o facto de os indivíduos mais velhos reportarem a sua mais recente experiência de trabalho no estrangeiro, nomeadamente de tipo permanente, tornando por isso invisíveis outras experiências anteriores de carácter mais temporário. De notar também que cerca 7,5% dos jovens e jovens adultos que trabalharam no estrangeiro declaram que a sua experiência laboral foi um estágio (quadro 2.4).

Ao cruzar o tipo de trabalho que a população jovem (15-34) teve no estrangeiro com as suas qualificações escolares, verifica-se que o nível de escolaridade se reflete de forma muito diferenciada nas suas experiências laborais. Os jovens com nível de escolaridade até ao 9.º ano, ou com o

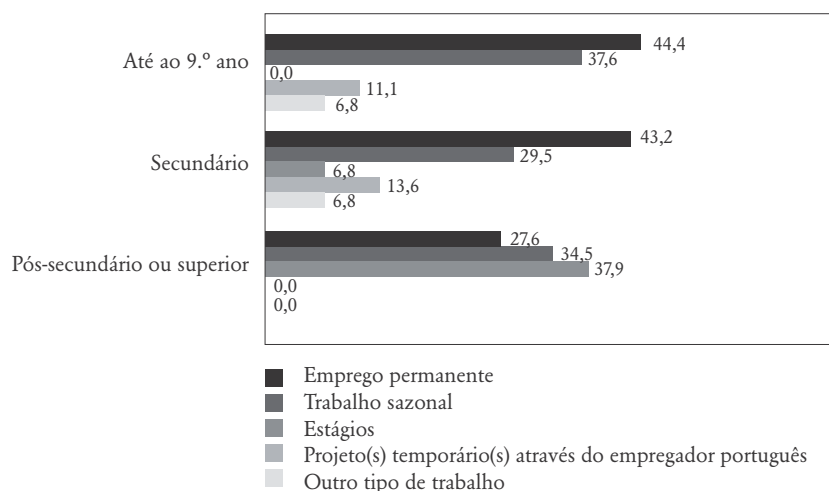
Geração Milénio?

Quadro 2.4 – Tipo de experiência laboral no estrangeiro. Total da população que trabalhou no estrangeiro, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Emprego permanente	29,3	45,6	67,0	49,8	72,1	88,7	64,1
Trabalho sazonal	51,2	30,9	26,8	29,1	27,9	7,7	25,0
Estágio	7,3	7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
Projeto(s) temporário(s) no estrangeiro através do seu empregador português	4,9	10,7	2,1	17,9	0,0	3,6	6,8
Outro tipo de trabalho (ex., trabalho de empreitada)	7,3	5,4	4,1	3,1	0,0	0,0	2,8

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Figura 2.4 – População jovem (15-34) que trabalhou no estrangeiro, por tipo de experiência laboral e grau de escolaridade (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

secundário, tiveram experiência similares de inserção no mercado de trabalho estrangeiro. Para estes dois grupos destacam-se o emprego permanente, o trabalho sazonal e os projetos temporários através do empregador português. Já os jovens com nível de escolaridade pós-secundário ou superior, destacam-se pela alta percentagem de experiência de estágios (37,9%) sobretudo por comparação com os jovens com qualificações mais baixas (apenas 6,8% dos jovens com o secundário e nenhum jovem com escolaridades até ao 9.º ano declararam ter feito estágios no estrangeiro) (figura 2.4).

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Sintetizando, apesar de as experiências laborais no estrangeiro serem igualmente comuns entre os jovens menos e mais qualificados, as suas inserções no mercado de trabalho são diversificadas: os jovens com qualificações mais baixas têm mais experiência de trabalho permanente, de projetos temporários através do empregador português e de outros tipos de trabalho do que os jovens mais qualificados, enquanto os jovens com ensino pós-secundário ou superior têm em maior proporção experiências de estágio no estrangeiro.

A predisposição para a mobilidade laboral internacional

Independentemente de já terem tido, ou não, experiência formativa ou laboral fora de Portugal, quando questionados sobre a eventual hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro, verifica-se que são os mais jovens que mais respondem afirmativamente. Mais de metade dos jovens entre 15 e 24 anos (53,1%) declaram considerar essa hipótese, valor que se situa em torno dos 40% para os jovens adultos. Apesar de apresentarem valores mais baixos, mesmo entre os escalões etários mais velhos, a hipótese de uma experiência laboral no estrangeiro é uma realidade para uma parte considerável da população, sendo de 35,3% para os indivíduos entre 35 e 44 anos e de 21,5% para os que têm entre 45 e 54 anos. Apenas a partir dos 55 é que a ideia de vir a trabalhar fora de Portugal passa a ser muito minoritária, sendo de apenas 4,9% entre os que têm entre 55 e 64 anos e quase inexistente entre os que têm mais de 65 anos (quadro 2.5).

De notar, também, que entre os jovens (15-24), não só a percentagem dos que respondem «sim» à pergunta é elevada, como a proporção de indivíduos que afirma não considerar essa hipótese é particularmente baixa (29,3%) comparativamente com os outros escalões etários. De facto, se tivermos em conta os 16,1% que nesta faixa etária responderam «não sabe» (ou seja, indivíduos que, apesar de não considerarem a hipótese, não a excluem), pode-se concluir que cerca 70% dos jovens entre 15 e 24 anos estão de alguma forma abertos à hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro e que é nesta faixa que há maior abertura à mobilidade. Entre os jovens adultos, a proporção de indivíduos que consideram a hipótese de uma experiência laboral no estrangeiro é menos elevada (40%), mas ainda assim apenas 45,9% dos respondentes entre 25 e 34 anos excluem totalmente essa ideia. A predisposição para mobilidade laboral aparece assim relacionada com as fases de vida dos indivíduos, sendo muito mais comum entre os muito jovens, tornando-se progressi-

*Geração Milénio?***Quadro 2.5 – Predisposição para a mobilidade laboral internacional.
Total da população, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Sim	53,1	40,0	35,3	21,5	4,9	0,4	23,7
Não	29,3	45,9	48,0	70,2	93,6	98,0	67,0
Não sabe	16,1	13,3	14,7	7,3	1,5	0,9	8,4
Não responde	1,5	0,8	2,0	0,9	0,0	0,7	1,0

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro?»

vamente mais rara à medida que a idade (e os compromissos familiares e laborais) aumentam.

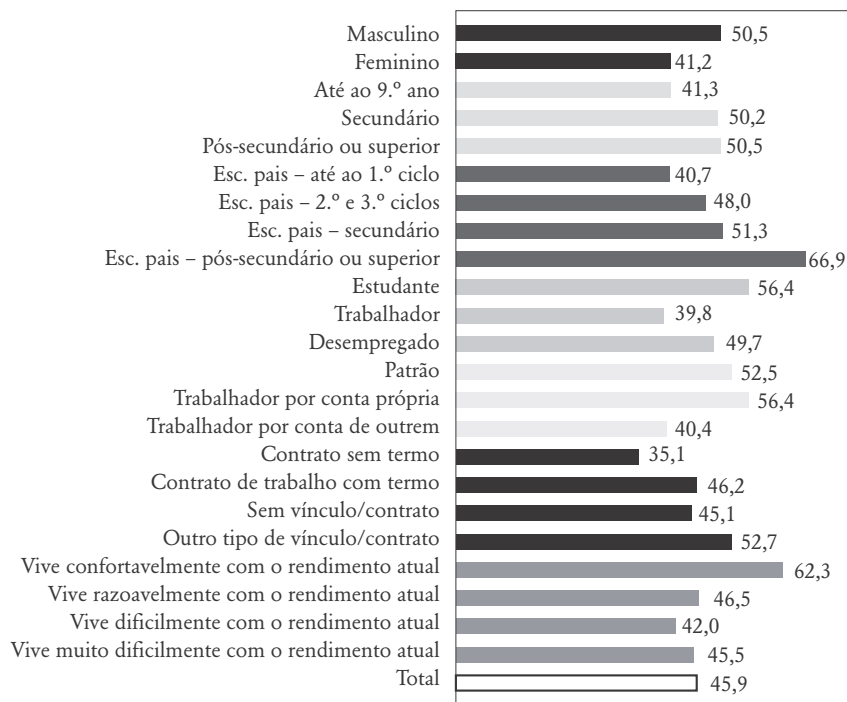
Quando se considera a predisposição para a mobilidade laboral internacional da população jovem entre 15 e 34 anos, verifica-se que esta apresenta valores similares para indivíduos com características sociográficas diversificadas. Ainda assim, há alguns fatores inibidores e potenciadores dessa situação. De facto, os homens (50,5%) tendem a considerar mais essa hipótese do que as mulheres (41,2%) e os jovens com menor nível de escolaridade (41,3%) consideram menos essa hipótese do que os que completaram o secundário (50,2%), ou um nível pós-secundário ou superior (50,5%). Os estudantes estão particularmente abertos à hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro [56,4%, valor que é bastante mais elevado do que o dos jovens que já se encontram a trabalhar (39,8%)]. Cerca de metade dos desempregados consideravam, na altura de aplicação do inquérito, a hipótese de virem a trabalhar no estrangeiro (49,7%) (figura 2.5).

Constata-se assim que a inserção laboral atual, e em particular a estabilidade dessa inserção, é o principal fator inibidor da consideração dos jovens em vir a trabalhar no estrangeiro no futuro. De facto, os valores são mais baixos para os trabalhadores em geral (face aos estudantes e aos desempregados), para os trabalhadores por conta de outrem (face aos patrões e aos trabalhadores por conta própria) e para os trabalhadores com contratos sem termo (face aos restantes tipos de contratos). Ainda assim, mesmo entre os jovens com situação laboral mais estável, os que têm contratos sem termo, 35,1% afirmam considerar essa hipótese.

No sentido contrário, verifica-se que os fatores que mais potenciam a consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro são o rendimento do agregado familiar e a escolaridade dos pais. São os jovens com maior poder de compra, ou seja, que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento atual (62,3%) e os jovens filhos de pais com nível de escolaridade pós-secundário ou superior (66,9%) que mais

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

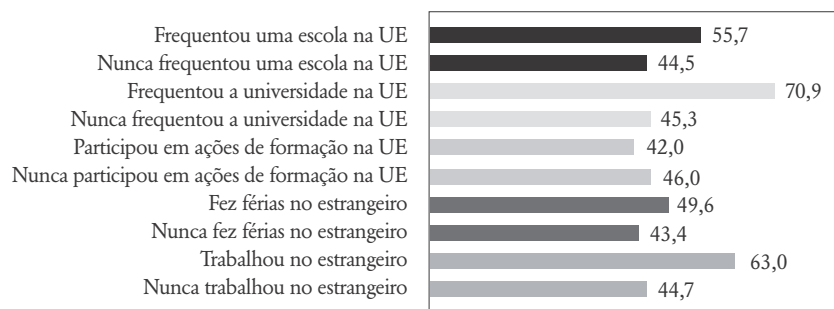
Figura 2.5 – População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

declaram estar abertos a essa experiência. Ou seja, apesar do contexto de crise económica e de aumento do desemprego, o que mais parece potenciar o «sonho de mobilidade» é o capital escolar e económico do agregado familiar.

Ao cruzar a consideração da hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro com as experiências prévias dos jovens entre 15 e 34 anos no estrangeiro, verifica-se que, com exceção do caso das ações de formação, quase todas as experiências no estrangeiro são potenciadoras da abertura à ideia de vir a trabalhar fora de Portugal no futuro. Entre estas destacam-se os valores daqueles que declaram ter frequentado uma escola na UE no passado (55,7%, contra 44,5% dos que nunca frequentaram), dos que declaram terem tido uma anterior experiência de trabalho no estrangeiro (63%, contra 44,7% dos que nunca trabalharam no estrangeiro), mas sobretudo dos jovens que indicam ter frequentado a universidade no estrangeiro (figura 2.6). De facto, 70,9% dos jovens inquiridos entre

*Geração Milénio?***Figura 2.6 – População jovem (15-34) que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro por experiência anterior no estrangeiro (%)**

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

15 e 34 anos que frequentaram o ensino universitário num outro país da UE declaram considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro, ou seja, uma experiência formativa a nível superior fora de Portugal é muito potenciadora da ideia de um dia vir a fazer uma experiência laboral no estrangeiro.

Em relação ao destino preferencial para uma experiência de trabalho no estrangeiro, a UE é destacada por todos os grupos etários (a única exceção é o grupo de 65 ou mais anos que é composto por muito poucos indivíduos que têm como único destino preferencial o Brasil). Entre os jovens adultos que consideram vir a trabalhar no estrangeiro, 81,2% assinalam a Europa como principal hipótese, seguindo-se os Estados Unidos da América ou o Canadá (17%) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (12,2%) (quadro 2.6). As escolhas dos mais novos (15-24) são relativamente similares às dos jovens adultos, diferenciando-se apenas pelo facto de escolherem em menor proporção os países da UE (70%). De notar ainda que, no caso dos jovens entre 15 e 24 anos que indicaram considerar a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro no futuro, 11% assinalam não saber qual seria o seu destino preferencial, o que vem reforçar a ideia de que a mobilidade laboral internacional é ainda uma possibilidade remota para os mais jovens.

No que se refere às diferenças entre os vários grupos etários, é de destacar ainda a preferência por países africanos de língua oficial portuguesa de alguns dos escalões mais velhos, nomeadamente os que têm entre 55 e 64 anos, com 30,6%, ilustrando a maior proximidade desta geração às ex-colónias.

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Quadro 2.6 – Destino preferencial para uma experiência laboral no estrangeiro. Total da população que considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Países da UE	70,0	81,2	72,9	66,6	50,8	0,0	72,4
EUA/Canadá	17,1	17,0	6,7	15,1	9,7	0,0	13,7
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	8,5	12,2	3,4	12,4	30,6	0,0	9,4
Brasil	6,3	7,6	5,6	2,0	0,0	100,0	6,0
Suíça	3,0	2,0	5,6	6,2	9,7	0,0	4,1
Outros países	2,3	1,1	3,5	6,6	0,0	0,0	2,9
Não sabe	11,0	5,5	7,8	8,2	9,7	0,0	8,2
Não responde	0,9	0,6	1,1	2,3	9,7	0,0	1,3

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

As motivações para a mobilidade laboral internacional

Quando questionados sobre quais as razões que os incentivariam a fazer uma experiência laboral no estrangeiro, a maioria dos inquiridos, independentemente de terem ou não trabalhado noutro país, ou de considerarem ou não a hipótese de vir a fazê-lo no futuro, destacou motivações relacionadas com o trabalho, nomeadamente, «ter melhores oportunidades de encontrar emprego» (51,3%) e «ter melhores condições de trabalho» (38,6%) e, em menor proporção, «ter melhores condições de carreira ou negócio» (14,2%) (quadro 2.7). Com um peso importante surgem também motivações associadas ao bem-estar em geral, em particular «ter melhores condições de vida no estrangeiro», selecionada por 36% da população, e, com menor incidência, «ter melhor sistema de serviços sociais e saúde» (8,1%). Entre as motivações de carácter contextual, «melhor clima económico no estrangeiro» foi selecionada por 11,3% dos inquiridos. Já o indicador «melhor situação política no estrangeiro» foi a razão menos apontada, com um valor total de 3,6%. As razões associadas às sociabilidades familiares e afetivas foram apontadas por 9,1% dos indivíduos.

As respostas dos jovens e jovens adultos em relação às razões que os incentivariam a trabalhar noutro país são próximas dos restantes grupos etários, valorizando também estes as motivações associadas ao trabalho, destacando-se em particular a incidência, face a outros grupos etários mais velhos, das motivações relacionadas com as condições de trabalho, ou seja, os mais jovens selecionaram as opções «ter melhores condições

*Geração Milénio?***Quadro 2.7 – Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). Total da população, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Ter melhores oportunidades de encontrar emprego	60,7	59,8	59,9	47,9	46,9	38,9	51,3
Ter melhores condições de trabalho	46,2	49,1	42,3	38,0	36,8	25,9	38,6
Ter melhor qualidade de vida no estrangeiro	41,5	43,0	42,1	39,1	34,3	23,3	36,3
Ter melhores condições de carreira ou negócio	20,2	19,5	15,4	15,8	10,0	7,6	14,2
Melhor clima económico no estrangeiro	13,6	10,5	14,1	15,1	8,6	7,3	11,3
Estar mais perto de familiares ou amigos que vivem no estrangeiro	9,0	11,1	11,6	9,9	7,2	6,6	9,1
Melhor sistema de serviços sociais e de saúde	5,1	10,2	8,8	9,9	7,9	6,7	8,1
Descobrir algo novo e conhecer novas pessoas	13,3	8,4	7,1	4,2	3,5	5,4	6,7
Melhorar as suas qualificações (ex: aprender uma nova língua)	13,4	6,4	4,0	6,5	5,7	5,2	6,5
Melhor situação política no estrangeiro	3,6	2,4	3,6	3,7	3,6	4,3	3,6
Nenhuma	4,6	10,8	9,5	14,4	26,9	37,6	18,8
Não sabe	2,2	1,5	2,4	2,3	2,1	5,6	2,9
Não responde	0,7	0,8	0,8	0,4	1,0	1,0	0,8

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Pergunta: «Independentemente de ter ou não trabalhado noutro país, ou de poder vir ou não a fazê-lo no futuro, que razões o incentivariam a trabalhar noutro país?»

de trabalho», mas sobretudo, «ter melhores condições de carreira ou negócio» do que os restantes inquiridos.

Os jovens entre 15 e 24 anos distinguem-se também por serem o grupo etário que, estando ainda numa fase de formação, mais aponta motivações relacionadas com o seu desenvolvimento pessoal, quer seja a nível da aquisição de novas competências («melhorar as suas qualificações», selecionada por 13,4% dos jovens), quer seja na acumulação de novas experiências e ampliação das suas redes de sociabilidade («descobrir algo novo e conhecer novas pessoas» selecionada por 13,3% dos jovens).

Quando temos em conta apenas a população jovem (15-34) podemos verificar algumas diferenças nas motivações selecionadas por homens e mulheres. Os jovens do sexo masculino tendem a selecionar mais do que as mulheres as motivações associadas à melhoria das condições do trabalho e de desenvolvimento de carreira, nomeadamente «ter melhores con-

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

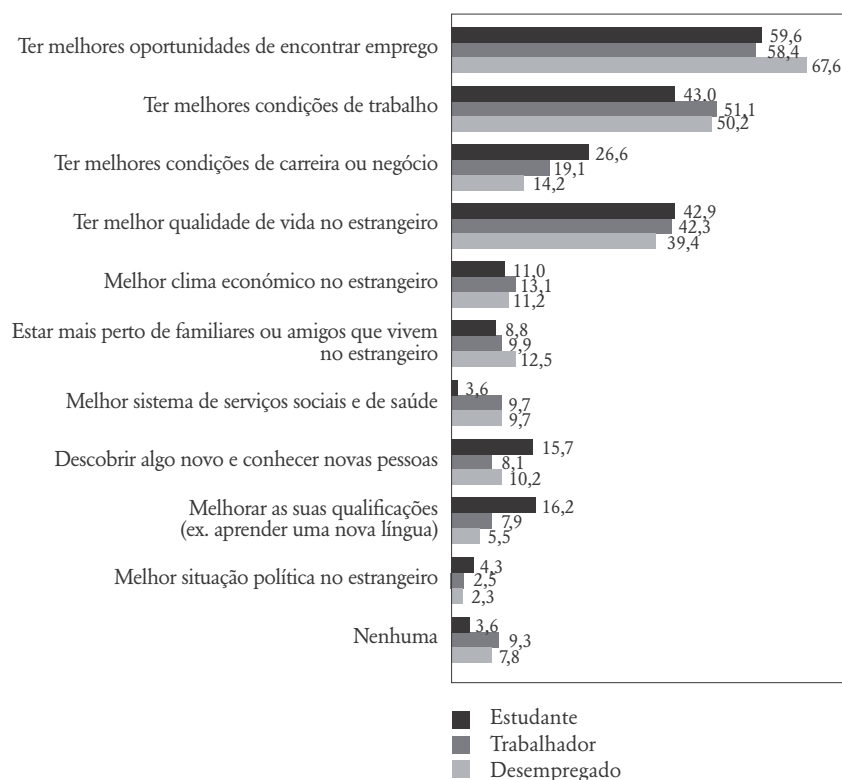
Figura 2.7 – Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). População jovem (15-34) por sexo (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

dições de trabalho» e «ter melhores condições de carreira ou negócio». A motivação referente ao acesso ao trabalho – «ter melhores oportunidades de encontrar emprego» – apresenta, no entanto, o mesmo valor para homens e mulheres (60,2%) (figura 2.7). As mulheres jovens, por sua vez, destacam-se por selecionar, mais do que os homens, motivações associadas ao seu bem-estar e desenvolvimento pessoal, nomeadamente «ter melhor qualidade de vida no estrangeiro», «estar mais perto de familiares ou amigos» e, em menor proporção, «melhorar as suas qualificações».

Ao considerar-se a condição perante o trabalho dos jovens entre os 15 e os 34 anos verifica-se que os jovens que se encontram a trabalhar e aqueles que estão desempregados apresentam valores relativamente próximos para quase todas as motivações para a mobilidade laboral internacional. As únicas exceções significativas são «ter melhores oportunidades de encontrar emprego» (selecionada por 67,6% dos desempregados e

*Geração Milénio?***Figura 2.8 – Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). População jovem (15-34) por posição perante a profissão (%)**

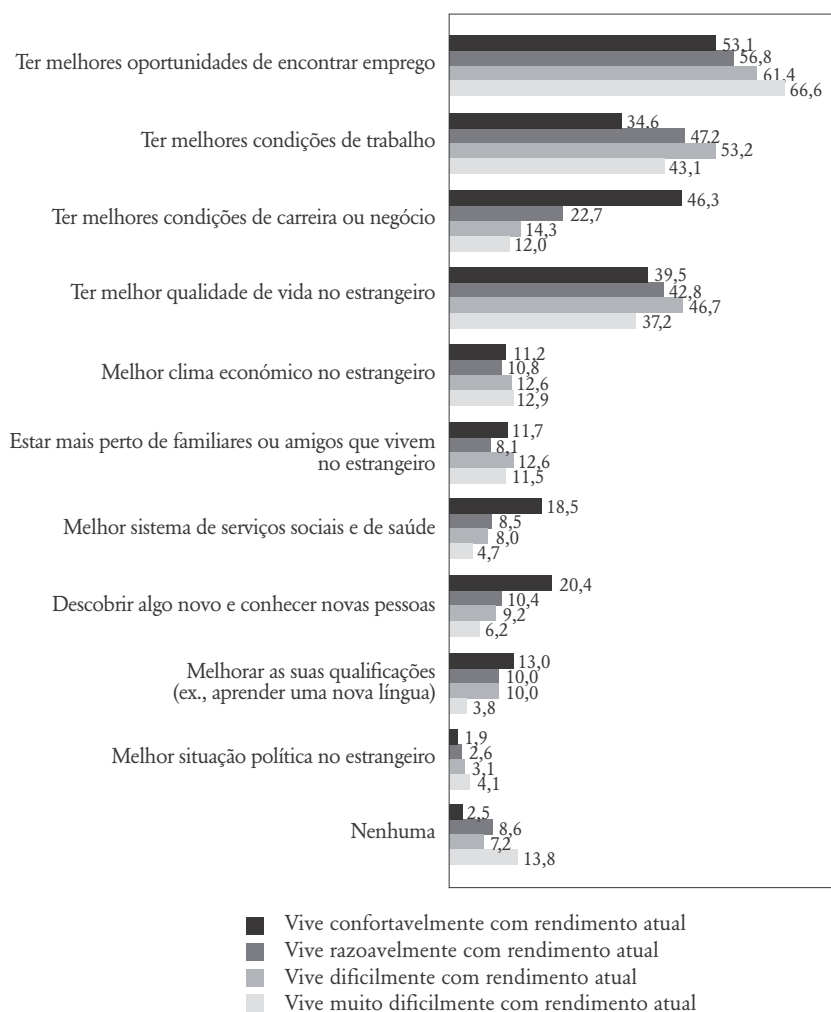
Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

58,4% dos trabalhadores) e «ter melhores condições de carreira ou negócio» (seleccionada por 19,1% dos trabalhadores e 14,2% dos desempregados), motivações que estão diretamente associadas à sua condição no momento da inquirição (figura 2.8).

Os estudantes por sua vez, apresentam um maior distanciamento em relação às opções seleccionadas pelos jovens trabalhadores e pelos jovens desempregados. De facto, são aqueles que mais vezes apontam «ter melhores condições de carreira ou negócio», o que refletirá as expectativas que têm em relação às oportunidades que uma futura experiência laboral de trabalho no estrangeiro lhes poderá oferecer. São também os estudantes que mais seleccionam as opções «melhorar as suas qualificações» e «descobrir algo novo e conhecer novas pessoas». Percebe-se, assim, que

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Figura 2.9 – Motivações para a mobilidade laboral internacional (resposta múltipla). População jovem (15-34) por nível de vida subjetivo (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

os estudantes avaliam uma possível experiência laboral no estrangeiro como uma oportunidade de crescimento e enriquecimento pessoal.

Por fim, é também de referir o peso do nível de vida subjetivo na seleção das motivações para uma possível experiência de trabalho no estrangeiro. Os jovens que vivem com maiores dificuldades económicas

Geração Milénio?

tendem a seleccionar, mais do que os restantes inquiridos, a motivação «ter oportunidade de encontrar um emprego». Por sua vez, quem tem melhores condições socioeconómicas, ou seja, quem declara viver confortavelmente com o seu rendimento, destaca-se pela ênfase atribuída às motivações associadas à melhoria das condições de carreira ou negócio, à descoberta de algo de novo e de novas pessoas e ao melhor sistema de saúde. Os jovens que estão nas posições intermédias em termos de nível de vida subjetivo evidenciam-se, por sua vez, por selecionarem mais do que os jovens com melhores e piores condições socioeconómicas, as opções relativas à melhoria das suas condições gerais de trabalho e de vida – «ter melhores condições de trabalho» e «ter melhor qualidade de vida no estrangeiro».

As deslocações lúdicas ao estrangeiro

Os inquiridos foram também questionados em relação a um outro tipo de mobilidade não relacionado com a formação ou o trabalho: as deslocações por motivos lúdicos ao estrangeiro. Mais de metade dos respondentes (64,8%) indicam nunca ter viajado para o estrangeiro na sua vida para passar férias (quadro 2.8). Os dados permitem-nos perceber que a experiência de ter viajado para fora do país em férias é mais comum entre os grupos etários mais jovens, mas sobretudo que é mais rara entre os indivíduos acima dos 55 anos (mais de 70% dos indivíduos acima dos 55 anos nunca fizeram esta experiência). Os jovens adultos são os que mais indicam ter-se deslocado ao estrangeiro de férias (45,7%), o que, tendo em conta o seu menor tempo de vida, pode indicar uma maior propensão dos mais jovens para este tipo de experiência. Mesmo os jovens entre 15 e 24 anos, um escalão composto maioritariamente por estudantes e jovens ainda não autonomizados economicamente, apresentam valores acima da média nacional, perto dos 40%, o que demonstra que esta é uma prática relativamente comum para as novas gerações.

Em relação aos jovens entre os 15 e os 34 anos, verifica-se que a experiência de férias no estrangeiro, apesar de ser relativamente comum, está diretamente associada ao capital cultural e socioeconómico dos inquiridos. De facto, a grande maioria dos jovens que vive confortavelmente com o seu rendimento atual (71,4%), que tem escolaridade de nível pós-secundário ou secundário (70,6%) e cuja escolaridade dos pais é de nível pós-secundário ou superior (68,9%) já tiveram a experiência de viajar para o estrangeiro pelo menos uma vez na vida. Essa realidade é contraposta à dos jovens que vivem com muitas dificuldades financeiras (22,1%), dos

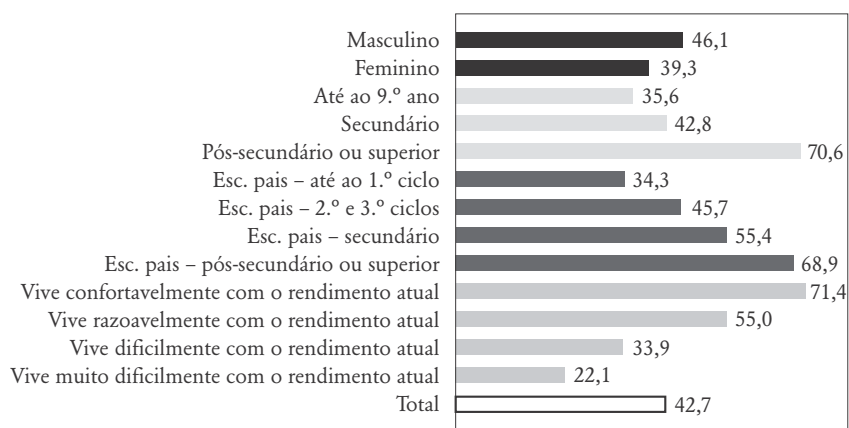
Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazes e internet

Quadro 2.8 – Deslocações ao estrangeiro de férias. Total da população, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Nunca viajou para o estrangeiro de férias	60,6	53,3	59,8	64,9	70,8	75,0	64,8
Já viajou pelo menos uma vez para o estrangeiro de férias	38,9	45,7	39,0	34,6	29,2	23,5	34,4
Não sabe	0,3	0,2	0,8	0,5	0,0	0,5	0,4
Não responde	0,2	0,8	0,4	0,0	0,0	1,1	0,5

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Figura 2.10 – População jovem (15-34) que viajou para o estrangeiro de férias pelo menos uma vez (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

jovens cujos pais têm até ao primeiro ciclo de escolaridade (34,3%) e dos jovens com nível de escolaridade até ao 9.º ano (35,6%). É também uma experiência mais comum entre os homens (46,1%) do que entre as mulheres (39,3%) (figura 2.10).

Estes diferentes indicadores de mobilidade permitem-nos assim fazer um retrato diversificado daquelas que são as experiências de jovens e menos jovens. De facto, se alguns indicadores parecem mostrar uma maior propensão de mobilidade entre os mais jovens (formação a nível do ensino superior na EU e deslocações lúdicas ao estrangeiro), outros indicadores revelam que se trata de experiência que tem vindo a caracterizar as vivências de várias gerações ao longo do tempo (frequência de

Geração Milénio?

uma escola na UE, ou experiência laboral no estrangeiro, entre outras). Entre os mais jovens, numa fase da vida marcada pela formação e por menores constrangimentos laborais e familiares, nota-se, no entanto, maior predisposição para a mobilidade (laboral), incentivada pela procura de melhores condições de trabalho e de carreira, mas também pelo desejo de desenvolvimento pessoal e conhecimento de novas realidades.

Lazeres e usos da internet

Ao longo das últimas décadas, assistimos a uma complexificação da noção de tempos livres, resultante da crescente permeabilização dos tempos do trabalho e do lazer, mas também da multiplicação e sobreposição de práticas de diferentes naturezas. Essa realidade é particularmente relevante no caso dos jovens, cujas vivências são muito marcadas pelas múltiplas solicitações que articulam práticas de lazer de carácter mais tradicional com novas formas de acesso e produção de conteúdos lúdicos, mais individualizadas e potenciadas pelo uso da internet. Neste contexto é importante perceber de que forma a multiplicidade de ofertas e de formas de acesso a conteúdos informativos e culturais, num contexto de maior escassez económica, mas de maiores solicitações e pluralidade de oferta (Ferreira e Gomes 2013), condiciona a experiência de jovens e menos jovens.

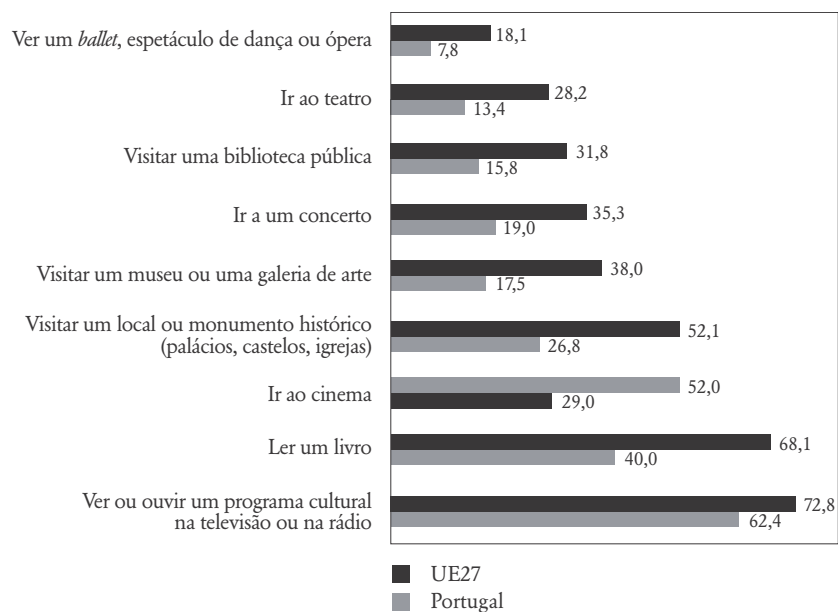
Práticas de culturais e de lazer

Segundo dados do Eurobarómetro, em 2013 os portugueses apresentavam níveis de prática de atividades culturais relativamente baixas, sobretudo por comparação com a média dos países da União Europeia. Apesar de estes dados se referirem a práticas de lazer cultivadas (ir ao *ballet*, ao teatro, a um museu, etc.) – o que não permite uma visão comparativa mais alargada da multiplicidade de práticas de lazer a nível internacional – é interessante verificar que as atividades onde a diferença entre Portugal e a média europeia era maior referia-se às atividades de leitura de livros, visitas a um local ou monumento histórico e idas ao cinema. As atividades onde a distância em relação à prática de atividades culturais em Portugal e na Europa eram menores eram as idas ao *ballet*, espetáculo de dança ou ópera e o visionamento ou a audição de um programa cultural na televisão ou na rádio (figura 2.11).

Os dados do inquérito de 2015 confirmam os baixos valores de algumas práticas de lazer dos portugueses, sobretudo no que respeita a ativi-

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Figura 2.11 – Prática de atividades culturais. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano. Portugal e UE27 (%)



Fonte: Eurobarómetro 79.2 abril-maio 2013, dados acedidos em abril de 2015.

dades mais cultivadas, como «ir a um museu ou a uma galeria de arte» (11,5%), «ir ao teatro» (8,7%) ou «ver um *ballet*, espetáculo de dança e ópera» (5,2%). As atividades de expressão artística individual como «pintar ou desenhar» (8,9%), «tocar um instrumento musical ou cantar» (6,7%) e «escrever contos, poemas, romances» (4%) também têm uma expressão relativamente marginal no total da população. As atividades culturais e de lazer mais praticadas pelos portugueses são a prática de atividades físicas, desportivas ou radicais (34,9%), a leitura de livros (34,5%) e outras atividades de lazer, fora de casa, de carácter cultural ou desportivo, como «ir ao cinema» (32,1%), «sair para dançar» (26,8%), «ir a espetáculos desportivos» (23,1%), «ir a espetáculos de música: concertos de música ao vivo» (20,5%) e «ir a festivais de música» (14,7%) (quadro 2.9).

Uma análise por escalões etários permite-nos, no entanto, perceber que as médias para a população total escondem variações muito significativas em termos da frequência das práticas culturais e de lazer nas diferentes fases da vida dos indivíduos. Todas as atividades elencadas são mais frequentemente praticadas pelos jovens, havendo uma sucessiva di-

*Geração Milênio?***Quadro 2.9 – Prática de atividades culturais e de lazer. Total da população que declara ter praticado a atividade pelo menos uma vez no último ano, por faixa etária (%)**

15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Ir ao cinema 71,6%	Ir ao cinema 54,5%	Ler um livro (sem ser de estudo) 38,6%	Ler um livro (sem ser de estudo) 37,6%	Ler um livro (sem ser de estudo) 25,7%	Ler um livro (sem ser de estudo) 23,9%	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais 34,9%
Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais 67,8%	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais 48,8%	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais 38,1%	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais 34,3%	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais 19,7%	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais 14,7%	Ler um livro (sem ser de estudo) 34,5%
Sair para dançar 55,8%	Sair para dançar 47,6%	Ir ao cinema 38%	Ir ao cinema 23,8%	Ir ao cinema 15,2%	Visitar um museu ou galeria de arte 8,7%	Ir ao cinema 32,1%
Ir a espetáculos desportivos 48,8%	Ler um livro (sem ser de estudo) 41,8%	Sair para dançar 31,8%	Ir a espetáculos desportivos 23,3%	Sair para dançar 14,1%	Ir ao cinema 6,9%	Sair para dançar 26,8%
Ir a um concerto de música ao vivo 47,9%	Ir a um concerto de música ao vivo 37,4%	Ir a espetáculos desportivos 26%	Sair para dançar 20,5%	Ir a espetáculos desportivos 13,2%	Ir ao teatro 6%	Ir a espetáculos desportivos 23,1%
Ler um livro (sem ser de estudo) 45,2%	Ir a espetáculos desportivos 33,8%	Ir a um concerto de música ao vivo 22,3%	Ir a um concerto de música ao vivo 14%	Ir a um concerto de música ao vivo 8,7%	Ir a espetáculos desportivos 5,4%	Ir a um concerto de música ao vivo 20,5%
Ir a festivais de música 41,9%	Ir a festivais de música 27,1%	Ir a festivais de música 14,4%	Visitar um museu ou galeria de arte 11,1%	Visitar um museu ou galeria de arte 8,6%	Ir a uma biblioteca pública 5,2%	Ir a festivais de música 14,7%
Ir a uma biblioteca pública 27%	Visitar um museu ou galeria de arte 15%	Ir a uma biblioteca pública 10,3%	Ir a uma biblioteca pública 10,5%	Ir ao teatro 6,2%	Sair para dançar 5%	Visitar um museu ou galeria de arte 11,6%
Visitar um museu ou galeria de arte 20,2%	Ir a uma biblioteca pública 14,9%	Pintar ou desenhar 10,3%	Ir ao teatro 7,9%	Ir a uma biblioteca pública 5,2%	Ir a um concerto de música ao vivo 4,6%	Ir a uma biblioteca pública 11,3%
Pintar ou desenhar 20,1%	Pintar ou desenhar 12,9%	Visitar um museu ou galeria de arte 9,1%	Ir a festivais de música 7,8%	Pintar ou desenhar 5,1%	Pintar ou desenhar 3,1%	Pintar ou desenhar 8,9%

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Tocar um instrumento musical ou cantar 18%	Tocar um instrumento musical ou cantar 12,4%	Ir ao teatro 8,3%	Pintar ou desenhar 5,9%	Tocar um instrumento musical ou cantar 5,1%	Ir a festivais de música 2,8%	Ir ao teatro 8,7%
Ir ao teatro 14,6%	Ir ao teatro 11,3%	Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança e ópera 6%	Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança e ópera 5,1%	Ir a festivais de música 4,6%	Escrever contos, poemas, romances 2,2%	Tocar um instrumento musical ou cantar 6,7%
Escrever contos, poemas, romances 9,2%	Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança e ópera 9,4%	Tocar um instrumento musical ou cantar 5,7%	Tocar um instrumento musical ou cantar 3,1%	Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança e ópera 3,5%	Tocar um instrumento musical ou cantar 1%	Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança e ópera 5,2%
Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança e ópera 9%	Escrever contos, poemas, romances 5,8%	Escrever contos, poemas, romances 4,8%	Escrever contos, poemas, romances 1,8%	Escrever contos, poemas, romances 2,1%	Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança e ópera 0,9%	Escrever contos, poemas, romances 4%

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

minuição da percentagem de indivíduos que declara tê-las feito pelo menos uma vez no último ano à medida que a sua idade avança. Essa diminuição prende-se, em grande parte, a efeitos de constrangimentos familiares e laborais no tempo livre disponível dos indivíduos nas diferentes fases das suas vidas (Gomes 2003). Esse efeito tende a acentuar-se progressivamente ao longo do tempo, mas, em alguns casos, é visível logo na passagem do estatuto de jovem a jovem adulto. De facto, as diferenças nas práticas culturais e de lazer entre jovens (15-24) e os jovens adultos (25 e 34) são particularmente acentuadas no caso de atividades praticadas fora de casa de carácter mais convívial (atividades físicas, desportivas ou radicais, e idas ao cinema, espetáculos desportivos e festivais de música) e apresentam menor variação no caso das atividades cultivadas e de carácter mais doméstico (leitura de livros, escrita de contos, poemas, romances e idas ao teatro).

Independentemente da frequência com que são praticadas, quando se analisam aquelas que são as atividades com maior incidência em cada grupo etário, verifica-se que para os jovens são idas ao cinema, enquanto para os inquiridos acima dos 35 anos a leitura de livros aparece sempre em primeiro lugar. De destacar, no entanto, que para todos os grupos etários a prática de atividades físicas, desportivas e radicais é a segunda

*Geração Milénio?***Quadro 2.10 – População jovem (15-34) por atividades culturais e de lazer praticadas pelo menos uma vez no último ano (%)**

Indicadores	Ir ao cinema	Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais	Sair para dançar	Ler um livro	Ir a um concerto de música ao vivo	Ir a espetáculos desportivos
Masculino	62,2	65,5	53,1	36,5	45,8	53,9
Feminino	62,0	49,1	49,3	50,0	38,4	27,1
Até ao 9.º ano	50,8	53,1	45,6	37,1	31,3	36,1
Secundário	68,7	59,2	54,7	44,3	49,3	44,9
Pós-secundário e superior	85,8	67,3	62,4	64,4	62,0	44,4
Estudante	78,5	71,5	58,2	55,3	54,2	51,2
Trabalhador	61,2	53,4	52,8	41,4	41,5	41,3
Desempregado	44,3	48,8	39,3	33,3	30,4	28,5
Vive confortavelmente com o rendimento atual	77,2	73,5	65,4	51,2	67,3	58,0
Vive razoavelmente com o rendimento atual	71,6	64,8	57,5	53,5	48,6	45,2
Vive dificilmente com o rendimento atual	57,0	52,7	48,3	35,5	32,6	38,4
Vive muito dificilmente com o rendimento atual	39,0	41,5	34,0	29,0	28,7	23,8
Total jovens 15-34	62,1	57,3	51,2	43,3	42,1	40,5

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

atividade levada a cabo com maior regularidade, mantendo-se, portanto, o seu peso relativo nos tempos livres ao longo da vida.

As atividades culturais e de lazer mais praticadas pelos jovens entre 15 e 34 anos são: «ir ao cinema», «praticar atividades físicas, desportivas ou radicais», «sair para dançar», «ler um livro», «ir a um concerto de música ao vivo» e «ir a espetáculos desportivos». Ao cruzá-las com algumas das suas características sociográficas, verifica-se que existe uma sobre-determinação das variáveis de rendimento e de escolarização sobre este tipo de práticas. São os jovens com escolaridade pós-secundária ou superior (em relação a outros níveis de ensino) e os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento (face a outros jovens com níveis de rendimento subjetivo menos elevados) que mais declaram praticar as atividades em causa. A única exceção são as idas a espetáculos desportivos que são comuns entre jovens com diferentes níveis de escolaridade.

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazes e internet

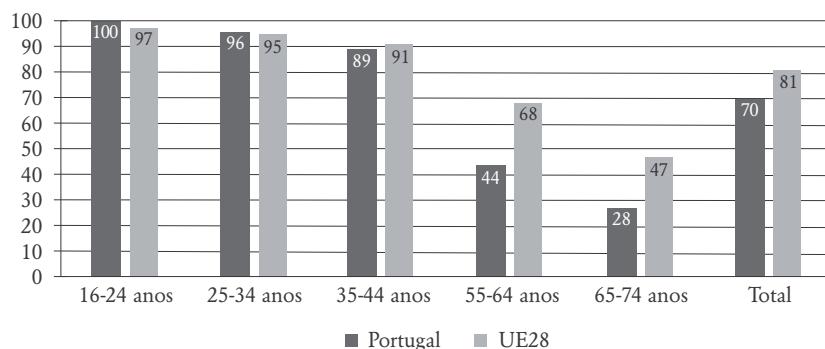
Os jovens que apresentam valores mais baixos para todas as atividades culturais e de lazer são aqueles com maiores dificuldades económicas, o que vem evidenciar o peso dos constrangimentos económicos no acesso às práticas de lazer.

A condição perante o trabalho tem também influência nas práticas culturais e de lazer. Os jovens que ainda se encontram a estudar apresentam valores mais elevados do que os trabalhadores e os desempregados para todas as atividades, em particular nas idas ao cinema (78,5%) e na prática desportiva (71,5%), ou seja, a condição de estudante é facilitadora de um maior investimento em todos os tipos de atividades de lazer. Os desempregados, por sua vez, apresentam sempre valores menos elevados para todas as atividades (quadro 2.10).

Em termos de género, verifica-se alguma variação no uso dos tempos livres. As práticas que remetem para a convivialidade em espaços públicos, como as atividades físicas, desportivas e radicais, a ida a concertos de música ao vivo e a ida a espetáculos desportivos são mais comuns entre os homens do que entre as mulheres. Por sua vez, a leitura de livros destaca-se por ser uma atividade mais praticada no feminino (50% no caso das mulheres e 36,5% no caso dos homens). Ir ao cinema e sair para dançar são, por sua vez, práticas que não apresentam muita variação entre os sexos.

Acesso e usos da internet

A utilização da internet era em 2015, segundo dados do Eurostat, mais baixa em Portugal do que a média da União Europeia (70% *vs.* 81%) (figura 2.12). A análise por escalões etários revela, no entanto, que essa diferença se deve ao baixo uso da internet entre as gerações mais velhas. De facto, os dados indicam que o acesso à internet em Portugal se encontrava, em 2015, completamente generalizado entre os jovens, apresentando valores próximos da média da UE para os jovens entre os 16 e os 24 anos (100%), os 25 e 34 anos (96%), e os 35 e os 44 anos (89%). As diferenças entre Portugal e a média europeia evidenciam-se apenas a partir dos 55 anos de idade. Apesar de o uso da internet baixar de forma transversal para todos os indivíduos a partir desta idade, em Portugal há uma quebra mais acentuada, o que estará relacionado, provavelmente, com os baixos níveis de qualificação escolar das populações mais idosas em Portugal, que funcionarão como um entrave à aquisição de novas competências tecnológicas.

*Geração Milénio?***Figura 2.12 – Uso da internet. Total da população que declara ter usado a internet pelo menos uma vez no último ano. Portugal e UE28 (%)**

Fonte: Community survey on ICT usage in household 2015 (Eurostat), dados acedidos em abril de 2017.

Também no inquérito «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada» o acesso à internet apresenta diferenças geracionais marcadas, sendo a sua utilização generalizada entre os escalões mais jovens e tornando-se progressivamente mais rara à medida que avançamos na idade. De facto, se entre os mais jovens apenas 2,1% declaram nunca aceder à internet, nos escalões mais velhos esse valor é de 63,4% para os indivíduos entre os 55 e os 64 anos e de 88,3% para os indivíduos com 65 ou mais anos (quadro 2.11). Neste caso a menor prática entre os escalões mais velhos não se prende tanto com efeitos de percurso de vida e de constrangimentos causados pela vida laboral e familiar, como no caso das práticas culturais e de lazer, mas com a menor familiaridade das gerações mais velhas com o meio virtual. É expectável que os jovens continuem a aceder à internet à medida que forem envelhecendo, estendendo-se progressivamente a sua utilização a todos os escalões etários.

Entre os jovens (15-34 anos) a percentagem que afirma nunca aceder à internet é relativamente baixa (5,6%), sendo que estes estão maioritariamente concentrados nas categorias socialmente menos favorecidas. De facto, são os que vivem com mais dificuldades económicas (17,9% dos jovens que declaram viver muito dificilmente com os seus rendimentos), os que têm baixos níveis de escolarização (11% dos que têm apenas até ao 9.º ano de escolaridade) e os desempregados (9,7%) que mais declaram nunca aceder à internet (figura 2.13).

Em relação às finalidades na utilização da internet por parte dos inquiridos, a utilização de redes sociais aparece destacada em primeiro lugar

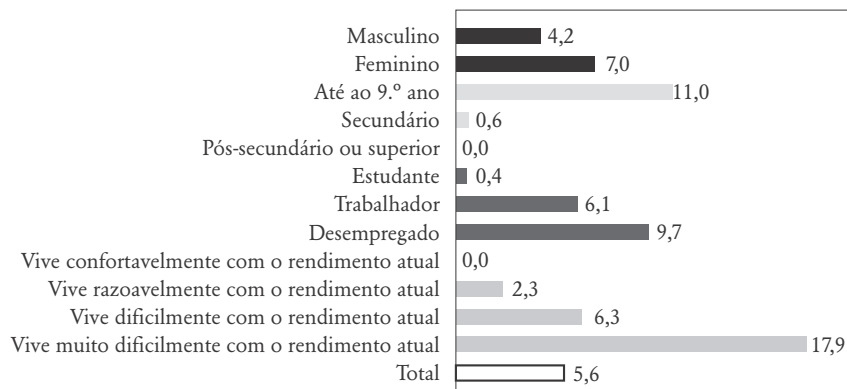
Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Quadro 2.11 – Frequência de acesso à internet. Total da população, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Diariamente	86,9	74,5	53,5	36,0	18,8	6,4	42,3
Ocasionalmente (menos do que uma vez por dia)	10,8	17,2	23,9	19,1	15,9	4,9	14,9
Nunca	2,1	8,4	22,3	42,7	63,4	88,3	41,9
Não sabe	0,0	0,0	0,0	1,8	1,4	0,0	0,5
Não responde	0,2	0,0	0,4	0,4	0,5	0,4	0,3

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Figura 2.13 – População jovem (5-34) que nunca acede à internet (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

(76,9%), à frente de outras atividades como «enviar e receber emails» (69,6%) e «procurar informações sobre eventos, produtos ou serviços» (57,4%) (quadro 2.12). Estes dados demonstram a importância crescente que as redes sociais têm vindo a ganhar nos últimos anos, sobretudo se tivermos em conta que no Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias de 2013¹ a «participação nas redes sociais» surgia em terceiro lugar (com um valor de 70,6%), atrás das atividades «enviar e receber emails» (83,2%) e «pesquisar informações sobre bens e serviços» (72,8%). Esta diferença na ordenação das principais

¹ INE/Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2013. Este inquérito tem como universo indivíduos com idade entre 16 e 74 anos.

*Geração Milénio?***Quadro 2.12 – Finalidades de utilização da internet (resposta múltipla).
População total que acede à internet, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
Usar as redes sociais	91,9	85,1	79,0	65,1	56,7	34,5	76,9
Enviar e receber emails	73,0	75,1	71,3	66,7	54,3	54,9	69,6
Procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços	55,6	66,0	61,2	48,8	49,0	47,3	57,4
Comunicar em tempo real (ex.: chats, messenger, skype, etc.)	62,7	49,4	41,6	34,0	23,0	20,8	44,1
Jogar jogos de computador	59,4	49,2	29,0	26,8	18,2	22,6	38,8
Ouvir rádio ou música	55,0	42,1	28,4	26,4	18,4	12,8	35,5
Ler artigos de jornais	32,4	35,9	31,0	34,5	25,4	27,4	32,4
Fazer <i>download</i> de filmes, música ou séries de televisão	48,4	29,5	15,4	12,2	5,6	0,0	23,8
Ver filmes ou programas de televisão em tempo real	38,1	27,5	14,8	12,9	11,5	7,5	22,0
Ler <i>blogs</i>	24,5	24,1	14,7	16,7	9,6	11,1	18,8
Comprar ou encomendar produtos ou serviços	17,4	25,7	15,3	17,1	5,6	0,0	17,1
Criar/colocar conteúdos num <i>website</i> ou <i>blog</i>	11,9	13,6	8,1	7,4	2,8	7,5	9,7
Vender produtos ou serviços	8,1	10,3	4,1	4,1	0,0	3,5	6,1

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

finalidades da internet, deve-se, provavelmente, não só ao aumento da percentagem total de utilizadores de redes sociais, como também ao facto de hoje em dia as redes sociais oferecerem um conjunto de serviços integrados (*chats*, fóruns, mensagens escritas, etc.) que permitem uma concentração da utilização de diferentes recursos cibernéticos numa única plataforma (Cardoso *et al.* 2015).

De forma geral, verifica-se que com o aumento da idade diminui a proporção de indivíduos que declara utilizar a internet para qualquer uma das finalidades apresentadas. De facto, os escalões etários mais velhos não só acedem menos à internet, como a usam para muito menos finalidades do que as novas gerações.

No que se refere à utilização da internet pelos jovens é possível constatar que a utilização dos mais jovens (15-24) se destaca, em relação à dos jovens adultos (e a todos os escalões etários sucessivos), em termos da incidência de atividades de acesso a conteúdos lúdicos («fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão», «ouvir rádio ou música», «ver filmes ou programas de televisão em tempo real» e «jogar jogos de computador») e de carácter convivialista («comunicar em tempo real» ou «usar

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

as redes sociais»). Os jovens adultos, por sua vez, são aqueles que, face a todos os outros grupos etários, mais utilizam a internet de forma utilitária para procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços, comprar ou encomendar produtos ou serviços, e vender produtos ou serviços. São também o escalão etário que mais produz conteúdos para *websites* ou *blogs*.

Ao cruzarmos as a finalidade de utilização da internet dos jovens entre 15 e 34 anos com algumas variáveis sociográficas, observa-se que há finalidades que se distinguem em termos do perfil dos seus praticantes.

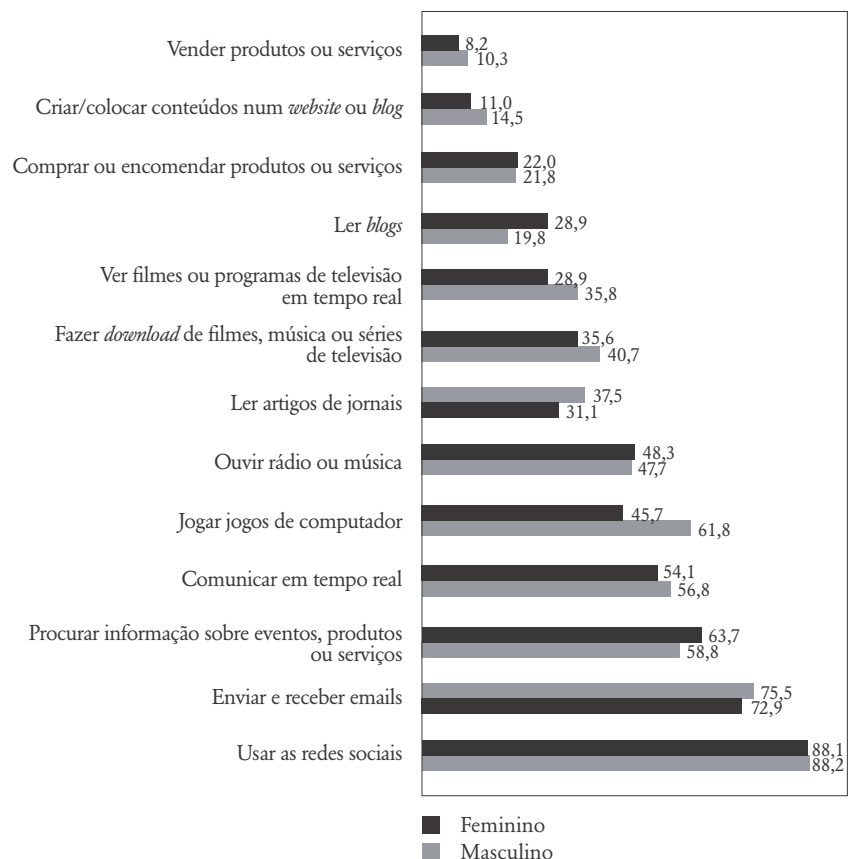
No que se refere ao género, constata-se que para atividades como «comprar ou encomendar produtos ou serviços», «ouvir rádio ou música», «usar as redes sociais», «comunicar em tempo real» e «enviar ou receber emails» não existem diferenças significativas entre homens e mulheres. No que se refere às mulheres, estas destacam-se face aos homens nas atividades de pesquisa e leitura, ou seja, na leitura de *blogs*, na leitura de artigos de jornais e na procura de informação na internet. É de notar que estes resultados vão de encontro aos obtidos em relação às práticas culturais e de lazer, em que as mulheres se destacavam face aos homens na leitura de livros. Ou seja, as mulheres jovens leem mais do que os homens em geral: não só leem mais livros, mas também outro tipo de produtos *on-line*. Os homens, por sua vez, destacam-se face às mulheres nas finalidades de acesso a alguns conteúdos lúdicos, nomeadamente «jogar jogos de computador», «ver filmes ou programas de televisão em tempo real» e «fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão» (figura 2.14).

Os resultados por condição perante o trabalho são relevantes pela sua variabilidade, sendo que apenas a utilização do email não apresenta diferenças significativas entre estudantes, trabalhadores e desempregados. Os estudantes declaram usar mais a internet do que os trabalhadores e os desempregados para quase todas as atividades, destacando-se em particular em algumas de carácter lúdico e convivialista: ouvir rádio ou música, fazer *downloads* de filmes, ver filmes e programas em tempo real, comunicar em tempo real e jogar jogos de computador. Os trabalhadores – que têm uma média etária mais elevada do que os estudantes e maior poder de compra do que estudantes e desempregados – destacam-se, por sua vez, na compra ou encomenda de produtos e serviços, na procura de informação na internet e na venda de produtos e serviços (figura 2.15).

No que se refere à situação socioeconómica dos jovens inquiridos, a única atividade que é transversal a todos os níveis de vida é o «*download* de música, filmes ou séries». Em relação às restantes atividades, verifica-se que o nível de vida subjetivo está diretamente relacionado com a uti-

Geração Milénio?

Figura 2.14 – População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização e sexo (%)



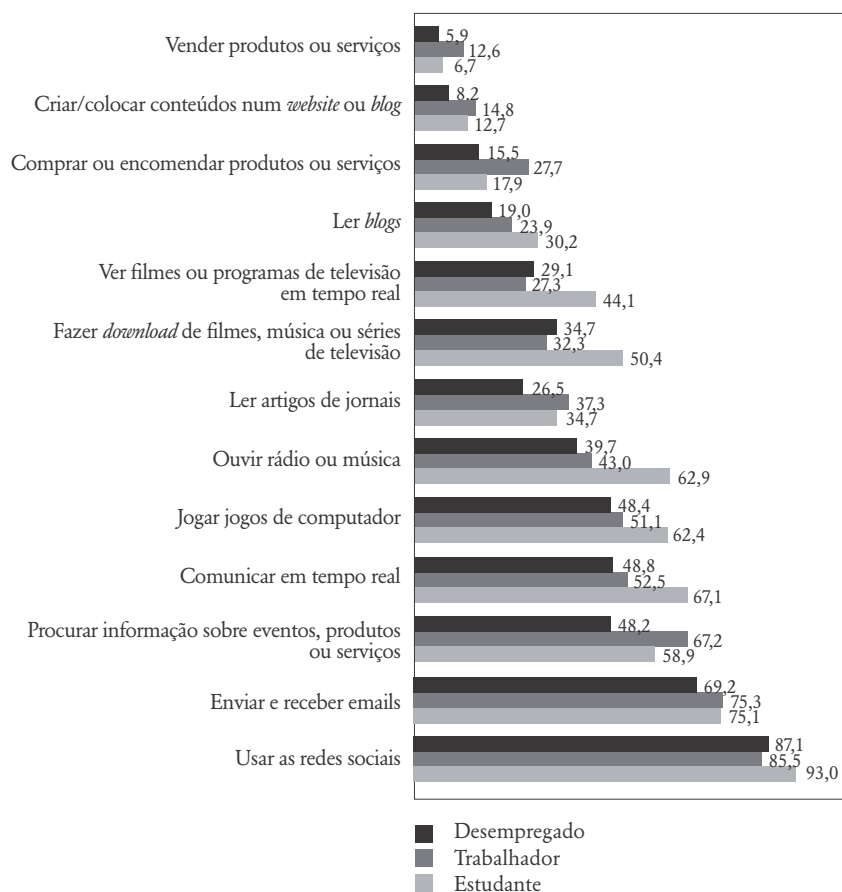
Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

lização dos diferentes tipos de finalidade, sendo que os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento atual são os que apresentam valores mais elevados para todas as atividades elencadas, com uma única, relevante, exceção para «jogar jogos de computador», em que estes são os que apresentaram valores mais baixos (45,7%).

É também interessante notar o caso dos jovens entre 15 e 34 anos que acedem à internet e que declaram viver com muitas dificuldades com o seu rendimento atual. Trata-se de uma categoria que, ao longo de todo o inquérito, evidenciou valores abaixo dos jovens das categorias socioeconómicas superiores em termos de inserção no mercado de trabalho,

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Figura 2.15 – População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização e condição perante o trabalho (%)

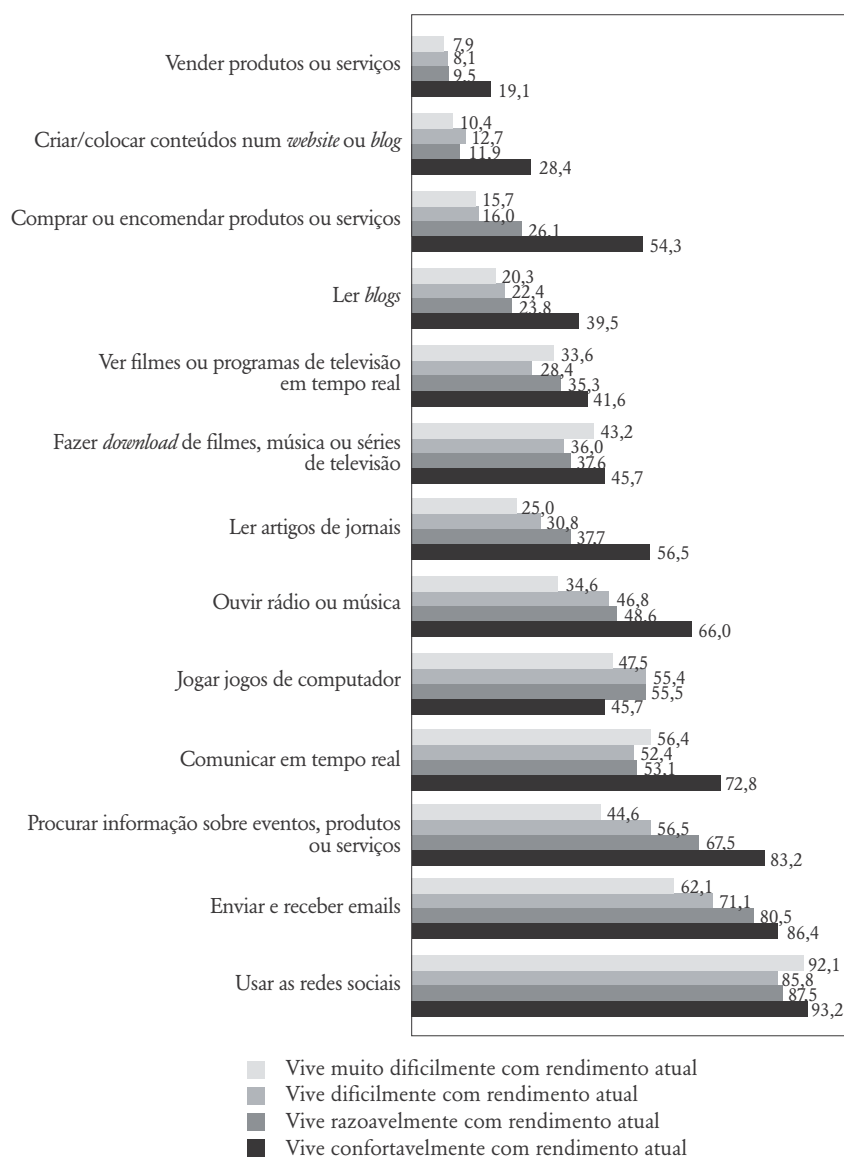


Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

mobilidade internacional formativa, lúdica e laboral e prática de atividades culturais, de lazer, cívicas e políticas. No entanto, quando questionados sobre as finalidades para as quais usam a internet, verificamos que em vários casos apresentam valores mais elevados do que os jovens que vivem com dificuldades, ou mesmo razoavelmente, com o seu rendimento atual. É o caso do uso das redes sociais, da comunicação em tempo real, dos *download* de filmes, música ou séries de televisão e do visionamento de filmes ou programas de televisão em tempo real. É claro que estes dados se referem aos jovens que vivem com muitas dificuldades

Geração Milénio?

Figura 2.16 – População jovem (15-34) que acede à internet por finalidades de utilização e nível de vida subjetivo (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazes e internet

que efetivamente acedem à internet, e que, como tivemos oportunidade de ver anteriormente, esta é a categoria em que uma maior percentagem declara nunca o fazer (17,6%). Ainda assim, não deixa de ser relevante que os jovens que vivem com muitas dificuldades económicas, e que acedem à internet, fazem-no de forma específica, utilizando-a mais do que outros jovens de categorias socioeconómicas superiores para atividades convivalistas (redes sociais e comunicação em tempo real) e para atividades relacionadas com o acesso grátis ou pouco oneroso de conteúdos lúdicos (fazer *download* de filmes, música ou séries de televisão e ver filmes ou programas de televisão em tempo real) (figura 2.16).

Se tivermos em conta apenas a população jovem, ao fazer uma análise deste conjunto de finalidades em simultâneo, através de uma análise fatorial em componentes principais (quadro 2.13), revelam-se diferentes disposições entre os inquiridos até aos 34 anos para utilização da internet para três tipos de finalidades com algum grau de consistência. Um primeiro perfil de utilização integra atividades de carácter mais especializado – compra e venda de bens ou serviços, criação e acesso a conteúdos *web*; o segundo grupo integra atividades de carácter mais generalista – procura de informação, uso de email e leitura *on-line* de artigos de jornais; por fim, um terceiro grupo integra atividades de carácter lúdico – jogar jogos de computador, *download* de filmes, música ou séries – e convivalista – uso de redes sociais ou comunicar em tempo real.²

Quando consideramos os jovens que declaram realizar mais do que uma das finalidades de cada perfil, algumas das tendências que eram já visíveis na análise individual das atividades aparecem reforçadas. De facto, o perfil lúdico-convivalista apresenta-se como o mais comum (85%), seguido do perfil generalista (52,1%) e do perfil especializado (20,2%).

No que se refere às diferenças entre o grupo dos mais jovens (15-24) e o dos jovens adultos (25-34), verifica-se que os valores para os dois grupos são muito próximos para o perfil especializado e para o generalista, mas que se distinguem no que se refere ao perfil lúdico-comunicativo, que é bastante mais comum entre os mais jovens (92,4% *vs.* 79,1%). Também entre homens e mulheres não existem diferenças significativas no caso do perfil generalista, mas as mulheres apresentam valores ligeiramente superiores para o perfil especializado e os homens para o perfil lúdico-convivalista.

² Ouvir rádio ou música e ver filmes ou programas de televisão em tempo real não foram tidos em conta, de modo a obter-se um modelo mais sólido.

*Geração Milénio?***Quadro 2.13 – Perfis de utilização da internet por tipos de finalidade (análise fatorial: componentes principais – rotação Varimax com normalização Kaiser)**

Perfis de utilização	Component		
	Perfil especializado	Perfil generalista	Perfil lúdico-convivalista
Finalidades de utilização da internet			
Vender produtos ou serviços	0,826	-0,006	0,033
Criar/colocar conteúdos num <i>website</i> ou <i>blog</i>	0,748	0,085	0,175
Comprar ou encomendar produtos ou serviços	0,662	0,287	0,123
Ler <i>blogs</i>	0,555	0,280	0,265
Enviar e receber emails	-0,005	0,688	0,138
Procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços	0,206	0,685	-0,035
Ler artigos de jornais	0,388	0,591	0,206
Usar as redes sociais	0,054	-0,245	0,671
Comunicar em tempo real (ex.: chats, messenger, skype, etc.)	0,158	0,234	0,651
Fazer <i>download</i> de filmes, música ou séries de televisão	0,301	0,099	0,498
Jogar jogos de computador	0,028	0,172	0,495
Variância explicada	19,1	15,1	15,0
Alfa de Cronbach	0,74	0,63	0,58
KMO		0,874	

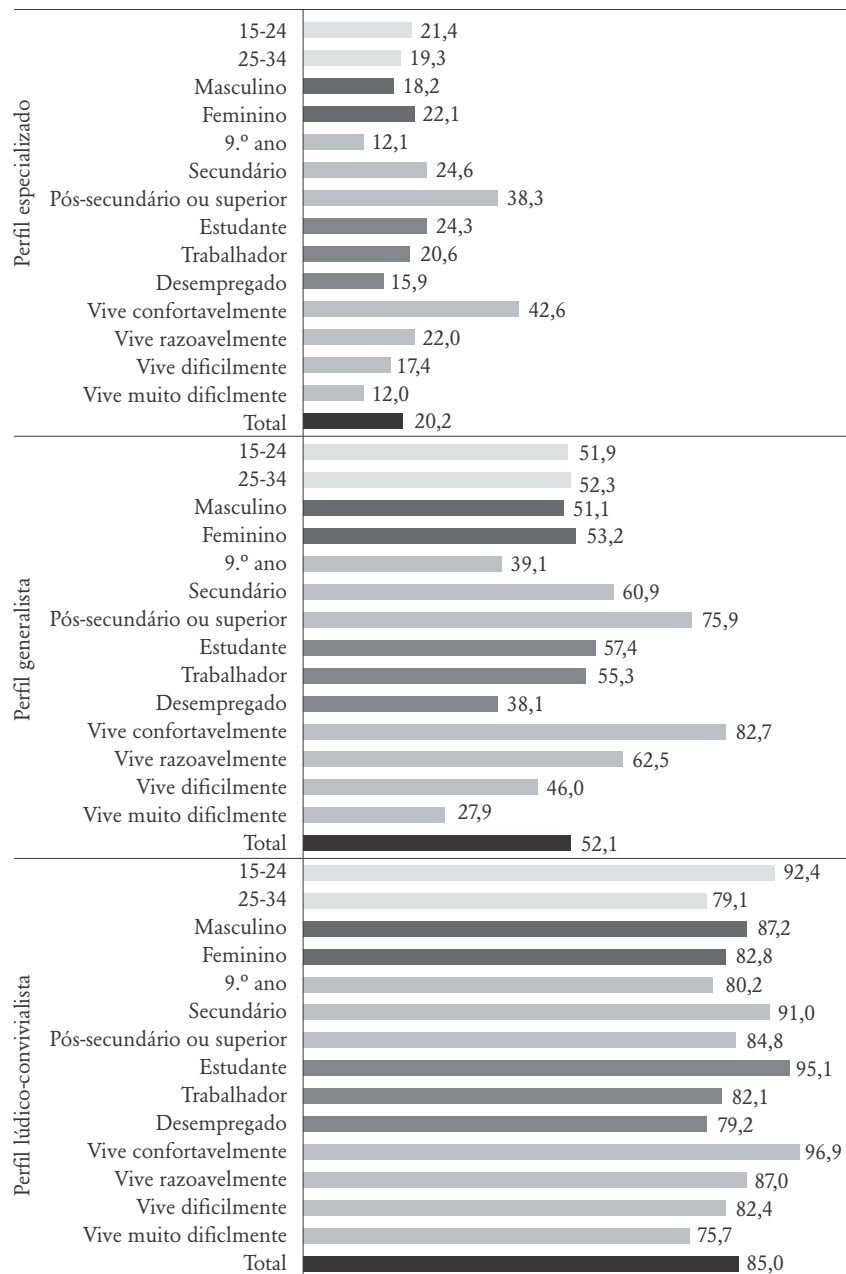
O nível de escolaridade dos jovens inquiridos revela um peso considerável nos perfis especializado e generalista, apresentando valores bastante mais elevados para os jovens com escolaridade de nível pós-secundária ou superior. O mesmo não acontece com o perfil lúdico-convivalista. Neste caso são os jovens com o nível secundário de escolaridade que se destacam (91%) face aos restantes, havendo também uma diferença muito menos acentuada entre jovens com níveis de escolaridade mais baixos e mais elevados.

Os estudantes são, de forma transversal, os que mais declaram realizar pelo menos duas das atividades dos diferentes perfis de utilização da internet. Ou seja, a condição de estudante incentiva a utilização da internet para todos os perfis. Os desempregados, por sua vez, são quem apresenta valores mais baixos para todos os perfis de utilização, sendo que é nas finalidades generalistas que evidenciam maior diferenças face aos estudantes e trabalhadores.

Por fim é de notar, mais uma vez, a relação das práticas de utilização da internet com as condições socioeconómicas dos inquiridos. Ao considerar os inquiridos que usam a internet para mais do que uma finali-

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Figura 2.17 – População jovem (15-34) que acede à internet por perfil de utilização da internet (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Geração Milénio?

dade dos três perfis identificados, os jovens que declaram viver confortavelmente com o seu rendimento destacam-se claramente dos jovens de categorias socioeconómicas inferiores, em particular no perfil especializado e no perfil generalista. É relevante notar que o perfil generalista, que apresenta diferenças pouco significativas em termos de idade e sexo, é o perfil onde as diferenças de utilização de internet entre diferentes níveis de vida subjetivo se evidenciam mais: apenas 27,9% dos jovens que declaram viver com muitas dificuldades económicas realizam pelo menos duas destas atividades, contra 82,7% dos jovens que vivem muito confortavelmente com o seu rendimento (figura 2.17).

Ao comparar os três perfis, evidencia-se que o perfil que engloba as finalidades lúdico-convivialistas é aquele que apresenta maior diversidade no que se refere às características sociográficas dos inquiridos (idade e género), mas onde surgem menores diferenças quando são consideradas a condição perante o trabalho ou o nível socioeconómico. O mesmo não sucede com o perfil generalista, e, até certo ponto, com o perfil especializado. Nestes casos a variação de utilização da internet para esse tipo de finalidade é menor ou inexistente do ponto de vista da idade e do género, mas trata-se de perfis onde o capital escolar e económico revela ter um peso muito significativo.

Conclusão

Ao longo deste capítulo foi feita uma análise comparativa de alguns indicadores sobre as realidades dos jovens e dos adultos em termos das suas experiências e atitudes face à mobilidade internacional e das suas práticas de lazer e usos da internet. Nesta síntese pretendem-se evidenciar algumas das variáveis com mais efeito nestas temáticas e a forma como efeitos de geração, ciclo de vida e conjuntura se articulam.

A análise dos diferentes indicadores de mobilidade vem tornar evidente que, ao considerarmos a experiência dos jovens em termos comparativos, temos de falar não de mobilidade, mas de mobilidades. As experiências dos diferentes grupos etários, de facto, diferenciam-se dependendo do tipo de experiência no estrangeiro de que estamos a falar. No caso da mobilidade que está direta ou indiretamente associadas ao trabalho verifica-se que se trata de uma experiência relativamente transversal a todos os escalões etários, não sendo por isso algo que caracterize em particular a experiência dos mais jovens atualmente a viver em Portugal. Esse é o caso da frequência de ações de formação no estrangeiro, mas também, paradoxalmente, da frequência de uma escola num outro país da UE.

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

Trata-se do único indicador onde Portugal apresenta valores mais elevados do que a média europeia, resultado, muito provavelmente, do historial de migração da população portuguesa para países europeus por motivos laborais que influenciou a escolaridade dos filhos de muitos emigrantes ao longo de várias gerações. As experiências passadas de mobilidade por motivos relacionados diretamente com o trabalho também são comuns aos vários escalões etários, apesar de haver acumulação de experiência por causa da idade, que se revela nos valores mais acentuados dos indivíduos entre os 34 e os 54 anos. Entre os jovens, esta é uma experiência que foi vivenciada sobretudo pelos jovens mais escolarizados e os menos escolarizados.

Já a frequência de uma universidade noutra país da UE e as deslocações ao estrangeiro de férias revelam ter uma maior incidência entre a população jovem. A frequência de uma universidade num país estrangeiro da UE tem, por exemplo, maior incidência entre a população jovem e jovem adulta, apesar de ser uma experiência vivida por uma pequeníssima percentagem da população jovem portuguesa (2,5% dos jovens adultos e 1,9% dos jovens). Entre os jovens com nível de escolaridade superior, o valor é de 12,9%, o que, apesar de tudo, indica que se trata de uma experiência que se vai alargando a parte da população com maiores qualificações escolares. Ainda assim, é de notar que Portugal apresenta valores médios mais baixos do que os países da UE e o Erasmus continua a ser uma experiência vivenciada por uma minoria (Cairns 2014). No que se refere às deslocações lúdicas ao estrangeiro, ou seja, viagens por motivos de férias, verifica-se que é uma prática que, não tendo sido experienciada pela maioria dos portugueses, é mais comum entre jovens adultos, e que mesmo os jovens entre 15 e 24 anos, um escalão composto maioritariamente por estudantes e jovens ainda não autonomizados economicamente, apresentam valores acima da média nacional, o que evidencia que esta constitui uma prática mais frequente entre os mais jovens.

De notar, no entanto, que apesar de estas experiências serem mais comuns entre os grupos etários mais jovens, não são vivenciadas da mesma forma por todos os jovens. A experiência de férias no estrangeiro, por exemplo, está sobredeterminada pelo capital cultural e socioeconómico dos inquiridos, e as experiências internacionais de formação superior estão vedadas àqueles com qualificações mais baixas e são também muito menos acessíveis a jovens que vivem com maiores dificuldades económicas. Mesmo as experiências laborais no estrangeiro, que, como tivemos oportunidade de ver, são igualmente reportadas pelos jovens com menores e maiores qualificações escolares, escondem formas diversificadas de

Geração Milénio?

inserção no mercado de trabalho: todos os jovens reportam experiência de trabalho de tipo sazonal, mas entre os jovens com escolaridade até ao 9.º ano destaca-se o trabalho de tipo permanente, e entre os jovens com ensino pós-secundário ou superior destacam-se os estágios (um tipo de trabalho inexistente entre aqueles com menores qualificações escolares).

Estas diferenças entre jovens são também visíveis nos indicadores mais suscetíveis de refletirem os efeitos de conjuntura criados pela crise económica, os indicadores de predisposição para a mobilidade laboral internacional e as motivações para essa mobilidade. A predisposição para a mobilidade laboral internacional, que está diretamente relacionada com os ciclos de vida dos indivíduos, e é muito mais comum entre os mais jovens, surge, no caso dos jovens, associada sobretudo à condição de estudante, ao facto de se ser trabalhador independente, mas, acima de tudo, ao capital económico e social do agregado familiar do jovem. O nível socioeconómico dos jovens reflete-se também nas motivações apontadas para uma possível experiência de trabalho no estrangeiro. Comparativamente face aos outros jovens, os jovens economicamente mais carenciados tendem a sobrevalorizar motivações associadas ao acesso ao emprego; os jovens com melhores condições económicas, a sobrevalorizar a melhoria da sua carreira profissional, a descoberta de algo de novo e um melhor sistema de saúde, enquanto os jovens em situação económica intermédia tendem a escolher, mais do que os outros jovens, razões associadas à melhoria das suas condições gerais de trabalho e de vida. É de notar, ainda, que os jovens de sexo masculino (que se destacam face às jovens em todos os indicadores de mobilidade) escolhem mais do que as jovens mulheres opções relacionadas com a melhorias das condições de trabalho e desenvolvimento de carreira, enquanto estas tendem a selecionar, mais do que eles, motivações associadas ao bem-estar e ao desenvolvimento pessoal.

Verifica-se, assim, que a mobilidade jovem só em parte se distingue daquela que tem sido a realidade das gerações anteriores, e isso surge em indicadores não associados ao trabalho (experiências formativas a nível do ensino superior e viagens de lazer) que tendem a ser sobredeterminados quer pelas qualificações escolares dos jovens, quer pelas suas condições socioeconómicas. A procura de uma experiência de trabalho no estrangeiro, por sua vez, é vivenciada de forma transversal por portugueses de vários grupos etários e reflete diferentes fenómenos (desemprego, procura de melhoria de nível de vida, melhores opções de carreira e de desenvolvimento pessoal, entre outros) que afetam e motivam de forma diferenciadas jovens de diferentes grupos sociais. O «sonho de mobili-

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

dade» por motivos profissionais surge, também ele, condicionado pelos percursos escolares e pelo nível de rendimento dos jovens.

O acesso à internet, por sua vez, apresenta diferenças geracionais muito marcadas. A sua utilização é totalmente generalizada entre os escalões mais novos tornando-se progressivamente mais rara à medida que a idade avança, devido à menor familiaridade das gerações mais velhas com o meio virtual. No que se refere à análise dos usos da internet por parte dos jovens, uma análise fatorial permitiu evidenciar três perfis de utilização da internet baseado em três tipos de finalidades: especializadas, generalistas e lúdico-convivialistas. O perfil que engloba as finalidades lúdico-convivialistas é o mais comum entre os jovens e aquele que apresenta maior diversidade no que se refere às características sociográficas dos inquiridos (género, mas sobretudo idade), mas onde surgem menores diferenças quando são consideradas a escolaridade, a condição perante o trabalho ou o nível socioeconómico do jovem. O perfil generalista e o perfil especializado, que têm valores médios de utilização muito mais baixos, apresentam, por sua vez, poucas variações do ponto de vista da idade e género, mas são perfis onde o nível de escolaridade e as condições socioeconómicas revelam ter um peso muito significativo.

A análise individual das finalidades da internet confirma, de forma geral, a análise agregada, mas permite também pôr em evidência a forma como estas se articulam, ou não, com algumas das práticas de lazer de carácter mais tradicional. Tivemos oportunidade de ver, por exemplo, que as mulheres jovens se destacam face aos homens nas atividades de leitura *off* e *on-line*: não só leem mais livros, como também leem mais *blogs* e artigos de jornais *on-line*. Os homens, por sua vez, tendem a praticar mais atividades de lazer em espaços públicos (atividades físicas, desportivas e radicais, e assistência de concertos de música ao vivo e espetáculos desportivos) e a utilizar mais a internet para aceder a conteúdos lúdicos, como jogos, filmes e música.

Por outro lado, verificou-se também o peso do constrangimento económico no acesso às práticas culturais e de lazer e no acesso à internet. São os jovens que declaram viver com muitas dificuldades económicas que menos usam a internet e que menos praticam atividades culturais e de lazer, distanciando-se dos jovens com melhor nível de vida sobretudo nas práticas de lazer com maiores custos associados (concertos de música e cinema). Quando temos em conta as finalidades de uso da internet dos jovens que, apesar de viverem com muitas dificuldades económicas, acedem à *web*, verificamos, no entanto, que estes o fazem de forma específica, evidenciando-se em particular a sua utilização, face a outros jovens

Geração Milénio?

de categorias socioeconómicas superiores, de finalidades convivialistas, como o uso de redes sociais e comunicação em tempo real, e finalidades relacionadas com o acesso grátis ou pouco oneroso de conteúdos lúdicos.

Verifica-se assim que a *web* veio alterar os tempos de lazer dos mais jovens, introduzindo novas práticas e reforçando algumas tendências, mas também que a progressiva generalização do seu uso junto dos escalões etários mais jovens veio trazer mais oportunidades de acesso à informação e conteúdos lúdicos a jovens de todos os contextos socioeconómicos. Apesar das diferenças que ainda persistem entre jovens com diferentes capitais escolares e económicos, o retrato que se evidencia é de uma juventude para quem a internet tem uma importância crescente na sua vida escolar e profissional, impondo-se em particular nas suas sociabilidades e lazeres (ou seja, nas finalidades lúdico-convivialistas). Esse peso do digital leva a que as vivências dos tempos livres dos jovens atuais, e em particular dos estudantes, se distinga das experiências passadas, mas também do presente, das gerações mais velhas.

Faz-se assim um retrato, em Portugal, de uma geração que é mais conectada com o mundo, tem mais acesso a informação e conteúdos lúdicos através da internet e tem maior apetência para a mobilidade internacional por motivos relacionados com estudos superiores ou com o lazer. É também uma geração que, tal como outras gerações precedentes em Portugal, continua a procurar experiências laborais no estrangeiro, sendo que as suas motivações para o fazer são variadas, incluindo motivos relacionados com a conjuntura económica provocada pela crise e pela precarização do trabalho, mas também outros, de natureza mais cosmopolita, que visam o desenvolvimento pessoal, de carreira, e o conhecimento de novas realidades. Verifica-se, no entanto, que o nível socioeconómico e o nível de escolaridade dos jovens determinam, em grande parte, as suas capacidades e aspirações de mobilidade, mas também, e isto apesar do seu uso generalizado, a utilização que fazem da internet.

Referências

- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2009. «Global generations and the trap of methodological nationalism for a cosmopolitan turn in the sociology of youth and generation». *European Sociological Review*, 25 (1): 25-36.
- Bennett, Sue, Karl Maton, e Lisa Kervin. 2008. «The 'digital natives' debate: A critical review of the evidence». *British Journal of Educational Technology*, 39 (5): 775-786.
- Cairns, David. 2014. «Here today, gone tomorrow? Student mobility decision-making in an economic crisis context». *Journal of International Mobility*, 2: 185-198.

Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet

- Cairns, David, Valentina Cuzzocrea, Daniel Briggs, e Luísa Veloso. 2017. *The Consequences of Mobility: Reflexivity, Social Inequality and the Reproduction of Precariousness in Highly Qualified Migration*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Cardoso, Gustavo, Sandro Mendonça, Miguel Paisana, Tiago Lima, e Marta Neves. 2015. *Os Média e as Dinâmicas Geracionais na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Publicações OberCom. <https://obercom.pt/os-media-e-as-dinamicas-geracionais-na-sociedade-portuguesa-2014.pdf>.
- Edmunds, June, e Bryan S. Turner. 2005. «Global generations: social change in the twentieth century». *British Journal of Sociology*, 56 (4): 559-577.
- Feixa, Carles. 2000. «Generación @ la juventud en la era digital». *Nómadas*, 13: 75-91.
- Feixa, Carles. 2014. *De la Generación@ a la #Generación: La Juventud en la Era Digital*. Barcelona: Ned ediciones.
- Feixa, Carles, e Carmem Leccardi. 2010. «O conceito de geração nas teorias sobre juventude». *Revista Sociedade e Estado*, 25 (2): 185-204.
- Ferreira, Vitor Sérgio, e Rui Gomes. 2013. «Lazerres». In *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, orgs. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais. Paço de Arcos: Impresa Publishing e Expresso, 141-151.
- Giorgi, Alberta, e Luca Raffini. 2015. «Love and Ryanair: Academic researchers' mobility». *Forum Sociológico*, 27 (2): 43-52.
- Gomes, Rui. 2003. «Sociografia dos lazeres e práticas culturais dos jovens portugueses». In *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o Corpo. Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, eds. José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral. Lisboa: Celta, 167-263.
- Ieracitano, Francesca. 2014. «New European citizens: the Erasmus generation between awareness and scepticism». *European Journal of Research on Social Studies*, 1 (1): 16-21.
- Jones, Christopher, e Binhui Shao. 2011. *The Net Generation and Digital Natives Implications for Higher Education*. York: Higher Education Academy.
- Lopes, João Teixeira. 2014. *Geração Europa? Um Estudo sobre a Jovem Emigração Qualificada para França*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Moscardo, Gienna, e Pierre Benckendorff. 2010. «Mythbusting: Generation Y and travel». In *Tourism and Generation Y*, orgs. Pierre Benckendorff, Gianna Moscardo e Donna Pendergast. Oxford: CAB International, 16-26.
- Peixoto, João. 2013. «Migrações». In *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*, orgs. José Luís Cardoso, Pedro Magalhães e José Machado Pais. Paço de Arcos: Impresa Publishing e Expresso, 154-163.
- Prensky, Marc. 2001. «Digital natives, digital immigrants. Part 1». *On the Horizon*, 9 (5): 1-6.
- Tapscott, Don. 1998. *Growing Up Digital: The Rise of the Net Generation*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- Taylor, Paul, e Scott Keeter. 2010. «Millennials: Confident. Connected. Open to change». PewResearch Center, <http://www.pewsocialtrends.org/2010/02/24/millennials-confident-connected-open-to-change/>.
- Urry, John. 2003. «Social networks, travel and talk». *The British Journal of Sociology*, 54 (2): 155-175.
- Wilson, Iain. 2011. «What should we expect of 'Erasmus generations'?» *Journal of Common Market Studies*, 49(5): 1113-1140.



Marina Costa Lobo
Edalina Rodrigues Sanches

Capítulo 3

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

Vários estudos publicados nos últimos anos têm dado conta de um panorama preocupante da relação do eleitorado português com a política (Cabral 2000; Freire *et al.* 2004; Freire e Magalhães 2002; Lobo 2013). Estes estudos analisam a forma como os portugueses se envolvem no processo democrático, tanto a nível das atitudes, nomeadamente a identificação partidária, a confiança nas instituições e o interesse pela política, bem como dos comportamentos tais como a participação eleitoral, a militância partidária, o associativismo ou a participação em manifestações e protestos. O quadro que emerge é o de uma cidadania política fraca em que os portugueses, e particularmente os jovens, se empenham pouco e se sentem pouco recompensados.

Porém os jovens portugueses estão longe de ser uma exceção. Os estudos que têm analisado a relação entre juventude e política em democracias europeias apontam, igualmente, para níveis baixos de participação política (Albacete 2014; Grasso 2014), e para atitudes mais críticas e cétricas em relação ao funcionamento do sistema político por parte das camadas mais jovens (Inglehart 1977, 1990; Inglehart e Catterberg 2002).

Neste capítulo analisam-se as atitudes e os comportamentos políticos dos jovens em perspetiva comparada com relação ao resto da população portuguesa. Em concreto iremos abordar as perceções relativamente à democracia, os padrões de mobilização cognitiva e de identificação partidária e os níveis de participação cívica e política. O objetivo principal é o de perceber em que medida existem diferenças significativas entre os jovens e o resto da população, num conjunto de atitudes e de comportamentos políticos.

A primeira questão que se coloca, quando se investigam as atitudes e os comportamentos dos jovens num dado momento, é a de saber em

Geração Milénio?

que medida estes são fruto de efeitos de «ciclo de vida» ou antes de efeitos «geracionais». A hipótese de «ciclo de vida» propõe que os jovens à medida que completam a sua transição para a sua vida adulta deixam de se diferenciar significativamente do resto da população (Albacete 2014; Nie, Verba e Kim 1974). Isto é, assume-se que as atitudes e os comportamentos dos jovens derivam da sua condição enquanto jovens – ou seja, de uma maior precariedade de emprego, de rendimento, de situação habitacional, de conjugalidade – que com o tempo e a progressiva integração social se irão esbatendo, e levando à adoção de outro tipo de atitudes e comportamentos políticos.

Em alternativa, podemos estar perante atitudes e comportamentos «geracionais», isto é, que marcam uma determinada coorte, e que a acompanharão para o resto da vida. Dentro deste argumento podemos considerar duas hipóteses principais. A primeira hipótese sugere um efeito resultante da socialização dos indivíduos em diferentes períodos histórico-políticos. Num estudo de referência neste âmbito, Grasso (2014) demonstrou que a geração de europeus que atingiu a maioridade quando as clivagens sociais eram fundamentais para explicar o comportamento político, e os partidos de massas estruturavam o processo político, tinham níveis mais elevados de filiação partidária para o resto da vida. Por contraste, a geração que atingiu a maioridade nos anos 1960 e 1970, no auge da participação política não-convencional, era mais participativa a este nível, inclusive mais do que os jovens de hoje, socializados em contextos mais despolitizados. De facto, a geração dos anos 1990 e 2000 foi socializada num quadro de menor polarização ideológica no contexto do fim da Guerra Fria, e em que se assistiu a uma convergência dos principais partidos do sistema. Essa menor polarização terá levado a que esta geração se revelasse menos participativa do que as anteriores. No caso português várias contribuições sugerem que o 25 de Abril poderá ter sido uma conjuntura crítica de formação de uma geração mais participativa e interventiva politicamente (Fernandes 2014; 2015; Fishman 2005, 2010), mas esta hipótese ainda não foi testada empiricamente.

A segunda hipótese aponta para um efeito resultante do processo de modernização social e que levaria as gerações mais novas, com valores e orientações pós-materialistas, a rejeitar formas hierárquicas e burocráticas de envolvimento político – tal como a participação eleitoral, a filiação partidária ou atividades de campanha, em favor de uma participação política mais informal e horizontal – tal como participar em protestos, ou assinar petições (Inglehart 1977, 1990; Inglehart e Catterberg 2002).

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

Em Portugal, várias pesquisas têm permitido compreender melhor a relação entre juventude e política (Cruz *et al.* 1984; Cruz 1985, 1990; Cabral e Pais 1998; Menezes *et al.* 2005; Pais 2005; Ferreira e Silva 2005; Magalhães e Moral 2008). Destacamos primeiramente alguns resultados de estudos efetuados com base em inquéritos à população jovem. Nos anos 1980, Cruz (1985) verificou que apesar de os jovens terem muitas pertenças associativas revelavam baixo interesse e conhecimento da política. Observou ainda que a generalidade dos comportamentos políticos dos jovens dependiam dos seus capitais escolares e políticos, já que por exemplo níveis mais elevados de participação eleitoral estavam associados «ao maior grau de ativismo, à maior informação, ao mais elevado interesse pela política» (Cruz 1985, 1083).

Alguns anos mais tarde, Cabral (1998) voltou a corroborar a premissa de que as atitudes e os comportamentos políticos dos jovens variam de acordo com os seus recursos e capitais – ainda que olhando para indicadores diferentes. Em particular, demonstrou que os níveis de envolvimento político¹ eram mais elevados entre os jovens com mais capital escolar. Para além disso o autor chama a atenção para uma continuidade entre o universo de atitudes e comportamentos dos jovens e os da população portuguesa. Ferreira e Silva (2005), por sua vez, demonstraram que os jovens são sobretudo atraídos por atividades de natureza cívica e social, como o associativismo e o voluntariado. Entre os jovens parece ainda prevalecer uma preferência por formas de participação individualizadas (*e. g.*, dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, assinar uma petição/abaixo-assinado) em detrimento das coletivas e organizadas pelos canais políticos da sociedade civil. Estes três estudos fornecem um retrato importante acerca da relação entre os jovens e a política, mas não permitem perceber se estes se distinguem significativamente das outras faixas etárias. O estudo de Magalhães e Moral (2008) permite tal comparabilidade na medida em que a amostra de inquiridos do seu estudo «Os jovens e a política» incluiu também a população adulta e idosa.

Nesse estudo foi encontrado um padrão de curvilinearidade entre idade e vários indicadores de atitudes e comportamentos políticos, sugerindo um efeito de «ciclo de vida». Em concreto, jovens e mais idosos apresentavam padrões semelhantes no que diz respeito ao seu baixo envolvimento na política ainda que por razões distintas: os jovens por ainda estarem num processo de mobilidade e de instabilidade profissional e os

¹ No estudo de Cabral (1998), envolvimento político é um índice que considera discussão política, voto na última eleição e razões para o voto.

Geração Milénio?

idosos por razões de ordem física e de dependência. A ser assim, não estaríamos perante jovens estruturalmente diferentes do resto da população, mas apenas numa etapa de vida distinta, a que aliás os estudos acima parecem aludir. Neste capítulo estaremos, pois, atentos à existência de curvilinearidade na relação entre atitudes e comportamentos políticos e idade.

Vários anos volvidos sobre estes estudos importa visitar estas atitudes dos jovens para verificar de que forma evoluíram e se porventura terão sofrido alguma deterioração tal como ocorreu com a população em geral nestes últimos anos. Neste capítulo, faremos comparações sistemáticas entre os nossos dados e os dados do estudo de Magalhães e Moral (2008). Isto é possível porque o inquérito «Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada» replica uma bateria de questões sobre atitudes e comportamentos políticos também contidas naquele estudo. No entanto, gostaríamos de salientar que os dois estudos não são de painel, isto é, as amostras são independentes, o que limita a comparabilidade dos dados.

Este capítulo está estruturado em três secções. Começamos por analisar as atitudes em relação à democracia; na segunda parte abordamos a mobilização cognitiva e a identificação partidária (exposição aos *media*, interesse pela política e simpatia pelos partidos). Na terceira parte analisamos os níveis de participação política e cívica (associativismo, voto e tipos de participação política) do ponto de vista descritivo e multivariado. Considerando a importância da participação para a estabilidade dos regimes democráticos optamos por investigar com mais detalhe os determinantes de diferentes tipos de participação política (convencional *vs.* não-convencional) testando duas hipóteses sobre efeitos de coorte. A primeira postula que a coorte de jovens socializada no período revolucionário do 25 de Abril será hoje a mais participativa por meios convencionais. O argumento por detrás desta hipótese é que as atitudes forjadas durante esta conjuntura revolucionária originam um potencial participativo que perdura, tornando-se, com o passar do tempo, mais convencional. A segunda propõe que a coorte de jovens que vivenciou a recente crise económica exibirá níveis mais elevados de participação política não-convencional, fruto dos efeitos negativos desta conjuntura e de uma crescente despolitização dos jovens.

As atitudes em relação à democracia

Nos estudos de opinião pública realizados mais recentemente, tem-se demonstrado que os portugueses avaliam o desempenho real do regime

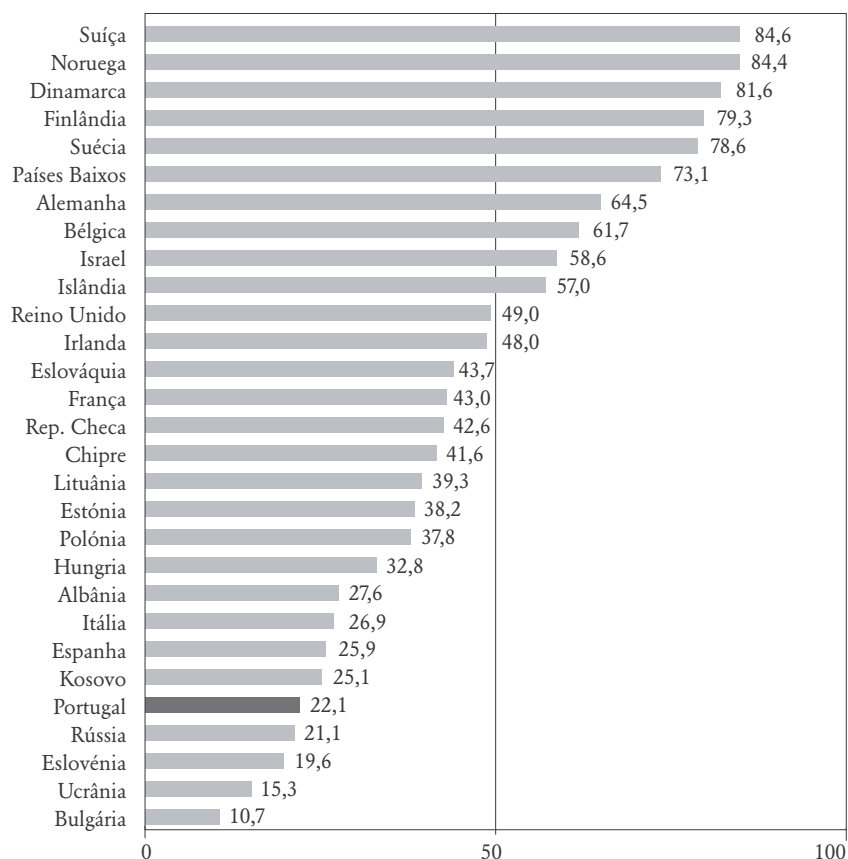
Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

democrático no país de forma bastante negativa: a maioria dos inquiridos sente-se pouco ou nada satisfeita com a maneira como funciona a democracia em Portugal hoje em dia. Além disso, quase metade da população adulta está convencida de que atualmente a democracia em Portugal funciona pior ou muito pior do que há cinco anos. Em 2014, 73% dos portugueses declaravam-se pouco ou nada satisfeitos com a forma como funciona a democracia portuguesa. Desde 2011, as perceções evoluíram de forma bastante negativa, visto que nesse ano eram 65% os portugueses que se consideravam insatisfeitos com a democracia (Lobo 2013, 3). Nesse âmbito, é de realçar que esta relação entre eleitores e eleitos, marcada por afastamento, alheamento e insatisfação, não foi naturalmente beneficiada pela crise económica. Sendo certo que os fatores explicativos para o afastamento entre cidadãos e política são múltiplos, em parte também têm origem na (in)capacidade do Estado português em produzir resultados nas políticas públicas que melhorem a qualidade de vida em Portugal.

A figura 3.1. mostra que esta insatisfação com a democracia não é uma atitude generalizada na Europa. Portugal está entre os países europeus onde a satisfação é mais baixa, juntamente com países da Europa Central e do Leste, e da Europa do Sul (Espanha e Itália).

O quadro 3.1 permite observar a evolução da satisfação com a democracia entre 2007 e 2015. Dele se depreende que apenas 17,3% dos jovens entre os 15 e os 24 anos em 2015 consideram que a democracia funciona bem em Portugal, o que mesmo assim constitui uma percentagem ligeiramente acima da média do país (16.6%). Do mesmo modo, demonstrando-se menos insatisfeita do que os adultos, a faixa etária entre 15 e 24 anos (41%) também é aquela que menos considera que a democracia funciona mal. Comparando com 2007, as grandes tendências mantêm-se, isto é, também nesse ano os jovens efetuavam avaliações mais positivas em relação à democracia do que o total da população. No entanto, apesar de as tendências serem semelhantes, os valores das percentagens entre 2007 e 2015 confirmam uma quebra considerável na satisfação com a democracia em Portugal nos últimos sete anos. Enquanto em 2007 cerca de um terço dos jovens (entre 15 e 34 anos) considerava que a democracia funcionava bem, esta percentagem desce para cerca de metade em 2015. Note-se ainda que em 2015 é considerável a percentagem de jovens que não sabem ou que não querem responder a esta questão (20%).

A figura 3.2 desagrega os jovens dos 15 aos 34 anos que avaliam positivamente a democracia por perfil sociodemográfico. Verificamos que são os jovens com escolaridade secundária os que referem viver confor-

*Geração Milénio?***Figura 3.1 – Grau de satisfação com a democracia em países europeus, 2012.
População total que se declara satisfeita (6-10) (%)**

Fonte: European Social Survey 2012, dados acedidos em abril de 2015.

Pergunta: «Qual é o seu grau de satisfação, numa escala de 0 a 10, com o funcionamento da democracia no seu país?» (0 = extremamente insatisfeito e 10 = extremamente satisfeito).

tavelmente ou razoavelmente com o seu rendimento, e os trabalhadores por conta de outrem que exibem níveis mais elevados de satisfação com a democracia. Pelo contrário, aqueles que vivem com mais dificuldades, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares não remunerados encontram-se bastante abaixo da média observada para os jovens entre os 15 e os 34 anos.

De um modo geral, são aqueles com mais recursos tanto educacionais como de rendimento que têm uma visão mais positiva do funcionamento da democracia.

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

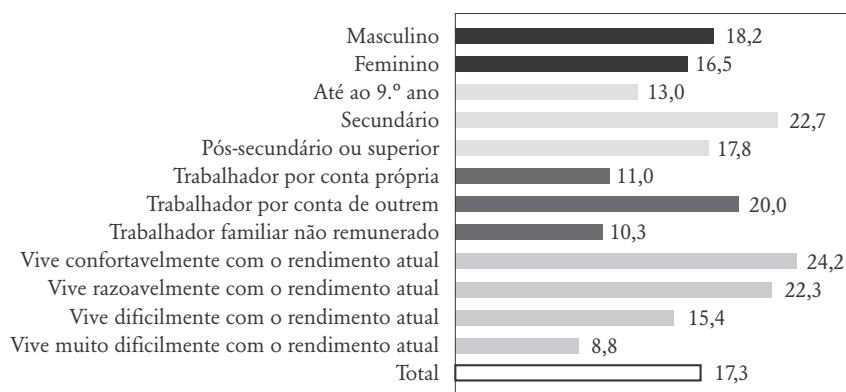
Quadro 3.1 – Satisfação com a democracia da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
2015							
Mal (0-4)	41,0	52,5	51,0	55,1	60,8	45,4	50,8
Nem bem nem mal (5)	21,1	22,7	25,4	24,2	18,8	22,2	22,5
Bem (6-10)	17,3	17,3	18,5	14,9	14,6	16,9	16,6
NS/NR	20,5	7,5	5,1	5,9	5,9	15,6	10,0
2007							
Mal (0-4)	32,0	39,9	42,5	46,3	43,6	44,2	41,7
Nem bem nem mal (5)	30,9	23,4	28,3	30,1	27,7	29,4	28,2
Bem (6-10)	33,8	35,9	28,0	20,1	25,8	19,8	27,0
NS/NR	3,3	0,9	1,2	3,6	3,0	6,5	3,2

Fonte: Estudo «Lazer, Emprego, Mobilidade e Política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Pergunta: «Em geral, numa escala de 0 a 10, em que o significa 'muito mal' e 10 'muito bem', como acha que funciona atualmente a democracia em Portugal?»

Figura 3.2 – População jovem (15-34) que avalia positivamente (6-10) o funcionamento da democracia, 2015 (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

A mobilização cognitiva e a identificação partidária

De seguida iremos abordar três temas centrais para a compreensão global das atitudes em relação à política: a exposição aos *media*, o interesse pela política e a identificação partidária dos jovens. Estas são variáveis-chave de ligação do indivíduo ao sistema político, tanto no que diz res-

Geração Milénio?

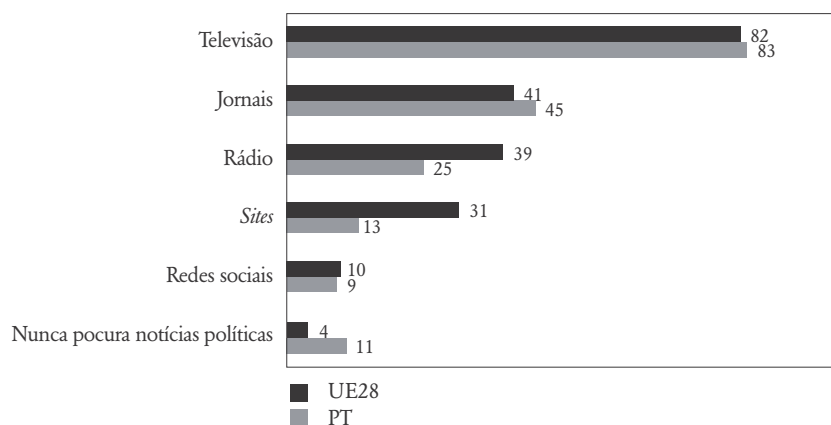
peito a atitudes mais estruturadas e informadas, como a comportamentos mais participativos.

Exposição aos *media*

O quadro 3.2 apresenta as percentagens daqueles que procuram informação ou notícias sobre política uma vez por semana ou mais nos órgãos de comunicação social. Importa distinguir os *media* tradicionais da internet, neste domínio. Verificamos que os jovens dos 15 aos 24 anos são aqueles que menos procuram notícias sobre política, seja em que meio de comunicação tradicional for (jornais, televisão ou rádio). Considerando estes meios, verifica-se uma hierarquia de importância, onde a televisão emerge muito destacadamente como a fonte de notícias consumida com mais regularidade em todas as faixas etárias. Este é, aliás, um padrão que tem vindo a observar-se ao longo dos anos nos inquéritos Eurobarómetro (ver a figura 3.3). Mesmo no que diz respeito à internet, os jovens entre 15 e 24 anos não se destacam particularmente dos adultos até aos 54 anos, ficando apenas acima dos que têm 55 anos ou mais na procura de informação política na internet. Já no que diz respeito aos jovens adultos, isto é, os que têm entre 25 e 34 anos, verificamos que têm um perfil substancialmente diferente da faixa etária que lhes antecede, consumindo quase o dobro de notícias sobre política nos jornais pelo menos uma vez por semana, e estando acima da população portuguesa nas restantes dimensões de exposição aos *media*. Este padrão de diferença entre jovens (entre 15 e 24 anos) e jovens adultos (entre 25 e 34 anos) no que diz respeito ao consumo de notícias políticas nos *media* também o encontramos nos dados de 2007, embora de forma menos vincada.

Assim, já em 2007 os jovens entre 15 e 24 anos se destacavam por consumirem substancialmente menos notícias sobre política nos jornais (34,1%), na televisão (81,9%) e na rádio (37,5%) do que as respetivas médias nacionais. Há, pois, um processo de socialização em que as faixas etárias seguintes adotam padrões mais elevados de exposição aos *media*, até chegarmos ao escalão etário mais alto (com 65 e mais anos), onde os valores voltam a descer. Estamos assim, no que diz respeito aos *media* tradicionais, perante uma relação curvilínea entre exposição aos *media* e idade.

A par destas tendências, que são comuns aos dois anos analisados, existe uma grande diferença entre 2007 e 2015 – os valores percentuais de procura de notícias em todos os meios de comunicação diminuem substancialmente. Entre os mais jovens (entre 15 e 24 anos), a diminuição de exposição aos *media* em pontos percentuais é da seguinte ordem de

*Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015***Figura 3.3 – Principais fontes de informação (notícias sobre assuntos políticos). Pergunta de resposta múltipla (%)**

Fonte: Eurobarómetro 82.3, 2015.

Quadro 3.2 – Frequência de exposição a informação e notícias sobre política da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população que indica praticar a atividade pelo menos uma vez por semana, por faixa etária (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
2015							
Lê notícias sobre política num jornal	21,9	41,2	40,8	45,6	41,1	26,1	36,0
Vê notícias sobre política na televisão	61,8	74,4	73,5	82,9	79,2	77,3	75,4
Ouve notícias sobre política na rádio	14,2	22,6	21,4	26,3	23,1	17,1	20,8
Utiliza a internet para obter informação política	11,7	13,6	11,9	12,8	5,6	3,7	9,5
2007							
Lê a secção de política num jornal	34,1	48,7	50,1	55,3	51,5	46,4	47,9
Vê notícias sobre política na televisão	81,9	86,3	88,8	89,9	90,6	85,2	87,1
Ouve notícias sobre política na rádio	37,5	53,8	52,8	54,0	48,3	39,3	47,7
Utiliza a internet para obter informação política	22,3	22,9	18,9	19,4	17,1	2,8	16,6

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Geração Milénio?

grandeza: 12 (jornais), 20 (televisão), 23 (rádio) e 11 (internet). Na faixa etária dos jovens adultos (entre 25 e 34 anos) observamos uma diminuição em toda a linha também, embora em menor escala do que se verifica no escalão etário mais baixo, a saber: menos 8 (jornais), 12 (televisão), 31 (rádio), e 9 pontos percentuais (internet) entre 2007 e 2015. Este é, de resto, um padrão semelhante àquele que se verifica nas restantes faixas etárias. Esta diminuição no acesso à internet para procurar informação sobre política contrasta, de certa forma, com outras duas questões onde 86,9% dos jovens e 74,4% dos jovens adultos afirmam aceder à internet *todos os dias* e onde, para as mesmas faixas etárias, respetivamente 32,3% e 35,9%, indicam que utilizam a internet para ler artigos de jornais. Presumivelmente serão artigos sobre assuntos que não dizem respeito à política. Portanto, à medida que a utilização da internet se está a generalizar, denota-se um decréscimo da utilização da mesma para a informação sobre política.

O interesse pela política

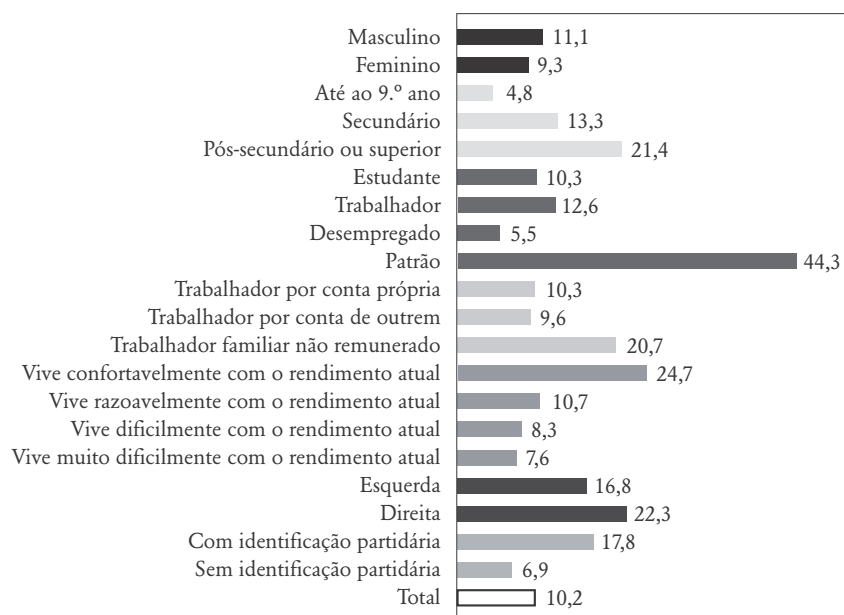
Uma visão geral dos dados sobre interesse pela política também sugere um padrão curvilíneo na população portuguesa (ver o quadro 3.3). Por outras palavras, as duas faixas etárias onde notamos menos interesse pela política é a dos mais jovens (entre 15 e 24 anos) e a dos mais idosos (com 65 e mais anos), onde 57,3% e 53,1%, respetivamente, afirmam não ter nenhum interesse pela política. Em sentido inverso, é entre os mais jovens e os mais idosos que encontramos a percentagem mais baixa daqueles que afirmam ter muito ou bastante interesse pela política (8% e 9,7% respetivamente).

Encontramos essa mesma relação de curvilinearidade em 2007. A principal diferença que ocorre entre os dois inquéritos é a percentagem média de interesse pela política em todos os escalões etários. Considerando a população em geral, temos um declínio de 18,4 pontos percentuais entre 2007 e 2015. Em relação à faixa etária dos jovens (entre 15 e 24 anos), a quebra no interesse pela política é ligeiramente inferior, registando um decréscimo de 15,8 pontos percentuais. O declínio correspondente para os jovens adultos (entre 25 e 34 anos) atinge os 19,8 pontos percentuais. São diferenças significativas, e que estão de acordo com a tendência geral que temos vindo a detetar ao longo deste capítulo no que toca ao acentuar de perceções mais negativas sobre a política quer entre os jovens, quer na população em geral. Note-se, porém, que a quebra de interesse entre 2007 e 2015 é mais baixa entre os jovens.

*Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015***Quadro 3.3 – Interesse pela política da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
2015							
Muito	1,2	2,1	3,2	3,2	0,5	0,9	1,9
Bastante	6,8	9,8	13,1	10,6	10,2	8,8	10,0
Pouco	33,8	42,2	36,1	44,0	45,5	34,8	39,2
Nada	57,3	44,8	46,9	42,1	42,4	53,1	47,8
NS/NR	1,0	1,0	0,8	0,0	1,5	2,3	1,2
2007							
Muito	6,3	7,4	7,7	10,7	13,7	7,8	8,8
Bastante	17,5	23,9	19,5	26,6	24,3	18,1	21,5
Pouco	51,5	46,4	43,7	34,4	24,7	28,9	38,1
Nada	23,5	21,9	28,0	27,6	35,7	43,5	30,5
NS/NR	1,1	0,3	1,2	0,6	1,5	1,8	1,1

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Figura 3.4 – População jovem (15-34) que declara que a política lhe interessa «muito» ou «bastante», 2015 (%)

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Geração Milénio?

A figura 3.4 apresenta o perfil sociodemográfico dos jovens que afirmam interessar-se «muito» ou «bastante» pela política. São os mais escolarizados, os patrões, os trabalhadores familiares não-remunerados, os que referem viver confortavelmente com o rendimento atual, os cidadãos com identificação partidária e posicionamento ideológico de direita que mais se interessam por política. Pelo contrário, os menos escolarizados, os desempregados e os que não têm identificação partidária demonstram menos interesse por política. Vemos, pois, que o interesse pela política está correlacionado com fatores socioeconómicos, mas também políticos, a saber, a identificação partidária e o posicionamento na escala esquerda-direita.

O interesse pela política está positiva e significativamente correlacionado com as seguintes variáveis: ser homem; ter um elevado nível de escolaridade; ter identificação partidária e ter completado a transição para a vida adulta.² Sobre esta última variável, observa-se que à medida que os jovens completam etapas no processo de transição para a vida adulta o seu interesse pela política aumenta.

A identificação partidária

O último indicador que iremos abordar nesta secção é, talvez, um dos mais importantes fatores explicativos das atitudes e dos comportamentos políticos dos cidadãos, a saber, a identificação partidária (ver o quadro 3.4). Tal como referimos anteriormente, a simpatia por um partido leva a um maior interesse pela política. Analisando em primeiro lugar os dados do inquérito de 2015, verificamos que a faixa etária mais jovem (entre 15 e 24 anos) exhibe um padrão muito diferente das restantes. Assim, apenas 21,9% dos jovens afirmam ter simpatia por um partido, enquanto entre os jovens adultos (entre 25-34 anos) essa percentagem é de praticamente o dobro (39,3%). Neste caso, os jovens adultos assemelham-se bastante mais às restantes faixas etárias, embora ainda assim exibam uma percentagem inferior de identificação partidária. Além disso, não se observa um padrão curvilíneo, isto é: os idosos (com 65 e mais anos) apresentam uma identificação partidária mais elevada do que a encontrada na faixa etária entre 35 e 44 anos e idêntica à faixa etária 45-54 anos.

² Esta variável é um índice aditivo que considera: escalões de rendimento (1 = elevado; 0 = baixo), estado civil (1 = casado[a]/em união de facto/divorciado[a]/viúvo[a]; 0 = solteiro[a]), ter filhos (1 = sim; 0 = não), e ter trabalho (1 = sim; 0 = não). Correlação de Pearson.

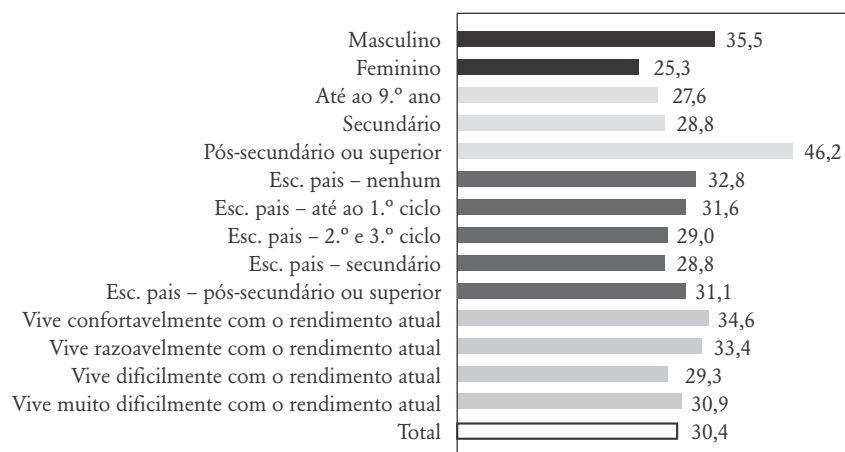
Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

Quadro 3.4 – Identificação partidária: partido com o qual simpatiza ou do qual se sente mais próximo, e indivíduos sem identificação partidária. Total da população, por faixa etária, 2007 e 2015 (%)

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
2015							
Com identificação partidária	21,9	39,3	44	48,5	57,4	48,5	44,2
Sem identificação partidária	78,1	60,7	56,0	51,5	42,6	51,5	55,8
2007							
Com identificação partidária	47,2	60,6	66,5	68,8	81	68,3	65,5
Sem identificação partidária	52,8	39,4	33,5	31,2	19,0	31,7	34,5

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Figura 3.5 – Perfil sociodemográfico da população jovem (15-34) que declara ter identificação partidária, 2015 (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Já no que diz respeito à evolução longitudinal da simpatia partidária, constatamos o seguinte padrão: entre 2007 e 2015 regista-se uma quebra significativa na identificação partidária que é transversal à sociedade portuguesa, o que corrobora outros estudos (Lobo 2013). De facto, enquanto em 2007 a maioria da população portuguesa simpatizava com um partido, em 2015 essa percentagem não ultrapassa os 44%, representando uma quebra de 21,3 pontos percentuais. A faixa etária dos jovens (entre 15 e 24 anos) é aquela onde a quebra foi maior, fixando-se nos 25,3 pontos percentuais.

Geração Milénio?

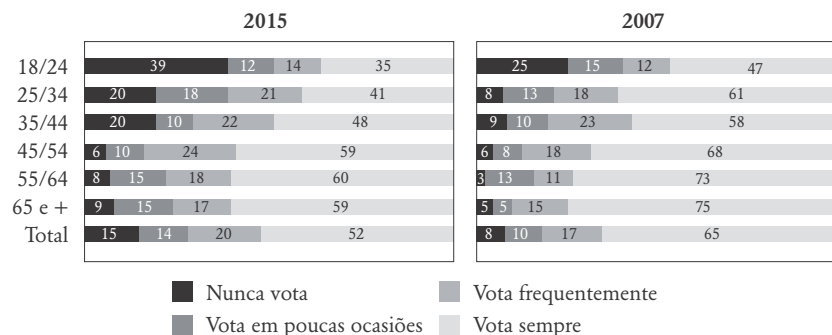
Considerando o perfil sociodemográfico da população jovem, verificamos o seguinte: os homens, os mais escolarizados, e os que auferem maiores rendimentos apresentam percentagens mais elevadas de identificação partidária. Explorámos o possível efeito da escolarização dos pais na socialização política do indivíduo, e os resultados apresentados parecem sugerir que esta variável está associada de forma curvilínea à identificação com um partido por parte dos jovens: são aqueles com pais sem nenhuma ou com pouca escolarização, e os que têm pais mais escolarizados com percentagens acima da média de identificação partidária (ver a figura 3.5).

A participação cívica e política

A participação é um dos pilares centrais dos sistemas políticos democráticos e as suas manifestações são diversas. Na esfera política podemos distinguir a participação política convencional/institucional da não-convencional/institucional. Enquanto a primeira diz respeito a um envolvimento eleitoral, institucional e formal na política, as segundas demarcam-se pelo seu pendor não-eleitoral, informal e contestatário (Barnes *et al.* 1979; Dalton 1988; Van Deth 2014). Na esfera da sociedade civil as várias formas de pertença e de participação em organizações/associações cívicas – desde o voluntariado ao sindicalismo – fortalecem a confiança social e geram capacidades associativas imprescindíveis à saúde das instituições democráticas (Putnam, Leonardi, Nanetti e Pavoncello 1983).

Nesta secção analisamos o fenómeno participativo em Portugal, começando primeiro por observar os níveis de participação política e cívica do ponto de vista descritivo, e depois realizamos uma análise multivariada da participação política em função de efeitos de coorte. Por outras palavras, examinamos em que medida o período histórico em que os jovens foram socializados influencia significativamente o seu repertório participativo.

Iniciamos esta análise com dados longitudinais sobre frequência de voto na população portuguesa (figura 3.6). Trata-se de um indicador de participação política convencional. Os gráficos indicam uma diminuição considerável da percentagem de inquiridos que referem «votar sempre» entre 2007 (65%) e 2015 (52%). Em sentido inverso, os que referem «nunca votar» passam de 8% (2007) para 15% (2015). Este padrão de declínio da frequência do voto é transversal às faixas etárias, embora mais evidente entre a população mais jovem (entre 15 e 24 anos) e a mais velha (com 65 e mais anos). Estes dados sugerem uma relação curvilínea entre

*Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015***Figura 3.6 – Frequência do voto na população portuguesa, 2007 e 2015 (%)**

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Questão: Em geral, na relação com o voto, considera-se uma pessoa que vota sempre, que vota frequentemente, que vota em poucas ocasiões ou que nunca vota?

Nota: Para estes gráficos apenas incluímos os jovens com mais de 18 anos por ser a idade que marca o início da capacidade eleitoral ativa.

idade e frequência de voto em ambos os anos. Esta relação pode ser vista à luz da hipótese do ciclo de vida segundo a qual a participação começa por ser baixa nas faixas etárias mais jovens, depois aumenta à medida que são completadas as fases de transição para a vida adulta e finalmente decresce nas idades mais avançadas, quando os custos de participação são mais elevados (Stoker e Jennings 1995; Gauthier 2007; Goerres 2007; Albacete 2014; Brady, Schlozman e Verba 2015).

Complementarmente e ainda sobre o tópico da participação eleitoral quisemos saber as opiniões dos portugueses sobre o voto e a abstenção (ver o quadro 3.5). Em 2015, os jovens, talvez por votarem menos frequentemente, são os que menos acreditam que «quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam» (47,2% exprimem esta opinião), enquanto mais de metade dos jovens adultos (50,1%) e da população em geral concorda com esta frase (52,9%). Além disso, o estigma da abstenção é razoável e semelhante em todas as faixas etárias, e a maioria dos jovens e dos adultos discorda de que «um voto a mais ou a menos não faz diferença».

Em 2015 não se denotam grandes diferenças entre faixas etárias, havendo uma norma pró-voto implícita. Apesar disso, e quando olhamos para as respostas às mesmas questões recolhidas em 2007, verificamos que esse consenso em torno do valor do voto era bastante mais alargado do que é atualmente. Assim, mais de 90% dos inquiridos entre os 15 e os 34 anos concordavam em 2007 que todos os votos são importantes,

*Geração Milénio?***Quadro 3.5 – Opiniões sobre o voto e a abstenção em Portugal, 2007 e 2015. Total da população que tende a concordar, por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
2015							
Quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam	47,2	52,8	50,1	56,2	56,9	53,2	52,9
Não votar é uma atitude tão legítima como votar	38,0	40,4	38,8	37,1	37,1	43,1	39,4
Um voto a mais ou a menos não faz diferença nenhuma	16,4	15,3	13,1	12,3	14,7	15,8	14,6
Em democracia todos os votos são importantes	68,9	75,8	76,5	82,7	78,9	70,6	75,5
2007							
Quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam	70,1	68,7	68,0	70,9	68,4	78,9	71,1
Não votar é uma atitude tão legítima como votar	40,2	40,5	43,8	39,4	37,6	34,6	39,3
Um voto a mais ou a menos não faz diferença nenhuma	16,6	15,2	15,8	17,2	19,5	21,0	17,6
Em democracia todos os votos são importantes	91,6	92,0	94,0	93,1	92,3	91,5	92,4

Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Pergunta: «Das seguintes opiniões sobre o voto gostaria que me dissesse se tende a concordar ou discordar com elas.»

tendo essa proporção descido para cerca de 70% em 2015. De igual modo, enquanto 70% dos jovens em 2007 concordavam que quem não vota também não tem direito a queixar-se de quem governa, apenas 47,2% têm a mesma opinião em 2015. Portanto, embora as tendências de opinião não se tenham alterado, elas são significativamente menos consensuais, sugerindo que o valor do voto diminuiu entre os jovens. Nesse aspeto, estão acompanhados pelo resto da população portuguesa.

De acordo com a literatura sobre participação política, a fraca mobilização dos jovens, do ponto de vista eleitoral, pode ser compensada pelo seu envolvimento em formas de ação política alternativas ao voto (quer sejam convencionais ou não) e/ou por maior participação cívica, evidente por exemplo no associativismo. Olhemos então para indicadores que traduzem a participação efetiva dos portugueses em várias arenas da vida pública. O quadro 3.6 apresenta dados sobre a participação cívica, nomeadamente a percentagem de inquiridos que afirma pertencer a organização sociais e políticas da sociedade civil. Detenhamo-nos em primeiro lugar na pertença a partidos políticos, tendo em conta que estas

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

organizações se distinguem de todas as restantes pelo facto de terem o quase monopólio da representação e socialização em torno de questões políticas.

Em 2015 os níveis de pertença a um partido político encontrados entre os jovens (entre 15 e 24 anos) e os jovens adultos (entre 25 e 34 anos) oscilam entre 1% e 2,7%. São valores objetivamente muito baixos e que decrescem relativamente a 2007. Mesmo assim, é de notar que os jovens estão abaixo da média nacional enquanto os jovens adultos ficam um pouco acima. Tal como em relação ao voto, também aqui encontramos uma relação de curvilinearidade: a pertença a partidos é menor junto da população mais jovem e mais idosa e maior nas faixas etárias intermédias.

Já no que diz respeito à participação nas restantes organizações sociais e políticas da sociedade civil, os jovens não se distinguem tanto: apenas pertencem mais do que a média nacional a grupos desportivos (10% os jovens *vs.* 5% de média nacional); e a associações juvenis e estudantis (5,1% de jovens *vs.* 1,7% de média nacional). Já os jovens adultos entre os 25 e 34 anos figuram em maior número, em comparação com a média nacional, na pertença às seguintes entidades: partidos políticos (2,7% *vs.* 2,1%), sindicatos (3,4% *vs.* 2,1%), associações ou ordens profissionais (4,3% *vs.* 2,6%), grupos desportivos (7,2% *vs.* 5,1%), grupos culturais ou de lazer (4,1% *vs.* 3,5%), e outros tipos de associações sem fins lucrativos (2,7% *vs.* 2,5%). Deste ponto de vista, detetamos diferenças importantes entre os jovens e os jovens adultos, que não eram tão evidentes em 2007.

O que é de salientar na evolução entre 2007 e 2015 é uma quebra muito significativa na taxa de pertença a organizações da sociedade civil transversal à generalidade dos escalões etários, afetando também os jovens. Em média, tanto os jovens como os jovens adultos passaram para uma taxa de participação de 3% em 2015, quando este mesmo valor atingia mais de 9% em 2007, representando por isso uma diminuição de mais de dois terços na participação cívica em Portugal. Este declínio foi mesmo assim *menor* do que aquele ocorrido, em média, nos restantes grupos etários, com exceção dos mais idosos (com 65 e mais anos).

Apesar desta quebra em termos longitudinais, há uma relação significativa entre participação cívica e idade em ambos os anos, ainda que os níveis de significância sejam baixos.³ Assim, identificamos, em primeiro

³ Calculámos um índice médio de participação cívica para ambos os anos. Fizemos depois o teste da ANOVA para a diferença de médias do índice de participação em função dos vários grupos etários. Os resultados apontam para diferenças significativas entre os grupos, mas o nível de significância é baixo ($p < 0,10$).

Geração Milénio?

**Quadro 3.6 – Participação cívica da população portuguesa, 2007 e 2015.
Total da população que responde «pertence e participa
ativamente» e «pertence mas não participa ativamente»,
por faixa etária (%)**

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	65 e +	Total
2015							
Um partido político	1,0	2,7	3,2	3,7	2,0	0,4	2,1
Um sindicato	0,2	3,4	2,8	4,2	1,6	0,5	2,1
Uma associação ou ordem profissional	1,7	4,3	2,4	4,2	1,7	1,3	2,6
Uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa	2,0	2,2	3,1	3,2	3,9	9,4	4,4
Um grupo desportivo	10,4	7,2	4,0	7,5	2,1	1,8	5,1
Um grupo cultural ou de lazer	3,4	4,1	2,4	6,1	2,5	2,6	3,5
Uma organização de apoio social ou de direitos humanos	1,9	2,4	2,0	5,1	2,1	1,8	2,5
Uma associação juvenil ou estudantil	5,1	1,6	0,8	0,9	0,0	0,0	1,2
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	1,4	2,7	2,0	4,2	1,6	2,7	2,5
2007							
Um partido político	5,2	7,4	2,7	5,9	8,3	8,5	6,4
Um sindicato	1,5	10,6	12,4	16,2	13,3	4,0	9,6
Uma associação ou ordem profissional	5,6	14,2	12,4	14,9	15,6	6,3	11,4
Uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa	18,9	11,4	14,5	17,8	16,3	27,1	17,9
Um grupo desportivo	19,3	14,0	16,5	14,0	10,6	5,0	12,9
Um grupo cultural ou de lazer	13,4	9,1	9,7	11,3	11,0	11,3	10,9
Uma organização de apoio social ou de direitos humanos	6,3	8,3	4,4	8,8	11,4	5,8	7,3
Uma associação juvenil ou estudantil	11,9	7,1	2,9	3,9	2,3	1,3	4,7
Outro tipo de associação voluntária	7,4	6,0	6,2	7,8	9,5	6,8	7,2

Fontes: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

lugar, uma tendência curvilínea entre idade e frequência de voto, pertença a partidos políticos, a sindicatos e a associações ou ordens profissionais: jovens e mais velhos participam menos nestas associações/organizações enquanto as faixas etárias intermédias participam mais. Em segundo lugar, uma relação negativa entre idade e pertença a grupos desportivos e associações juvenis ou estudantis: em que a participação nestas associações diminui à medida que a idade avança. Estas duas tendências parecem apontar para uma relação entre a fase de vida dos indivíduos e a sua propensão para se filiarem e participarem ativamente nas associações/organizações da sociedade civil. No que toca à pertença às restantes associações/organizações não sobressai um padrão contingente à idade.

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

E de que forma é que os jovens participam na política? Recorrem mais a formas de ação convencionais ou não-convencionais? O quadro 3.7 dá conta da frequência com que os portugueses se envolveram nesse tipo de iniciativas – somando todos aqueles que afirmaram tê-lo feito em qualquer momento das suas vidas. A classificação das formas de ação foi feita de acordo com a tipologia de Dalton (1988). Os resultados não indicam uma separação nítida entre as formas convencionais e não-convencionais. Encontramos as seguintes tendências: no escalão etário mais jovem, entre os 15 e os 24 anos, o tipo de atividade política mais exercido foi o de «assinar uma petição» (6,6%) seguido de «dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política» (6,2%). Ambas as percentagens ficam, no entanto, aquém dos valores médios para essas atividades em Portugal, que já foram praticados por 8,4% da população.

De facto, não existe nenhum tipo de participação – convencional ou não-convencional – em que os mais jovens estejam acima da média nacional, o que é sintomático de uma falta de envolvimento político. Considerando a faixa etária seguinte, isto é, a dos jovens adultos (entre 25 e 34 anos), esta destaca-se em relação ao resto da população nas seguintes atividades: assinar uma petição, fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio ambiente, e dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política. É, no entanto, de assinalar que tanto os mais jovens como os jovens adultos tendem a participar significativamente menos tanto em comícios partidários ou manifestações políticas, do que qualquer outra faixa etária. Finalmente, apesar de os jovens serem a faixa da população que mais frequentemente utiliza a internet, verifica-se que a política tem um lugar residual nos seus interesses de pesquisa. Com efeito, a proporção de jovens que utiliza a internet para discutir política em fóruns e *blogs* é francamente baixa (como aliás nas restantes faixas etárias).

Ao contrário do que apurámos, por exemplo em relação ao interesse pela política, exposição aos *media*, frequência do voto, e parcialmente em relação à participação cívica, não detetamos nestes dados uma relação curvilínea clara entre as formas de participação política (convencional e não-convencional) e a idade. Os mais idosos já participaram em formas políticas nas quais os jovens se envolvem pouco, a saber, manifestações políticas ou comícios partidários. Esta é uma ocasião em que não detetamos um evidente padrão de «ciclo de vida» mas, pelo contrário, podemos estar perante uma diferença geracional na forma de participar na vida política. Esta é uma hipótese que testaremos mais adiante neste capítulo.

Geração Milénio?

Quadro 3.7 – Formas de participação política convencional e não-convencional da população portuguesa, 2007 e 2015. Total da população que respondeu que a realizou durante o último ano ou que a realizou num passado mais distante, por faixa etária (%)

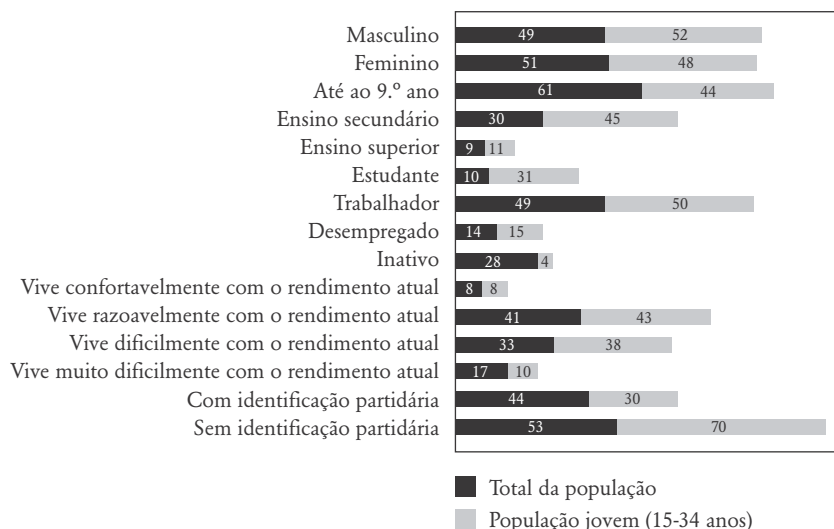
	15/24		25/34		35/44		45/54		55/64		65 e +		Total	
	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007	2015	2007
Convencionais														
Participar num comício partidário ou de um candidato	1,9	18,1	4,7	35,6	9,2	38,8	10,1	45,5	10,2	43,7	5	41,9	6,9	37,7
Contactar, ou tentar contactar, um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões	1,2	8,5	2,1	19,3	4,4	23,6	4,3	23	2,6	26,1	2,4	16,8	2,9	19,6
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política	6,2	21,6	9,3	28	10,8	29,2	10,4	31,7	6,2	32,7	7,2	28,6	8,4	28,7
Não convencionais														
Assinar uma petição	6,6	26,3	12,2	39,5	11,9	44,2	10,2	39,6	6,4	42	3,8	26,6	8,4	36,2
Fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio ambiente	3,8	23,7	6,2	33,9	4	29,7	3,1	26,9	1,6	20,9	2,2	16,1	3,4	25,2
Participar numa manifestação política	2,2	18,6	6,8	27,7	8,8	25,9	8,2	36,6	9,3	40,5	7,2	28,8	7,2	29,5
Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação (por carta, caixas de comentários <i>on-line</i> , email, etc.)	1,7	8,9	2,7	14,3	3,6	15,6	2,4	19,5	2,5	24,2	1,5	15	2,4	16,1
Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet	1,4	6,7	1,3	6	3,2	6,2	1	3,9	1	4,2	1,9	1,3	1,7	4,6

Fontes: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015 e Inquérito «jovens e a política», CESOP, 2007.

Pergunta: «Por favor, diga-me sobre cada uma das seguintes ações se a realizou durante o último ano, se a realizou num passado mais distante, se nunca a realizou mas poderia tê-lo feito, ou se nunca as realizou e nunca o faria.»

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

Figura 3.7 – Perfil sociodemográfico da população que refere ter participado na política (de forma convencional ou não) no último ano ou num passado mais distante em 2015. Total da população e população jovem (%)



Fonte: Estudo «Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada», 2015.

Já quando comparamos com os valores de 2007, verificamos uma muito substancial diminuição em todas as dimensões que é transversal a toda a sociedade portuguesa, o que não deixa de ser bastante alarmante. Tendo analisado dados recolhidos sobre participação política mais recentemente (*European Social Survey* 2012), verificamos que são na ordem daqueles que apresentamos para 2015. Não nos parece possível retirar muitas ilações dos dados que apresentamos nesta tabela, a não ser que, em linha com os restantes indicadores, também se verifica aqui um declínio na participação, e que seriam precisos mais indicadores em momentos próximos de um e de outro inquérito para aferir corretamente a quebra que ocorreu, que por razões de espaço não poderemos fazer aqui.

Consideremos agora o perfil sociodemográfico daqueles que se podem considerar os mais interventivos politicamente – nomeadamente que tenham já participado em uma ou mais atividades no último ano ou num passado distante (ver a figura 3.7). A população jovem destaca-se da população em geral em alguns indicadores: participam mais os homens do que as mulheres, os que têm ensino secundário e os que não têm identificação partidária. Entre os jovens mais participativos, uma proporção

Geração Milénio?

considerável é estudante e tem escolaridade básica. De um modo geral, quer entre os jovens quer no resto da população, os que se mobilizam mais são os cidadãos com menos recursos educacionais, que trabalham e que vivem razoavelmente com o seu rendimento atual. Significa assim que a geração mais escolarizada e mais sofisticada tende a ser menos participativa.

Fatores explicativos da participação política

Os dados apresentados na secção anterior indicam níveis excepcionalmente baixos de participação política em Portugal, mas também apontam para uma variação dos níveis participativos em função das características sociopolíticas dos inquiridos. Nesta secção investigamos este fenómeno testando a hipótese de que há um efeito de coorte na participação política.

Estudos empíricos desde os anos 1960 têm demonstrado que os níveis de participação política convencional tendem a ser mais baixos entre a população jovem e idosa, e mais altos nas faixas etárias intermédias (Milbrath 1965; Nie, Verba e Kim 1974).⁴ Na base destes resultados, contribuições recentes têm demonstrado que os estilos de participação política podem variar à medida que os cidadãos envelhecem (efeito da idade ou do ciclo de vida), consoante o seu ano de nascimento (efeitos da coorte), e ainda ao longo do tempo (efeito do período ou da geração) (Dinas e Stoker 2014; Grasso 2014). Embora a diferenciação entre estes três efeitos nem sempre seja clara, e para muitos seja essencialmente analítica, existem na literatura várias abordagens de modelização dos efeitos da idade-período-coorte (Dinas e Stoker 2014; Grasso 2014). Nesta secção testamos a hipótese de que os níveis de participação política dependem do período histórico em que os indivíduos fizeram a sua socialização política e atingiram a sua maioridade. Isso levará a que cada coorte apresente características participativas específicas.

No caso português, vários estudos sugerem que o 25 de Abril, pelo seu carácter revolucionário e por ter sido marcado por um forte cunho juvenil (Cruz 1985, 1068), poderá ter sido uma conjuntura crítica de formação de uma geração mais participativa e interventiva politicamente (Fernandes 2014, 2015; Fishman 2005, 2010). É precisamente esta hipótese que nos propomos testar.

⁴ No caso de Milbrath (1965) o estudo é concentrado no voto, enquanto Nie, Verba e Kim (1974) desenvolvem uma medida mais abrangente de participação política que para além do voto considera o envolvimento em campanhas e a nível comunitário.

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

Para esse efeito definimos cinco coortes demarcando momentos relevantes na história recente do país e recortadas, em termos etários, de forma a capturar a população jovem de cada período (ver tabela 3A em anexo). Consideramos, por conseguinte: (i) *coorte 1 – antes do 25 de Abril*, que inclui os indivíduos com mais de 25 anos à data do 25 de Abril e que viveram mais anos durante o Estado Novo; (ii) *coorte 2 – 25 de Abril*, que recorta um segmento da população que atingiu 24 anos à data do 25 de Abril e que foi socializado na fase final do Estado Novo e no período de transição; (iii) *coorte 3 – antes da CEE*, que abrange indivíduos que atingiram 25 anos em 1985 e que foram socializados antes da adesão de Portugal à CEE/UE; (iv) *coorte 4 – depois da CEE/UE*, que agrega indivíduos que atingiram 24 anos em 1995, e que viveram o período «dourado da integração europeia», caracterizado por crescimento económico, aumento dos rendimentos e uma atmosfera de modernização e mudança social (Ruivo *et al.* 2012, 35); e finalmente (v) *coorte 5 – crise económica*, que compreende indivíduos que atingiram 34 anos em 2015, e que viveram a fase mais importante da União Económica e Monetária, com introdução do euro (*ibid.*) e as consequências da crise económica 2008-2011.

Tendo em conta estas coortes definimos duas hipóteses principais:

- 1) Os níveis de participação política convencional serão mais elevados nas coortes que se seguiram ao 25 de Abril mas principalmente na «coorte 2 – 25 de Abril» que inclui os jovens socializados numa fase de maior efervescência social (H1).
- 2) Os níveis de participação política não convencional serão mais elevados na «coorte 5 – crise económica» que inclui os jovens que viveram as consequências da crise e da implementação de medidas de austeridade (H2).

Para testar estas hipóteses criámos dois índices a partir da bateria de questões sobre participação política apresentadas no quadro 3.8. Os índices variam entre 1 (baixa participação) e 4 (elevada participação). Apesar de a participação ser baixa existem diferenças ligeiras entre as coortes e elas são estatisticamente significativas. Em termos de participação política convencional as coortes que exibem níveis mais elevados são: «coorte 2 – 25 de Abril», «coorte 3 – antes da CEE/EU» e a «coorte 4 – depois da CEE/EU». No que diz respeito à participação política não-convencional as coortes mais ativas são as compostas por jovens que viveram o período posterior à integração na CEE/UE e a crise económica de 2008-2011.

Estes dados parecem confirmar as nossas expectativas mas apenas parcialmente, na medida em que as gerações socializadas no 25 de Abril e que viveram a fase mais recente da integração europeia e a crise não se

*Geração Milénio?***Quadro 3.8 – Média dos índices de participação política por coorte**

		Participação convencional	Participação não-convencional
Coorte 1 – antes do 25 de Abril	Média	1,2	1,2
	Desvio Padrão	0,4	0,4
Coorte 2 – 25 de Abril	Média	1,3	1,3
	Desvio Padrão	0,5	0,4
Coorte 3 – antes da CEE/UE	Média	1,4	1,4
	Desvio Padrão	0,5	0,4
Coorte 4 – depois da CEE/UE	Média	1,4	1,4
	Desvio Padrão	0,5	0,5
Coorte 5 – crise económica	Média	1,3	1,4
	Desvio Padrão	0,5	0,5
Total	Média	1,3	1,3
	Desvio Padrão	0,5	0,5

Notas: 1. O teste da ANOVA indica que as diferenças de médias são estatisticamente significativas (sig. = 0,000). 2. Os alfas de Cronbach são os seguintes: índice de participação política convencional = 0,7 índice de participação política não-convencional = 0,8.

distinguem fortemente das outras gerações. Para melhor validarmos as nossas hipóteses realizamos então análises de regressão para cada tipo de participação, considerando ainda diferentes categorias de referência. Os modelos incluem ainda controlos que habitualmente concorrem para explicar a participação política, nomeadamente: género (0 = feminino; 1 = masculino); escolaridade (1 = sem grau; 4 = ensino superior); rendimento (1 = vive razoavelmente com o rendimento atual; 4 = vive muito dificilmente com o rendimento atual); identificação partidária (0 = não; 1 = sim); exposição aos *media* (índice composto da frequência de exposição a notícias na internet, jornais, televisão e rádio: 1 = todos os dias e 5 = nunca) e interesse pela política (1 = muito; 4 = nada)

No quadro 3.9 apresentamos os resultados relativos à participação política convencional. Ambos os modelos apontam para diferenças significativas entre as coortes, mesmo na presença de controlos importantes. No modelo 1 verificamos que a «coorte 2 – 25 de Abril» participa significativamente mais do que a «coorte 1 – antes do 25 de Abril», mas significativamente menos do que as coortes que viveram o período imediatamente anterior e posterior à integração na Europa. No que toca aos controlos, os homens participam mais, assim como os mais escolarizados, os que referem viver melhor com os seus rendimentos e os mais sofisticados politicamente (ou seja, com maior exposição aos *media* e interesse pela política). Em contrapartida, os que têm identificação partidária par-

*Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015***Quadro 3.9 – Determinantes da participação política convencional**

	Modelo 1 (categoria de referência = coorte 1 – 25 de Abril)		Modelo 2 (categoria de referência = coorte 5 – crise económica)	
	Coef.	EPR	Coef.	EPR
Masculino	0,03	-0,02	0,03	-0,02
Escolaridade	0,04	-0,04	0,04	-0,04
Rendimento	0,03	-0,02	0,03	-0,02
Trabalhador	0,01	-0,03	0,01	-0,03
Identificação partidária	-0,12	(0,03) *	-0,12	(0,03) *
Exposição aos <i>media</i>	-0,04	(0,02) †	-0,04	(0,02) †
Interesse pela política	-0,14	(0,0) ***	-0,14	(0,02) ***
Coorte 1 – antes do 25 de Abril	-0,07	(0,01) **	-0,06	-0,03
Coorte 2 – 25 de Abril	-	-	0,01	-0,03
Coorte 3 – antes da CEE/UE	0,04	(0,01) *	0,05	(0,02) †
Coorte 4 – depois da CEE/UE	0,05	(0,02) *	0,06	(0,01) *
Coorte 5 – crise económica	-0,01	-0,03	-	-
(Constante)	1,93	(0,13) ***	1,92	(0,16) ***
R ²		0,15		0,15
N		1494		1494

Notas: Regressão linear com erros padrão robustos (EPR) ajustados ao nível das coortes. Coef. = Coeficientes de regressão. Níveis de significância: †p < 0,10; *p < 0,05; **p < 0,01; ***p < 0,001.

participam menos, eventualmente por serem já serem mobilizados pelos partidos a que pertencem. No modelo 2 verificamos que a coorte que foi socializada politicamente no período da crise apenas se distingue das duas coortes que a precedem e que tendem a participar mais ativamente na política. Os controlos mantêm-se significativos. A H1 é assim parcialmente confirmada pois: a «coorte 2 – 25 de Abril» participa mais de modo convencional do que a «coorte 1 – antes do 25 de Abril», ao passo que a «coorte 5 – crise económica» é a que menos utiliza meios convencionais para participar na política. É pois possível que esta geração prefira meios não-convencionais para intervir na política. Os modelos 3 e 4 apresentados no quadro 3.10 permitem-nos verificar se é assim ou não.

Os resultados vão no sentido dos observados anteriormente. Os indivíduos incluídos na «coorte 2 – 25 de Abril» apenas se mobilizam mais do que os incluídos na «coorte 1 – antes do 25 de Abril», e não se distinguem significativamente dos que atingiram a maioria no período da crise (modelo 3). No modelo 4 encontramos apenas uma relação significativa que distingue os indivíduos que atingiram a maioria e foram socializados durante a crise, dos que foram socializados antes do 25 de Abril (menos participativa). Note-se que apesar de não encontrarmos re-

*Geração Milénio?***Quadro 3.10 – Determinantes da participação política não-convençional**

	Modelo 1 (categoria de referência = coorte 1 – 25 de Abril)		Modelo 2 (categoria de referência = coorte 5 – crise económica)	
	Coef.	EPR	Coef.	EPR
Masculino	0,04	-0,02	0,04	-0,02
Escolaridade	0,11	(0,05)†	0,11	(0,05) †
Rendimento	0,02	-0,02	0,02	-0,02
Trabalhador	-0,02	-0,01	-0,02	-0,01
Identificação partidária	-0,09	(0,01) **	-0,09	(0,01) **
Exposição aos <i>media</i>	-0,07	(0,02) *	-0,07	(0,02) *
Interesse pela política	-0,12	(0,02) **	-0,12	(0,02) **
Coorte 1 – antes do 25 de Abril	-0,06	(0,01) **	-0,11	(0,03) *
Coorte 2 – 25 de Abril	–	–	-0,05	-0,02
Coorte 3 – antes da CEE/UE	0,03	(0,01) *	-0,02	-0,02
Coorte 4 – depois da CEE/UE	0,07	(0,02) *	0,02	-0,01
Coorte 5 – crise económica	0,05	-0,02	–	–
(Constante)	1,79	(0,09) ***	1,84	(0,12) ***
R ²		0,19		0,19
N		1494		1494

Notas: Regressão linear com erros-padrão robustos (EPR) ajustados ao nível das coortes. Coef. = Coeficientes de regressão. Níveis de significância: †p < 0,10; *p < 0,05; **p < 0,01; ***p < 0,001.

lações significativas quanto às restantes gerações encontramos os sentidos esperados, ou seja, a geração da crise participa mais de forma não-convençional do que as restantes gerações, a única exceção é a geração que viveu o período dourado da integração europeia. De resto, e no que concerne aos controlos, mantêm-se as principais tendências evidenciadas nos modelos anteriores. Assim, a H2 do estudo confirma-se parcialmente: apesar de nem todos os resultados serem significativos, vão no sentido esperado.

Conclusão

Neste capítulo foram abordadas as atitudes e os comportamentos políticos dos jovens em perspetiva comparada com o resto da população. Em particular, analisámos as perceções relativamente à democracia, os padrões de mobilização cognitiva e de identificação partidária e os níveis de participação cívica e política.

Ao longo do capítulo fomos apresentando os resultados do inquérito numa perspetiva comparada, a dois níveis: por um lado, comparando os jovens (entre 15 e 24 anos) e os jovens adultos (entre 25 e 34 anos), com

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

os restantes grupos etários. Por outro lado, comparando o inquérito realizado em 2015 com aquele que foi levado a cabo em 2007, um pouco antes do início da crise. Embora não seja um estudo de painel, é possível comparar as atitudes e os comportamentos de forma longitudinal com estes dois pontos de análise. Em quase todos os indicadores analisados verificamos que houve uma quebra significativa nas atitudes e nos comportamentos de cidadania política entre 2007 e 2015 por parte dos jovens. Esta é certamente uma das tendências mais salientes que se denotam ao longo do capítulo. No entanto, não sendo este um estudo de painel, do ponto de vista metodológico não estamos em terreno totalmente seguro para fazer muitas considerações sobre esses dados. De qualquer forma a tendência inequívoca de declínio das atitudes positivas, da identificação partidária e da participação sugere uma deterioração importante da qualidade da democracia em Portugal.

Ao longo do capítulo, verificámos que os jovens se sentem mais satisfeitos com a democracia do que a população em geral, tendência que já se verificava em 2007, mas que não se destacam quando falamos de mobilização cognitiva: tanto no que diz respeito à exposição aos *media* – seja tradicionais, seja através da internet – bem como ao interesse pela política. Nestes indicadores encontramos um padrão curvilíneo, de ciclo de vida, nomeadamente os jovens exibem valores baixos, os adultos têm os valores mais altos e depois os idosos aproximam-se dos jovens. Além disso, entre os jovens, notamos, tal como na população em geral, uma correlação (do interesse pela política) com o género masculino, a escolaridade e o rendimento.

Do ponto de vista da identidade partidária, os jovens afirmam estar mais distantes dos partidos do que o resto da população, e também não se deteta um padrão curvilíneo: todos os restantes grupos etários se identificam em média mais com os partidos políticos. Poderá haver aqui um efeito geracional, que é o que testámos na terceira parte do artigo em relação à participação política.

No domínio da participação eleitoral e do associativismo encontramos tendências curvilíneas em termos de frequência de voto, pertença a partidos políticos, a sindicatos e a associações ou ordens profissionais com os jovens e «os jovens mais velhos» a participarem menos nestas associações/organizações. Os jovens destacaram-se sobretudo pela sua pertença a grupos desportivos e a associações juvenis ou estudantis. Do ponto de vista do envolvimento em formas de ação política convencional e não-convencional, verificamos níveis francamente baixos quer entre os jovens quer no total da população. Tal como tem sido norma no con-

Geração Milénio?

junto dos indicadores até aqui observados, há uma quebra importante em todos os tipos de participação entre 2007 e 2015. Para melhor entender os determinantes individuais associados aos diferentes tipos de participação política em 2015, realizamos duas análises de regressão em que testamos as hipóteses de que 1) os jovens socializados no 25 de Abril participariam hoje mais na política de modo convencional, enquanto 2) os jovens socializados durante a crise económica participariam mais de modo não convencional. Os resultados confirmaram parcialmente as nossas expectativas. Por um lado, constatamos que os jovens socializados durante o 25 de Abril apenas participam mais de modo convencional na política do que os que foram socializados antes do 25 de Abril. Por outro lado, verificamos que os jovens socializados durante a crise são os que menos recorrem a meios convencionais para participar na política, ainda que não se distingam significativamente das outras coortes por se envolverem mais na política não-convencional.

Lidos conjuntamente, estes resultados traçam um afastamento na relação entre os jovens e a política mas também não isentam a população portuguesa. As perceções e os vínculos em relação à política parecem ter-se deteriorado entre 2007-2015 em toda a linha. Neste quadro, importa salientar que foram identificadas importantes variações nas atitudes e nos comportamentos dos jovens em função da sua posição na estrutura social, ou seja, em função dos seus recursos educacionais, económicos e políticos. Este é um resultado que aliás reforça os obtidos em estudos anteriores (Cruz *et al.* 1984; Cabral 1998). Estes padrões sugerem que não estamos perante uma mudança estrutural dos jovens de hoje em relação à política. Dessa forma, não haveria um cunho especialmente político, ou uma geração «Milénio» do ponto de vista das atitudes e da participação política.

Tendo em conta os limites de comparabilidade desta análise, consideramos que para melhor entender as evoluções das atitudes e dos comportamentos políticos dos jovens em termos longitudinais seria preciso ampliar o escopo de pesquisa em dois sentidos. Em primeiro lugar, através de estudos de painel que permitissem auscultar os jovens entrevistados em 2015 em fases posteriores das suas vidas. Esta possibilidade permitiria testar de modo cabal a hipótese do ciclo de vida, ou seja, em que medida os jovens vão mudando atitudes e comportamentos ao longo da vida. Em segundo lugar, através da implementação de metodologias qualitativas complementares – como por exemplo entrevistas semiestruturadas – que permitissem caracterizar de forma mais pormenorizada a ligação dos jovens à política e os contextos em que é produzida.

*Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015***Anexo****Quadro 3.A – Descrição das coortes**

#	Demarcação das coortes			Designação	% da amostra
	Início	Fim	Período histórico		
1	1921	1949	Socializados durante o Estado Novo e viveram mais anos de ditadura. Têm entre 25 e 53 anos em 1974.	Coorte 1 – antes do 25 de Abril	21
2	1950	1959	Socializados na fase final do Estado Novo e na fase inicial da transição para a democracia. Têm entre 15 e 24 anos em 1974.	Coorte 2 – 25 de Abril	15
3	1960	1970	Socializados antes da adesão de Portugal à UE. Têm entre 15 e 25 anos em 1985.	Coorte 3 – antes da CEE/UE	18
4	1971	1980	Socializados no «período dourado da integração UE». Têm entre 15 e 24 anos em 1995.	Coorte 4 – depois da CEE/UE	18
5	1981	2000	Socializados no período pós-Maastricht, e viveram crise de 2008. Têm entre 15 e 34 anos em 2015.	Coorte 5 – crise económica	28
Total					100

Geração Milénio?

Referências

- Albacete, Gema M. García. 2014. *Young People's Political Participation in Western Europe Continuity or Generational Change?* Londres e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Barnes, Samuel H., Max Kaase, Klaus R. Allerback, Barbara Farah, Felix Heunks, Ronald Inglehart, M. Kent Jennings, Hans D. Klingemann, Allan Marsh, e Leopold Rosenmayr. 1979. *Political Action. Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Brady, Henry E., Kay Lehman Schlozman, e Sidney Verba. 2015. «Political mobility and political reproduction from generation to generation». *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 657 (1): 149-73.
- Cabral, Manuel Villaverde. 1998. «Atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens portugueses». In *Os Jovens Portugueses de Hoje*, orgs. Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais. Oeiras: Celta Editora, 359-382.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2000. «O exercício da cidadania política em Portugal». *Análise Social*, 154-155: 85-113.
- Cabral, Manuel Villaverde, e José Machado Pais. 1998. *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta.
- Cruz, Manuel Braga da. 1985. «A participação política da juventude em Portugal». *Análise Social*, 87-88-89: 1067-1088.
- Cruz, Manuel Braga da. 1990. «A participação política da juventude em Portugal – As elites políticas juvenis». *Análise Social*, 105-106: 223-249.
- Cruz, Manuel Braga da, José Manuel Seruya, Luísa Braula Reis, e Luísa Schmidt. 1984. «A condição social da juventude portuguesa». *Análise Social*, 81-82: 285-305.
- Dalton, Russell J. 1988. *Citizen Politics in Western Democracies: Public Opinion and Political Parties in the United States, Great Britain, West Germany, and France*. Chatham, NJ: Chatham House Publishers.
- Dinas, Elias, e Laura Stoker. 2014. «Age-period-cohort analysis: A design-based approach». *Electoral Studies*, 33, 28-40.
- Fernandes, Tiago. 2014. *Patterns of Civil Society after Authoritarianism: A Comparison of Portugal and Spain, 1970s-2000s*. CES papers. Center of European Studies – Harvard University. http://aei.pitt.edu/67198/1/CES_OFWP_17.pdf.
- Fernandes, Tiago. 2015. «Rethinking pathways to democracy: Civil society in Portugal and Spain, 1960s-2000s». *Democratization*, 22 (6): 1074-1104.
- Ferreira, Pedro M. e Pedro Alcântara Silva. 2005. *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*. ICS/IPJ.
- Fishman, Robert. 2005. *Legacies of Democratizing Reform and Revolution: Portugal and Spain Compared*. Working papers ICS, WP 1-05. http://www.ics.ul.pt/publicacoes/working-papers/wp2005/wp2005_1.pdf.
- Fishman, Robert. 2010. «Review: Rethinking state and regime: Southern Europe's transition to democracy». *World Politics*, 42 (3): 422-40.
- Freire, André, e Pedro Magalhães. 2002. *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, Marina Costa Lobo, e Pedro Magalhães, org. 2004. *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gauthier, Anne H. 2007. «Becoming a young adult: An international perspective on the transitions to adulthood». *European Journal of Population*, 23 (3-4): 217-223.

Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015

- Goerres, Achim. 2007. «Why are older people more likely to vote? The impact of ageing on electoral turnout in Europe». *British Journal of Politics and International Relations*, 9 (1): 90-121.
- Grasso, Maria T. 2014. «Age, period and cohort analysis in a comparative context: political generations and political participation repertoires in Western Europe». *Electoral Studies*, 33: 63-76.
- Inglehart, Ronald. 1977. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald. 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald, e Gabriela Catterberg. 2002. «Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline». *International Journal of Comparative Sociology*, 43 (3): 300-316
- Lobo, Marina Costa. 2013. «Uma cidadania política, mas pouco». In *Portugal e a Europa, Novas Cidadanias*, org. Marina Costa Lobo. Lisboa: FFMS.
- Magalhães, Pedro, e Jesus Sanz Moral. 2008. *Os Jovens e a Política*. Lisboa: Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.
- Menezes, Isabel, Maria Rosa Afonso, Joana Gião, e Gertrudes Amaro. 2005. *Conhecimentos, Concepções e Práticas de Cidadania dos Jovens Portugueses: Um Estudo Internacional*. Lisboa: Ministério da Educação – Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Milbrath, Lester. 1965. *Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics*. Chicago: Rand McNally.
- Nie, Norman H., Sidney Verba, e Jae-on Kim. 1974. «Political participation and the life cycle». *Comparative Politics*, 6 (3): 319-40.
- Pais, José Machado. «Jovens e cidadania». 2005. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49: 53-70.
- Putnam, Robert D., Robert Leonardi, Raffaella Y. Nanetti, e Franco Pavoncello. 1983. «Explaining institutional success: The case of Italian regional government». *The American Political Science Review*, 77 (1): 55-74.
- Ruivo, João Pedro, Diogo Moreira, António Costa Pinto, e Pedro Tavares de Almeida. 2012. «Portuguese political elites and the European Union». In *The Europeanization of Portuguese Democracy*, orgs. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto. Nova Iorque: Columbia University Press, 27-59.
- Stoker, Laura, e M. Kent Jennings. 1995. «Life-cycle transitions and political participation: The case of marriage». *The American Political Science Review*, 89 (2): 421-433.
- Van Deth, Jan W. 2014. «A conceptual map of political participation». *Acta Politica*, 49 (3): 349-367.



Anexo metodológico

Lazer, emprego, mobilidade e política: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada

Marina Costa Lobo
Vitor Sérgio Ferreira
Jussara Rowland



Abordagem metodológica – por GfK Portugal

Metodologia

Universo e amostra.

Universo

O universo foi constituído pelos indivíduos com 15 e mais anos de idade, residentes em Portugal Continental.

Amostra

A amostra-base foi constituída por 1254 entrevistas, as quais foram complementadas com um *boost* de 358 entrevistas a inquiridos entre os 15 e os 34 anos. A amostra total foi, assim, constituída por 1612 entrevistas, com a seguinte distribuição por região NUTS:

Região GfK Metris	Amostra-base	Amostra-boost	Total
Norte	466	139	605
Centro	290	81	371
Lisboa	360	102	462
Alentejo	88	22	110
Algarve	50	14	64
Total	1254	358	1612

Amostra e recolha de informação

Amostra

Os respondentes foram selecionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruza as variáveis Sexo, Idade (7 grupos), Instrução (2 grupos), Ocupação (2 grupos), Região (7 Regiões GfK Metris) e Habitat/Dimensão dos agregados populacionais (5 grupos).

As quotas de ocupação foram aplicadas às mulheres e as quotas de instrução foram aplicadas aos homens. Tal tem a ver com o desejo de não complicar demasiado a seleção dos inquiridos e com o facto de as quotas

Geração Milénio?

de ocupação não serem muito relevantes para os homens (quando se tem a quota de idade) e as quotas de instrução oferecerem normalmente uma distribuição correta nas mulheres (quando se tem a quota de ocupação).

Assim, a partir de uma matriz inicial de Região e Habitat, foi selecionado aleatoriamente um número significativo de pontos de amostragem, onde foram realizadas as entrevistas, através da aplicação das quotas acima referidas. Em cada localidade, embora não existindo a aplicação do método de *random route*, existem instruções que obrigam o entrevistador a distribuir as entrevistas por toda a localidade.

Os resultados foram ponderados, com base nos dados do INE (Censos 2011).

Recolha da informação

A informação foi recolhida através de entrevista direta e pessoal, em total privacidade.

Os trabalhos de campo decorreram entre os dias 6 e 17 de março de 2015, e foram realizados por 54 entrevistadores, recrutados e treinados pela GfK, que receberam uma formação adequada às especificidades deste estudo.

A recolha incidiu nos dias úteis entre as 18h e as 22h e nos fins de semana durante todo o dia.

Foi realizado um controlo de qualidade, respeitando-se as seguintes etapas:

- Os entrevistadores tiveram formação prévia. A incorporação de novos entrevistadores não superou, em nenhum caso, mais de 25% do total das entrevistas.
- Em cada região, as entrevistas foram distribuídas por diversos entrevistadores, de forma a evitar que uma percentagem significativa das entrevistas seja feita somente por um ou dois entrevistadores.
- Após darem entrada no Departamento de Campo, os questionários foram imediatamente revistos, sendo detetados eventuais erros de preenchimento ou ausência de informação.
- Caso a caso, foi feita uma avaliação dos procedimentos a adotar, podendo ir de um novo contacto com o inquirido (obtenção da informação em falta) à simples anulação da entrevista (por exemplo, se se verificar uma taxa de não-resposta anormal em relação ao total das perguntas).
- Foi realizada uma supervisão de pelo menos 20% do trabalho de cada entrevistador através de um novo contacto direto ou telefónico com o entrevistado. Para esse efeito, utilizou-se um questionário de

Anexo metodológico

supervisão cuja conceção visa verificar se foram respeitadas as indicações apresentadas em relação a: local de entrevista, método de seleção do entrevistado, condições de realização da entrevista, questionário, apresentação de listas (quando existirem) e tempo de duração da entrevista.

- Na gravação informática dos questionários, caso existam perguntas abertas, com base em cerca de 60% de transcrição destas, serão elaborados os planos de codificação respetivos (para cada pergunta deste tipo), para que estas sejam codificadas de acordo com o mesmo.
- Já com base no ficheiro global do estudo, foi feita uma validação do ficheiro informático, testando-se a consistência dos dados recolhidos a dois níveis: validação dos códigos das respostas, pergunta a pergunta, e uma validação da articulação entre as perguntas (saltos e filtros), respeitando-se a estrutura do questionário utilizado. Em caso algum foram feitas correções automáticas da informação. A partir deste momento, o ficheiro informático encontra-se apto a ser tabulado e tratado com base em *software* concebido para o efeito.

Inquérito situações e atitudes dos jovens portugueses

O presente inquérito foi elaborado por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e tem como objetivo obter as suas opiniões sobre grandes temas: práticas culturais e de lazer, emprego e empregabilidade, mobilidade e política. Gostaríamos que respondesse a algumas perguntas sobre estes tópicos e agradecemos desde já a sua colaboração. Não há respostas certas ou erradas, é a sua opinião que importa.

*Geração Milénio?***Práticas culturais e de lazer**

P1 – Gostaria que nos dissesse, para cada uma das seguintes atividades culturais e de lazer, a frequência com que a praticou ao longo do último ano: «nunca nos últimos 12 meses», «1-2 vezes», «3-5 vezes» ou «mais de 5 vezes».

[Mostrar cartão frequências]

	Nunca nos últimos 12 meses	1-2 vezes	3-5 vezes	Mais de 5 vezes	NS	NR
Ver um <i>ballet</i> , espetáculo de dança ou ópera	1	2	3	4	8	9
Ir ao cinema	1	2	3	4	8	9
Ir ao teatro	1	2	3	4	8	9
Ir a um concerto de música ao vivo	1	2	3	4	8	9
Ir a festivais de música	1	2	3	4	8	9
Ir a espetáculos desportivos (como espetador)	1	2	3	4	8	9
Sair para dançar	1	2	3	4	8	9
Ir a uma biblioteca pública	1	2	3	4	8	9
Visitar um museu ou galeria de arte	1	2	3	4	8	9
Tocar um instrumento musical ou cantar	1	2	3	4	8	9
Ler um livro (sem ser de estudo)	1	2	3	4	8	9
Pintar ou desenhar	1	2	3	4	8	9
Escrever contos, poemas, romances	1	2	3	4	8	9
Praticar atividades físicas, desportivas ou radicais	1	2	3	4	8	9

P2 – Com que frequência acede à internet?

Diariamente	1
3 ou 4 vezes por semana	2
1 ou 2 vezes por semana	3
Pelo menos 1 vez por mês	4
Menos de 1 vez por mês	5
Nunca	6
NS	7
NR	8

P3 – Para quais destas finalidades costuma usar a internet? (resposta múltipla)

Enviar e receber emails	1
Jogar jogos de computador	2
Procurar informação sobre eventos, produtos ou serviços	3
Comunicar em tempo real (ex., <i>chats</i> , Messenger, Skype, etc.)	4
Fazer <i>download</i> de filmes, música ou séries de televisão	5
Usar as redes sociais	6
Ler <i>blogs</i>	7
Ver filmes ou programas de televisão em tempo real	8
Ler artigos de jornais	9
Criar/colocar conteúdos num <i>website</i> ou <i>blog</i>	10
Ouvir rádio ou música	11
Comprar ou encomendar produtos ou serviços	12
Vender produtos ou serviços	13
NS	88
NR	99

*Anexo metodológico***Situação perante o trabalho**

Vamos agora fazer-lhe umas perguntas sobre a sua situação perante o trabalho e a sua opinião sobre o emprego hoje em Portugal.

P4 - Qual a sua situação perante o trabalho atualmente? (uma resposta)

[Mostrar cartão respostas 1 a 10]

Estudante	1
Trabalhador	2
Estudante-trabalhador	3
A frequentar um curso de formação profissional	4
Desempregado à procura do primeiro emprego	5
Desempregado à procura de novo emprego	6
Incapacitado para o trabalho	7
Responsável pelas tarefas domésticas	8
Desocupado (inativo que não trabalha, não procura emprego, não estuda e não está em formação)	9
Reformado	10
Outra situação. Qual? _____ (se espontâneo)	98

P5 – Tendo em conta a atual crise económica e o seu potencial impacto no mercado de trabalho, como classificaria a sua preocupação, caso esteja preocupado, sobre cada um dos seguintes aspetos? Use uma escala da 1 a 5 onde «1» significa que «não está nada preocupado», e «5» que está «muito preocupado».

	1 Não está nada	2	3	4	5 Está muito preocupado	Não se aplica (espontâneo)	NS	NR
(Para os que trabalham atualmente – resp. 2 e 3 na P4)								
Perder o seu emprego	1	2	3	4	5	7	8	9
O seu parceiro (cônjuge, etc.) perder o seu emprego	1	2	3	4	5	7	8	9
Os seus filhos perderem o seu emprego	1	2	3	4	5	7	8	9

Perguntas para quem trabalha atualmente

P6 – Se perdesse o seu trabalho, como avaliaria, numa escala de 1 a 10, a probabilidade de encontrar um novo trabalho nos próximos seis meses? «1» significa que seria «muito improvável» e «10» significa que seria «muito provável».

[Para os que trabalham atualmente – resp. 2 e 3 na P4]

Muito improvável					Muito provável				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
			NS				NR		
			88				99		

Geração Milénio?

P7 – Consideraria a hipótese de iniciar o seu próprio negócio se ficasse sem emprego?

[Para os que trabalham atualmente – resp. 2 e 3 na P4]

Sim, definitivamente	1
Sim, provavelmente	2
Não, provavelmente	3
Não, definitivamente	4
NS	7
NR	8

Perguntas para quem está atualmente desempregado

P8 – Há quanto tempo está desempregado?

[Para os que estão desempregados – resp. 5 e 6 na P4]

Há menos de 6 meses	1
Entre 6 meses e 1 ano	2
Entre 1 a 2 anos	3
Entre 2 e 3 anos	4
Entre 3 e 4 anos	5
Mais de 4 anos	6
NS	8
NR	9

P9 – Qual é o seu principal meio de subsistência? (uma resposta)

[Para os que estão desempregados – resp. 5 e 6 na P4]

[Mostrar cartão respostas de 1 a 6]

Subsídio de desemprego	1
Outros apoios sociais	2
Apoio de familiares	3
Apoio de outras pessoas (amigos, vizinhos)	4
Rendimentos próprios	5
Trabalhos ocasionais (biscates)	6
Rendimentos do agregado	7
Outro. Qual? _____ (se espontâneo)	96
NS	98
NR	99

P10 – O que está a fazer para sair da situação de desemprego? (resposta múltipla)

[Para os que estão desempregados – resp. 5 e 6 na P4]

Procura em anúncios na internet/redes sociais	1
Faz candidaturas diretas e espontâneas	2
Frequenta cursos de formação profissional	3
Inscreveu-se num centro de emprego	4
Inscreveu-se numa empresa de trabalho temporário	5
Contacta familiares, amigos ou conhecidos	6
Prossegue estudos	7
Procura criar o seu próprio emprego	8
Procura emprego em anúncios/por meios próprios	9
Nada	97
Outra. Qual? _____ (se espontâneo)	96
NS	98
NR	99

Perguntas para quem está desocupado

P11 – Há quanto tempo está desocupado (não trabalha, não procura emprego, não estuda e não está em formação)?

[Para os que estão desocupados – resp. 9 na P4]

Há menos de 6 meses	1
Entre 6 meses e 1 ano	2
Entre 1 a 2 anos	3
Entre 2 e 3 anos	4
Entre 3 e 4 anos	5
Mais de 4 anos	6
NS	8
NR	9

P12 – Qual é o seu principal meio de subsistência? (uma resposta)

[Para os que estão desocupados – resp. 9 na P4]

[Mostrar cartão respostas de 1 a 6]

Subsídio de desemprego	1
Outros apoios sociais	2
Apoio de familiares	3
Apoio de outras pessoas (amigos, vizinhos)	4
Rendimentos próprios	5
Trabalhos ocasionais (biscates)	6
Outro. Qual? _____ (se espontâneo)	96
NS	98
NR	99

Orientações perante o trabalho e a empregabilidade

P13 – Diga-me até que ponto concorda ou discorda da seguinte afirmação: «Daqui a dois anos, a crise terá terminado e a situação do emprego em Portugal será melhor do que hoje.»

Concordo totalmente	1
Tendo a concordar	2
Tendo a discordar	3
Discordo totalmente	4
NS	8
NR	9

P14 – Na sua opinião, qual a principal causa do desemprego juvenil?

[Apenas uma resposta]

[Mostrar cartão com respostas de 1 a 6]

A escola não prepara para o mundo do trabalho	1
A maior parte dos empregos não são interessantes para os jovens	2
Há cada vez menos empregos para quem está a entrar no mercado de trabalho	3
Os jovens de hoje não querem trabalhar	4
Os jovens não querem aceitar trabalho mal pago	5
As empresas evitam empregar jovens	6
NS	8
NR	9

Geração Milénio?

P15 – Tendo em conta o grau de importância que atribui a diferentes aspetos do trabalho, por favor, diga-me, sobre cada uma das dimensões que lhe vou a ler de seguida, se a considera «nada importante», «pouco importante», «bastante importante» ou «muito importante».

[Mostrar cartão com escala de importância]

	Nada importante	Pouco importante	Bastante importante	Muito importante	NS	NR
Ter uma boa relação com colegas e superiores	1	2	3	4	8	9
Desempenhar funções adequadas à formação que se tem	1	2	3	4	8	9
Ter um trabalho que permita adquirir novos conhecimentos	1	2	3	4	8	9
Ter autonomia e iniciativa na execução do trabalho	1	2	3	4	8	9
Ter estabilidade e segurança	1	2	3	4	8	9
Ter flexibilidade de horário	1	2	3	4	8	9
Ter oportunidade de progressão na carreira	1	2	3	4	8	9
Ter um trabalho com prestígio social	1	2	3	4	8	9
Ter um trabalho que salvguarde a saúde e o bem-estar	1	2	3	4	8	9
Ter um bom salário	1	2	3	4	8	9
Ter um trabalho com utilidade social e de ajuda ao próximo	1	2	3	4	8	9
Desempenhar tarefas criativas	1	2	3	4	8	9

P16 – Das seguintes afirmações relativas ao trabalho e ao emprego seleccione aquela com qual se identifica mais: [seleccionar 1 opção]

Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ganhar muito dinheiro	1
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter possibilidades de realização	2
Ter um bom trabalho significa, acima de tudo, ter estabilidade no emprego	3
NS	8
NR	9

Mobilidade

As perguntas seguintes referem-se a questões relacionadas com a mobilidade para fora de Portugal.

P17 – Alguma vez frequentou a escola, estudou ou participou em algum tipo de ações de formação (por exemplo, língua, profissional, estágio) noutro país da União Europeia que não Portugal por um período superior a dois meses? (resposta múltipla)

Sim, frequentei uma escola	1
Sim, frequentei a universidade	2
Sim, participei em ações de formação	3
Não	4
NS	8
NR	9

P18 – Com que frequência viaja para o estrangeiro de férias?

Nunca viajei para o estrangeiro de férias	1
Já viajei pelo menos uma vez para o estrangeiro de férias	2
Costumo viajar pelo menos uma vez por ano para o estrangeiro de férias	3
Costumo viajar mais do que uma vez por ano para o estrangeiro de férias	4
NS	8
NR	9

Anexo metodológico

P19 – Alguma vez trabalhou no estrangeiro? (Aqui, estamos a referir-nos à sua última experiência de trabalho no estrangeiro, e não uma viagem de lazer ou negócios)

Sim → Ir para pergunta 20	1
Não → Ir para pergunta 22	2
NS → Ir para pergunta 22	8
NR → Ir para pergunta 22	9

P20 – Qual foi a duração da estadia da última vez que trabalhou no estrangeiro? (Aqui, estamos a referir-nos à sua última experiência de trabalho no estrangeiro, e não de uma viagem de lazer ou negócios)

[Apenas para quem respondeu 1 na P19]

Algumas semanas ou menos	1
Alguns meses a menos de 1 ano	2
De 1 ano a menos de 2 anos	3
De 2 anos a menos de 5 anos	4
De 5 anos a menos de 10 anos	5
10 anos ou mais	6
NS	8
NR	9

P21 – Quando trabalhou num país fora de Portugal no passado, qual foi o tipo de trabalho, no geral, que fez?

[Apenas para quem respondeu 1 na P19]

Emprego permanente	1
Trabalho sazonal	2
Estágio	3
Projeto(s) temporário(s) no estrangeiro através do seu empregador português	4
Outro tipo de trabalho (ex., trabalho de empreitada)	5
NS	8
NR	9

P22 – Considera a hipótese de vir a trabalhar no estrangeiro em algum momento no futuro?

Sim → Ir para pergunta 23	1
Não → Ir para pergunta 24	2
NS → Ir para pergunta 24	8
NR → Ir para pergunta 24	9

P23 – Se sim, em que país/região pensa vir a trabalhar?

[Apenas para quem respondeu 1 na P22]

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	1
Brasil	2
EUA/Canadá	3
Países da União Europeia	4
Países do Médio Oriente	5
Suíça	6
Outro. Qual? _____	96
NS	98
NR	99

Geração Milénio?

P24 – Independentemente de ter ou não trabalhado noutro país, ou de poder vir ou não a fazê-lo no futuro, que razões o incentivariam a trabalhar noutro país? (3 respostas no máximo)

[Mostrar cartão com respostas de 1 a 10]

Ter melhores oportunidades de encontrar emprego	1
Ter melhores condições de trabalho	2
Ter melhores condições de carreira ou de negócio	3
Estar mais perto de familiares ou amigos que vivem no estrangeiro	4
Descobrir algo novo e conhecer novas pessoas	5
Melhorar as suas qualificações (ex., aprender uma nova língua)	6
Ter melhor qualidade de vida no estrangeiro	7
Melhor situação política no estrangeiro	8
Melhor clima económico no estrangeiro	9
Melhor sistema de serviços sociais e de saúde	10
Outras respostas (se espontâneo)	96
Nenhuma (espontânea)	97
NS	98
NR	99

Atitudes e comportamentos políticos (ACP)

As perguntas que se seguem referem-se a atitudes e comportamento políticos.

P25 – Em geral, numa escala de 0 a 10, em que 0 significa «muito mal» e 10 «muito bem», como acha que funciona atualmente a democracia em Portugal?

Muito mal										Muito bem		NS	NR
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	

P26 – Continuando com temas políticos, diria que a política lhe interessa muito, bastante, pouco ou nada?

Muito	1
Bastante	2
Pouco	3
Nada	4
NS	8
NR	9

P27 – Gostava que me indicasse, para cada tipo de atividade relacionada com informações sobre política, a frequência com que as pratica: «todos os dias», «3 a 4 dias por semana», «1 a 2 dias por semana», ou «menos que isso»?

[Mostrar cartão com frequências]

	Todos os dias por semana	3-4 dias por semana	1-2 dias por semana	Menos de uma vez por semana	Nunca	NS	NR
Lê notícias sobre política num jornal	1	2	3	4	5	8	9
Vê notícias sobre política na televisão	1	2	3	4	5	8	9
Ouve notícias sobre política na rádio	1	2	3	4	5	8	9
Utiliza a internet para obter informação política	1	2	3	4	5	8	9

Anexo metodológico

P28 – Gostaria que nos dissesse, para cada um dos seguintes tipos de grupos ou associações que lhe vou ler de seguida, se «pertence e participa ativamente», se «pertence mas não participa ativamente», se «já pertenceu e deixou de pertencer» ou se «nunca pertenceu».

[Entrevistador: consideramos «participar ativamente» assistir de forma regular a reuniões ou atividades, fazer parte de órgãos diretos da associação ou ser responsável de alguma secção, projeto ou atividade regular. Consideramos «não participar ativamente» pagar apenas uma quotização anual, assistir a atividades de forma esporádica e ser utente de serviços que a associação oferece sem estar implicado na sua organização ou gestão].

[Mostrar cartão com graus de pertença]

	Pertence e participa ativamente	Pertence, mas não participa ativamente	Já pertenceu mas deixou de pertencer	Nunca pertenceu	NS	NR
Um partido político	1	2	3	4	8	9
Um sindicato	1	2	3	4	8	9
Uma associação ou ordem profissional	1	2	3	4	8	9
Uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa	1	2	3	4	8	9
Um grupo desportivo	1	2	3	4	8	9
Um grupo cultural ou de lazer	1	2	3	4	8	9
Uma organização de apoio social ou de direitos humanos	1	2	3	4	8	9
Uma associação juvenil ou estudantil	1	2	3	4	8	9
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	1	2	3	4	8	9

P29 – Existem várias formas de participação em ações sociais e políticas que as pessoas podem levar a cabo. Por favor, diga-me sobre cada uma das ações que lhe vou ler de seguida se a realizou durante o último ano, se a realizou num passado mais distante, se nunca a realizou mas poderia tê-lo feito, ou se nunca as realizou e nunca o faria:

[Mostrar cartão frequências]

	Fê-lo durante o último	Fê-lo num passado mais recente	Não o fez, mas poderia tê-lo feito	Não o fez, e nunca o faria	NS	NR
Assinar uma petição	1	2	3	4	8	9
Fazer boicote ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio ambiente	1	2	3	4	8	9
Participar num comício partidário ou de um candidato	1	2	3	4	8	9
Participar numa manifestação política	1	2	3	4	8	9
Contactar, ou tentar contactar, um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões	1	2	3	4	8	9
Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social ou política	1	2	3	4	8	9
Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação (por carta, caixas de comentários <i>on-line</i> , email, etc.).	1	2	3	4	8	9
Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet	1	2	3	4	8	9

Geração Milénio?

P30 – Utilizando uma escala de 0 a 10, em que 0 significa «não serve para nada» e 10 «muito eficaz», que grau de eficácia atribuiria às seguintes atividades?

	Não serve para nada						É muito eficaz				NS	NR	
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9			10
Colaborar com um partido político	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
Colaborar com organizações ou associações voluntárias	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
Votar nas eleições	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
Pôr-se em contacto com políticos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
Chamar a atenção dos meios de comunicação	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
Participar em manifestações	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
Participar em atividades ilegais de protesto	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

P31 – Normalmente, quando se fala de política, usam-se as expressões «esquerda» e «direita». Numa escala de 0 a 10 em que 0 é a posição mais à esquerda e 10 a mais à direita, em que posição se colocaria? Pode usar qualquer valor da escala entre 0 e 10.

Esquerda					Direita					NS	N	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9			10
											88	99

P32 – Vou ler-lhe algumas opiniões sobre o voto e gostaria que me dissesse se tende a concordar ou a discordar delas.

	Tende a concordar	Não concorda nem discorda (não ler)	Tende a discordar	NS	NR
Quem não vota também não tem direito a queixar-se dos que governam	1	2	3	8	9
Não votar é uma atitude tão legítima como votar	1	2	3	8	9
Um voto a mais ou a menos não faz diferença nenhuma	1	2	3	8	9
Em democracia todos os votos são importantes	1	2	3	8	9

P33 – Como sabe, toda a gente tem o direito de votar ou de não votar nas eleições e nos referendos, e há muita gente que não vota porque não quer ou porque não pode. No seu caso, considera-se uma pessoa que «sempre vota», que «vota frequentemente», que «vota em poucas ocasiões», ou que «nunca vota»?

Sempre vota	1
Vota frequentemente	2
Vota em poucas ocasiões	3
Nunca vota	4
NS	8
NR	9

P34 – Em geral, considera-se simpatizante de algum partido político?

Sim → Ir para pergunta 36	1
Não → Ir para pergunta 35	2
NS → Ir para pergunta 35	8
NR → Ir para pergunta 35	9

*Anexo metodológico***P35 – Mas há algum partido do qual se sinta mais próximo?**

Sim → Ir para pergunta 36	1
Não → Ir para pergunta 35	2
NS → Ir para pergunta 35	8
NR → Ir para pergunta 35	9

P36 – Poderia dizer-me qual é esse partido? (uma resposta)

[Para quem respondeu 1 nas perguntas P34 e P35]

[Mostrar cartão com lista de partidos]

BE – Bloco de Esquerda	1
CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido os Verdes	2
CDU – Coligação Democrática Unitária	3
MPT – Partido da Terra	4
PCP – Partido Comunista Português	5
PDR – Partido Democrático Republicano	6
PEV – Partido Ecologista «Os Verdes»	7
PS – Partido Socialista	8
PSD – Partido Social Democrata	9
Outro? Qual _____	96
NS	98
NR	99

Caracterização sociográfica do inquiridos

Por fim, vamos fazer-lhe uma série de perguntas de caracterização social.

P37 – Sexo

Masculino	1
Feminino	2

P38 – Qual é a sua idade?

_____ anos

P39 – É cidadão português?

Sim	1
Não	2
NS	8
NR	9

P40 – Qual é o seu concelho de residência?

NS	8
NR	9

P41 – Qual é a sua situação conjugal?

Solteiro(a)	1
Casado(a)	2
União de facto(a)	3
Separado/divorciado	4
Viúvo	5
NS	8
NR	9

*Geração Milénio?***P42 – Tem filhos?**

Sim	1
Não	2
NS	8
NR	9

P43 – Qual é o grau de ensino mais elevado que atingiu?

Nenhum	1
1.º ciclo do básico (4.ª classe)	2
2.º ciclo do básico (5.º e 6.º anos/preparatório)	3
3.º ciclo do básico (9.º ano/5.º ano dos liceus)	4
Secundário (12.º ano/7.º ano dos liceus ou equivalente/propedêutico/serviço cívico)	5
Cursos médios (politécnico, bacharelato, etc.)	6
Licenciatura	7
Mestrado/doutoramento	8
NS	98
NR	99

P44 – Pensando nos seus pais ou naqueles que foram os seus encarregados de educação, qual o grau de escolaridade mais elevado que atingiram?

[Entrevistador: Assinale o grau de escolaridade mais alto frequentado, ou, em caso de desconhecimento, completado]

Nenhum	1
1.º ciclo do básico (4.ª classe)	2
2.º ciclo do básico (5.º e 6.º anos/preparatório)	3
3.º ciclo do básico (9.º ano/5.º ano dos liceus)	4
Secundário (12.º ano/7.º ano dos liceus ou equivalente/propedêutico/serviço cívico)	5
Cursos médios (politécnico, bacharelato, etc.)	6
Licenciatura	7
Mestrado/doutoramento	8
NS	98
NR	99

P45 – Qual a sua profissão atual ou última (em caso de reforma, desemprego ou situação doméstica)?

[Entrevistador: Tendo em conta a profissão indicada pelo entrevistado assinale a categoria em que essa atividade se enquadra]

Dirigentes e quadros superiores de empresas; quadros superiores da Administração Pública (ex., empresários, gerentes, gestores, etc.).	1
Especialistas das profissões intelectuais e científicas (ex., médicos, advogados, professores, economistas, engenheiros, investigadores, jornalistas, psicólogos, biólogos, técnicos de serviço social, etc.).	2
Técnicos profissionais de nível intermédio (ex: fisioterapeutas, desenhadores, educadores de infância, fotógrafos, técnicos de informática, técnicos comerciais, inspetores, técnicos ou operadores de equipamento médico, pilotos de avião, solicitadores, chefes de secção, agentes de seguros, técnicos de contas, nutricionistas, técnicos de laboratório, escrivães, etc.).	3
Pessoal administrativo e similares (ex., secretários, escriturários, bibliotecários, encarregados de armazém, empregados dos serviços de transportes, caixas e bilheteiros, rececionistas, etc.).	4
Pessoal de serviços e vendedores (ex., assistentes de bordo, cozinheiros, auxiliares de educação, empregados de mesa/balcão, governantes, cabeleireiros, animadores culturais, massagistas, bombeiros, agentes de polícia, auxiliares de lar, socorristas, manequins/modelos, vendedores e demonstradores, empregados domésticos, etc.).	5
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (ex., agricultores, trabalhadores das pescas, criadores de animais, trabalhadores florestais, aquacultores, pastores, tecelões, sapateiros, etc.).	6

Anexo metodológico

Operários de instalações e máquinas (ex., maquinistas, condutores de veículos diversos).	7
Trabalhadores não qualificados (ex., estafetas, serventes, pessoal do lixo, pessoal de limpeza, etc.).	8
Pessoal das Forças Armadas	9
Nunca trabalhei → Ir para pergunta P48 P48	10
NS → Ir para pergunta P48	88
NR → Ir para pergunta P48	99

P46 – Qual a sua situação nessa profissão?

[Para quem respondeu de 1 a 9 na pergunta P43]

Patrão (com empregados)	1
Trabalhador por conta própria	2
Trabalhador por conta de outrem	3
Trabalhador familiar não remunerado	4
Outra situação. Qual? _____ (se espontâneo)	96
NS	98
NR	99

P47 – Que tipo de vínculo/contrato tem (ou tinha) nessa profissão?

[Para quem respondeu de 1 a 9 na pergunta P43]

Contrato sem termo (efetivo)	1
Contrato de trabalho com termo (certo; prazo)	2
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	3
Contrato de bolsa/estágio	4
Sem vínculo/contrato	5
Proprietário	6
Outra situação. Qual? _____ (se espontâneo)	96
NS	98
NR	99

P48 – Por fim, gostaríamos de lhe pedir que indicasse qual das descrições ilustra melhor a situação do seu agregado familiar relativamente ao rendimento que auferem.

O rendimento atual permite-me viver confortavelmente	1
O rendimento atual dá para viver razoavelmente	2
É difícil viver com o rendimento atual	3
É muito difícil viver com o rendimento atual	4
NS	8
NR	9

Agradecemos mais uma vez a sua colaboração.

